

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IZABELLE CRISTINNE RIZENTAL GARCIA

ALIENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO DO ADULTO: O TRABALHO
COMO ATIVIDADE DOMINANTE ALIENADA

CURITIBA

2018

IZABELLE CRISTINNE RIZENTAL GARCIA

ALIENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO DO ADULTO: O TRABALHO
COMO ATIVIDADE DOMINANTE ALIENADA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia, linha de pesquisa Educação, Trabalho e Produção de Subjetividade. Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Rossler.

CURITIBA
2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Garcia, Isabelle Cristinne Rizental

Alienação do desenvolvimento psíquico do adulto : o trabalho como
atividade dominante alienada / Isabelle Cristinne Rizental Garcia. –
Curitiba, 2018.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Rossler

1. Trabalho – Aspectos psicológicos. 2. Trabalho – Alienação
(Psicologia social). 3. Teoria da atividade. I. Título.



CDD – 158.7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PSICOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **IZABELLE CRISTINNE RIZENTAL GARCIA**, intitulada: **ALIENAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO DO ADULTO: O TRABALHO COMO ATIVIDADE DOMINANTE ALIENADA.**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 04 de Dezembro de 2018.


JOAO HENRIQUE ROSSLER
Presidente da Banca Examinadora
ROGÉRIO MIRANDA GOMES
Avaliador Externo (UFPR)
ÂNGELO ANTONIO ABRANTES
Avaliador Externo (UNESP)

Brevíssima síntese da história contemporânea

Desde faz já alguns séculos, os súditos se disfarçaram de cidadãos e as monarquias preferem se chamar de repúblicas.

As ditaduras locais, que dizem ser democracias, abrem suas portas ao passo avassalador do mercado universal. Neste mundo, reino de livres, todos somos um. Mas somos um ou somos nenhum? Compradores ou comprados? Vendedores ou vendidos? Espiões ou espiados?

Vivemos presos atrás de barrote invisíveis, traídos pelas máquinas que simulam obediência e mentem, com cibernética impunidade, ao serviço de seus amos.

As máquinas mandam nas casas, nas fábricas, nos escritórios, nas plantações agrícolas, nas minas e nas ruas das cidades, onde os pedestres somos incômodos que perturbam o trânsito. E as máquinas mandam também nas guerras, onde matam tanto ou mais que os guerreiros fardados

Eduardo Galeano – O caçador de histórias

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos três anos que foram necessários para a elaboração desse trabalho, fui anotando nomes de pessoas importantes e que contribuíram carinhosamente com esse processo, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista afetivo, ouvindo e falando sobre esse tema que me era tão caro e difícil. Fico muito feliz de ver que são muitas as pessoas que me apoiaram nesse processo e que em nenhum momento me senti desamparada, sendo essa dissertação um trabalho não só meu, mas também daqueles que me são queridos e aos quais eu dedico esse trabalho, com a esperança de que possa de alguma forma contribuir para a nossa classe. Só posso agradecer a vocês todos, obrigada.

Aos meus pais pelo apoio, carinho e compreensão pelas minhas controversas escolhas e pela participação nas minhas conquistas, sou muito feliz em tê-los perto e me orgulho em dizer que meus pais são também meus amigos.

Aos camaradas do dia a dia e também aos demais que se colocam na trincheira da luta de classes ao lado dos oprimidos e que contribuem para que nosso sonho continue vivo independente da organização que compõem.

Ao João Henrique Rossler pela paciência, disposição e disponibilidade em orientar esse trabalho que foi tão lentamente sendo parido apesar das dificuldades.

À Cassia e à Manu, que foram um ponto de apoio essencial para os desabafos das dificuldades, no apoio para lidar com as burocracias, nas dicas e no sentimento que um dia iríamos levantar o canudo juntas.

Ao Tchó, que foi tão carinhoso e compreensivo nesse caminho, me incentivando a não desistir, me cobrando os estudos e me dando colo quando precisei.

À tigrada, pelas risadas de tantos anos, pelas piadas infames, pela cerveja e pela amizade sincera que resiste ao tempo.

Ao David, ao Athos, ao Kulik, ao Kauê, ao Junho e Êgo, Thali, Léo, Dafne, Mitchell, Gab, Nic, Matheus Kich, FHC, Gisela e Luciano, Thaise, Anne e Ana pelos apoios que fizeram toda diferença.

Aos professores e técnicos que de alguma forma marcaram esse trajeto, me fizeram não desistir e tem um carinho e respeito especial de minha parte: Mel, Grazi, Alexandre, Regina, Mariângela, Miriam e Gabriel.

Aos amigos e colegas de trabalho, muito compreensivos com minha juventude e sobrecarga, sempre dispostos a ajudar e partilhar dos momentos mais difíceis.

Ao povo Cubano pela resistência e por provar que o socialismo é o caminho para a América e para a humanidade.

Ao Rogério e ao Ângelo por aceitarem me auxiliar nessa jornada e compor a banca.

Aos que lutam e não se curvam à desigualdade.

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa teórico-conceitual cujo objetivo é compreender as implicações do trabalho como atividade dominante alienada para o desenvolvimento psíquico do adulto, em especial, no modo de produção capitalista. Busca-se compreender, portanto, as implicações da alienação para o desenvolvimento da consciência e personalidade a partir do pressuposto de que o trabalho é atividade dominante da vida adulta, ocupando, portanto, papel central no seu desenvolvimento. Para tanto, adota-se os elementos teórico-metodológicos da teoria da atividade, de A. N. Leontiev, e da teoria marxista da alienação. Esta pesquisa justifica-se pelo fato de que a alienação é frequentemente abordada como fator central para a análise dos mais diversos objetos na Psicologia Histórico-Cultural, porém, na maior parte das vezes, aparecendo apenas como pano de fundo para a análise de outros objetos, o que implica descrições relativamente abreviadas e superficiais a seu respeito. Justifica-se, ainda, em virtude da atualidade do tema e do progressivo distanciamento entre o que o ser-humano produz enquanto gênero e o que acessam os seres humanos singulares, fator que implica a agudização dos desdobramentos da alienação sobre a personalidade. Para alcançar este objetivo a dissertação organiza-se em três capítulos. Inicialmente, realiza-se um resgate da perspectiva marxiana da alienação do trabalho, buscando abordar sua origem no pensamento de Marx, bem como o significado desta categoria em articulação com desenvolvimento das forças produtivas e o surgimento da propriedade privada, da exploração do trabalho e da expansão da forma mercadoria. Em um segundo momento, realiza-se um resgate das categorias fundamentais da teoria da atividade, consideradas centrais para a análise da consciência e personalidade. No último momento, procurou-se realizar uma análise da relação entre o trabalho assalariado sob a propriedade privada capitalista e a personalidade, no intuito de produzir algumas sínteses explicativas acerca da personalidade sob a égide do trabalho alienado.

Palavras-chave: Trabalho. Alienação. Psicologia Histórico-Cultural. Teoria da atividade.

ABSTRACT

This work is the result of a theoretical-conceptual research whose objective is to understand the implications of labor as an alienated dominant activity for the psychic development of the adult, especially in the capitalist mode of production. It seeks to understand, the implications of alienation for the development of consciousness and personality from the assumption that labor is the dominant activity of adult life, occupying a central role in its development. For that, we adopt the theoretical-methodological elements of the theory of activity by A. N. Leontiev, and the Marxist theory of alienation. This research is justified by the fact that alienation is frequently approached as a central factor for the analysis of the most diverse objects in Historical-Cultural Psychology, but, in most cases, appearing only as a background for the analysis of other objects, which implies relatively abbreviated and superficial descriptions about it. It is also justified by the current relevance of the theme and the progressive distance between what the human being produces as a gender and what the singular human beings access, a factor that implies the intensification of the consequences of alienation over the personality. To reach this goal the dissertation is organized in three chapters. Initially, a rescue of the Marxian perspective of the alienation of the work is realized, trying to approach its origin in the thought of Marx. It also seeks to understand the meaning of this category in articulation with the development of productive forces and the emergence of private property, as well as the exploitation of labor and the expansion of the commodity form. In a second moment, the fundamental categories of activity theory, considered central to the analysis of consciousness and personality, are studied. At the last moment the relationship between personality and wage labor under private capitalist ownership are studied, in order to produce some explanatory summaries about the personality under the aegis of alienated labor.

Keywords: Labor. Alienation. Historical-Cultural Psychology. Activity Theory.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	A CATEGORIA DA ALIENAÇÃO NO PENSAMENTO MARXISTA	17
2.1	ANTECEDENTES HISTÓRICO-FILOSÓFICOS DO CONCEITO DE ALIENAÇÃO EM MARX	17
2.2	O INÍCIO DA ELABORAÇÃO CONCEITUAL MARXIANA ACERCA DA PROBLEMÁTICA DA ALIENAÇÃO	22
2.3	PROPRIEDADE PRIVADA, DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E ALIENAÇÃO	26
2.4	O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A UNIVERSALIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO	30
2.5	AS CONSEQUÊNCIAS DA ALIENAÇÃO SOBRE O TRABALHADOR	33
2.6	ALIENAÇÃO, FETICHISMO E REIFICAÇÃO	40
3	FUNDAMENTOS DA RELAÇÃO ENTRE PSIQUISMO CONSCIENTE, PERSONALIDADE E ATIVIDADE	45
3.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ATIVIDADE HUMANA E OS PROCESSOS PSÍQUICOS	47
3.1.1	A atividade humana como atividade vital consciente	50
3.1.2	A estrutura da atividade	58
3.2	CONSCIÊNCIA	62
3.2.1	Significado e Sentido	66
4	RELAÇÕES ENTRE PERSONALIDADE, CONSCIÊNCIA E TRABALHO ALIENADO	72
4.1	PERSONALIDADE E ALIENAÇÃO	73
4.1.1	Propriedades da Personalidade	79
4.2	IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DA DIVISÃO DO TRABALHO EM AÇÕES E DA CÍSMO ENTRE SENTIDO E SIGNIFICADO DA ATIVIDADE	86
4.3	IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DO SIGNIFICADO DO PRODUTO DO TRABALHO E DA FORÇA DE TRABALHO COMO MERCADORIAS	99
5.	CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES A RESPEITO DA PERSONALIDADE SOB O TRABALHO ALIENADO	110
	REFERÊNCIAS	117

1. INTRODUÇÃO

O tema abordado na presente pesquisa, a saber, as implicações da alienação do trabalho como atividade principal da vida adulta sobre o psiquismo, é produto de um processo que se inicia já na graduação em psicologia na Universidade Federal do Paraná. Ao longo da graduação observou-se a insuficiência das definições acerca da alienação e seus desdobramentos para a psicologia como ciência e profissão. Conceito esse que aparecia subjacente a diversos fenômenos, porém com descrições ligeiras e pouco aprofundadas acerca de como se opera o fenômeno no psiquismo humano.

No contato com a literatura marxista e com a Psicologia Histórico-Cultural o tema aparece perpassando os mais diversos processos sociais e psíquicos, ficando marcada sua relevância ao se observar que o modo de produção capitalista produz necessariamente o psiquismo humano alienado. Porém, o baixo volume bibliográfico sobre o tema na psicologia e as definições por vezes pouco claras e muito abrangentes observadas acabavam dificultando a possibilidade de se observar com a devida radicalidade o que significava, de fato, a alienação no e do psiquismo, especialmente em uma análise integrada à economia política. Contribui com esse processo a hegemonia de abordagens não críticas da psicologia, que tem, muitas vezes, propostas de mera adaptação do sujeito às situações nas quais ele se encontra, deixando de abordar de forma mais aprofundada e abrangente as relações entre os processos sociais e coletivos e os processos singulares.

Assim, observou-se que, diferentemente do campo da filosofia e da economia, nos quais é relativamente comum se encontrar referências acerca da alienação em geral e da alienação do trabalho, em particular, no campo da

psicologia são escassos os textos que abordem diretamente o tema. Um dos fatores a que se deve essa dificuldade foi, provavelmente, o fato de que o surgimento da Psicologia Histórico-Cultural se deu na União Soviética, após a Revolução Russa de 1917. Nela a problemática da alienação do trabalho era, possivelmente, uma questão a ser resolvida no âmbito da mudança no modo de produção, sendo mais importante para a sociedade socialista nascente naquele momento uma maior atenção sobre a questão do desenvolvimento das novas gerações. O que explica, inclusive, o maior enfoque na produção teórica acerca do desenvolvimento infantil.

A partir da constatação dessa carência de sistematizações voltadas à definição e aplicação do conceito de alienação em sua dimensão psicológica, partiu-se nesse estudo de dois pressupostos básicos para que se pudesse avançar em relação à definição da alienação enquanto categoria da Psicologia Histórico-Cultural. Inicialmente, do pressuposto marxiano de que o fundamento da alienação se encontra na atividade de trabalho enquanto categoria ontologicamente fundante; e, na sequência, do entendimento na Psicologia Histórico-Cultural de que o trabalho é a atividade principal na vida adulta, isto é, a atividade estruturante do desenvolvimento psíquico nessa etapa da vida, definida por Leontiev (1978) como atividade que atua como principal condicionante no desenvolvimento e reorganização dos processos psíquicos e das particularidades da personalidade. Assim, a atividade principal não necessariamente coincide com a atividade mais frequente para o indivíduo e não é definida por fatores biológicos como a idade ou por uma “maturação cerebral” abstrata, mas de acordo com as condições históricas e concretas que determinam o desenvolvimento das atividades, como por exemplo, pelo fato de que os seres humanos desenvolveram a escola como espaço formal de

ensino que determina certa centralidade na atividade de estudo, havendo certa idade na qual se concluem os estudos e o indivíduo começa a trabalhar.

Observando-se esses dois aspectos em conjunto e a partir do contato com a dissertação de mestrado de Rios (2015) cujo tema é o trabalho como atividade principal na vida adulta, aprofundou-se a necessidade de estudo da alienação no âmbito psicológico e em relação com o desenvolvimento do trabalhador.

Por meio da leitura da dissertação confirmou-se a importância psicológica do trabalho como organizador do desenvolvimento psíquico individual. Destacou-se na leitura, a discrepância observada na análise do trabalho como atividade principal, entre suas potencialidades para o desenvolvimento humano e o que se constata acerca do trabalho na sociedade capitalista. Em resumo, a discrepância entre a positividade do trabalho, como atividade humanizadora, promotora do desenvolvimento de novas capacidades e habilidades e da reconfiguração da esfera afetivo-motivacional da personalidade; e sua negatividade, como atividade alienante e alienada, ou seja, diretamente relacionada aos casos de adoecimento ocasionados pelo trabalho e indiretamente ligada às relações marcadas pela competitividade e pelo individualismo generalizados nessa sociedade. O adoecimento psíquico é atualmente a terceira maior causa de concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez do Brasil (2012), apontando para a análise de que o trabalho é importante fator de sofrimento no capitalismo. Deve-se ainda citar o suicídio, que figura como segunda causa de morte entre os jovens no mundo (OMS, 2017) e que, de acordo com Berenchtein Netto (2007), constitui-se como sintoma da ordem capitalista. Novamente ficam evidentes as incongruências do mundo do trabalho, que chega ao extremo de levar os indivíduos a preferirem morrer a continuar vivendo em um mundo que se apresenta como fator de estranhamento.

Pode-se citar ainda a educação, que de acordo com Saviani (2003) serve à transmissão dos elementos culturais necessários às sociedades. Ocorre, entretanto, que sob o capitalismo a educação torna-se hegemonicamente subserviente às demandas do capital, de modo que o desenvolvimento omnilateral humano não ocorre e o acesso às produções do gênero humano tornam-se restritos especialmente aos extratos mais proletarizados da classe trabalhadora. Dessa forma, a educação enquanto preparação para o trabalho torna-se um processo de assujeitamento e adaptação a uma atividade dilacerante e que pouco exige de suas capacidades criativas, de forma que a educação se amolda à baixa qualificação necessária para a realização dos trabalhos demandados pelo capital.

Observa-se, portanto, a relevância do estudo do trabalho alienado na sociedade capitalista e suas implicações psicológicas para a área da psicologia do trabalho e suas interfaces com a saúde e a educação, sendo importante a reflexão acerca dessa temática para subsidiar intervenções políticas e profissionais em relação ao trabalho alienado.

Mészáros (2006) aponta que a problemática da alienação vem sendo debatida há muito tempo e adquire maior importância frente ao avanço do capitalismo e das profundas crises que apresenta em seu desenvolvimento enquanto sistema econômico. Concordando com as observações do autor, avaliamos que a situação por ele observada nos anos de 1970 vem se agravando até os dias atuais, colocando a alienação, cada vez mais, como um problema a ser estudado e superado.

Partindo-se, portanto, (1) da relevância da problemática da alienação em sua dimensão psicológica para a compreensão e intervenção em relação ao ser-humano que emerge das relações capitalistas de produção; (2) da cadente necessidade de

superação das relações sociais alienadas e da importância da compreensão acerca do fenômeno para enfrentá-lo; e (3) da insuficiência e necessidade de sistematização acerca desse fenômeno fundada na categoria do trabalho como ontologicamente fundante do ser humano e psicologicamente central na vida adulta do indivíduo, emerge a questão da presente pesquisa: como se dá, em termos psicológicos, o processo de alienação da atividade principal humana? Quais processos psicológicos são produzidos a partir das principais características do trabalho sob o modo de produção capitalista? Ou seja, quais as implicações do trabalho alienado para a consciência e personalidade do indivíduo adulto trabalhador?

No intento de realizar a análise do tema, o presente estudo, de caráter teórico-bibliográfico, objetiva investigar, sistematicamente, as implicações da alienação do trabalho como atividade principal da vida adulta para o psiquismo humano. O estudo adota as categorias de atividade, consciência e personalidade de Alexis Nikolaevich Leontiev¹ (1972; 1978a; 1978b; 1988; 2017) e Serguei Leonidovich Rubinstein² (1963; 1978), autores clássicos da Psicologia Histórico-Cultural, bem como a análise da alienação no campo do pensamento marxista. No bojo deste objetivo geral, tem-se os seguintes objetivos específicos: (1) Descrever o conceito de alienação na perspectiva marxiana, partindo da centralidade do trabalho como atividade vital humana e enquanto atividade dominante na vida adulta; (2) Analisar a constituição do psiquismo humano a partir da Psicologia Histórico-Cultural, priorizando a vida adulta e o trabalho como atividade organizadora do

¹ Alexis Nikolaevich Leontiev (1903-1979) foi um proeminente psicólogo soviético, principal desenvolvedor da teoria da atividade e, junto de L. S. Vigotski e A. Luria, um dos principais fundadores da Psicologia Histórico-Cultural.

² Serguei Leonidovich Rubinstein (1889-1960) foi um proeminente psicólogo soviético, se destacando pela produção na teoria da atividade e pelo texto “Princípios de Psicologia geral”, a primeira síntese da produção científica realizada pela psicologia soviética.

desenvolvimento nessa etapa da vida; (3) Discutir as implicações do trabalho alienado para o desenvolvimento do psiquismo, utilizando como fundamento a teoria da atividade de Alexei Leontiev.

Dessa forma, a organização metodológica dessa investigação se dará em três momentos distintos porem articulados, que se desdobram nos capítulos dessa dissertação.

Em um primeiro momento, no primeiro capítulo deste trabalho, toma-se como objeto a categoria marxiana de alienação, focando os seguintes aspectos: a) o processo de construção do conceito de alienação por Marx, a partir de Hegel e Feuerbach; b) a economia política e as categorias que dela emergem e dão ao conceito de alienação um desenho mais abrangente, multifacetado e articulado ao conjunto teórico de Marx; c) a alienação do trabalho e os conceitos de fetichismo e reificação como seus desdobramentos.

O segundo momento, consistiu em uma sistematização dos conceitos desenvolvidos pela Psicologia Histórico-Cultural, especialmente na teoria da atividade de Leontiev e Rubinstein. Dessa forma, focalizará as categorias de atividade, consciência e personalidade e os conceitos a elas articulados, abordando, assim: a) a atividade como mediadora das relações entre o indivíduo e o mundo e dotada de uma dimensão psicológica dela própria decorrente; b) a consciência como responsável pela representação e reflexão acerca da realidade e c) a personalidade como formação social que expressa a singularidade dos indivíduos.

O terceiro momento, expresso no último capítulo da dissertação, se propõe a analisar as implicações psicológicas da alienação da atividade principal organizadora do desenvolvimento do psiquismo do trabalhador. Assim, aborda a forma como o capitalismo, enquanto modo de produção que implica uma

organização específica da atividade de trabalho, promove certas características no psiquismo humano, restringindo o desenvolvimento de aspectos desenvolvidos pelo gênero humano e desenvolvendo formas específicas de existência psicológica. Para tal, serão analisados os impactos da divisão do trabalho capitalista e da generalização das relações mercantis pautadas na reprodução do capital em relação às categorias psicológicas abordadas no terceiro capítulo.

2. A CATEGORIA DA ALIENAÇÃO NO PENSAMENTO MARXISTA

De acordo com o método marxista, temos que para a adequada compreensão de um conceito, faz-se necessário compreendê-lo em sua gênese, desvelando o processo pelo qual o fenômeno concreto é transposto para dado sistema teórico. Tal processo nos permite observar com maior qualidade as diferentes interpretações acerca de um determinado fenômeno, que lapidam o conceito e dão a ele dimensão histórica, necessária para que o mesmo seja compreendido em sua essência.

No presente trabalho não temos a pretenciosa ambição de esgotar a história do conceito de alienação, porém faz-se necessário um breve resgate do desenvolvimento do conceito e de sua elaboração por Marx, para que seja possível investigarmos, posteriormente, as implicações psicológicas da alienação do trabalho enquanto atividade vital humana.

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICO-FILOSÓFICOS DO CONCEITO DE ALIENAÇÃO EM MARX

A palavra alienação encontra sua etimologia na palavra latina *Alienus* que significa “pertencente a outro”. No direito, alienação significa o ato de transferência de posse de algo a outra pessoa por doação ou venda. Na psiquiatria, o termo, que hoje tende ao desuso, é ligado à ideia de perda da noção da realidade ou de si próprio em decorrência de doença mental (SERRA, 2008). Na filosofia, começa a ser abordado com maior centralidade por Rousseau, que coloca a questão da alienação no bojo do contrato social, no qual o indivíduo se aliena de seus apetites em favor da comunidade, segundo os postulados elaborados por ela (MESZÁROS, 2006). Na

religião o conceito encontra-se associado à ideia de “perder a graça” em relação à Deus (MESZÁROS, 2006).

De acordo com Konder (2009), Marx toma o conceito de alienação especialmente a partir de Hegel³ e Feuerbach⁴. Na língua alemã, língua nativa desses filósofos, há três palavras para designar alienação: *Entäußerung*, *Entfremdung* e *Veräußerung*. Borgianni (1998), explica que o primeiro termo é utilizado quando o foco recai sobre a questão da “exteriorização” dos atributos do ser-humano ou “objetivação”. O segundo é utilizado quando a ênfase é dada na questão do “estranhamento”, correspondendo ao sentido negativo do termo, em que o ser humano estaria em uma relação de oposição com um poder hostil, que é criado por ele próprio e o domina. Já *Veräußerung* é utilizado para questões jurídicas, na questão da “alienação de bens”, de venda (BETTY OLIVEIRA 2003, *apud* SAVIANI 2012).

Hegel foi o primeiro filósofo a colocar a alienação no centro de seu sistema teórico, utilizando-se para isso de três acepções: religiosa, econômica e filosófica. Ainda que se distancie da acepção religiosa do termo em seu sistema teórico, Hegel é especialmente influenciado pela ideia religiosa da alienação de Deus, segundo a qual, originalmente, Ele teria se alienado em um mundo mau, marcado pela alienação do ser-humano em relação ao criador, pela perda da graça, pela queda do paraíso e por outras expressões do distanciamento em relação ao divino, as quais aparecem tanto no judaísmo como no cristianismo de diferentes formas (KONDER, 2009; MESZÁROS, 2006). Hegel teria ainda se servido do conceito de alienação da economia clássica, enquanto transferência de posse de mercadorias, e da ideia

³ Georg Wilhelm Friedrich Hegel (27/08/1770 a 14/11/1831) foi um importante filósofo representante do idealismo alemão

⁴ Ludwig Andreas Feuerbach (28/07/1804 a 13/09/1872) foi um iminente filósofo do materialismo alemão

rousseauniana de que os indivíduos se alienariam de sua liberdade individual em troca das garantias comunitárias decorrentes do contrato social (KONDER, 2009).

Hegel, como filósofo idealista, considera o espírito⁵ o ponto a partir do qual o mundo inicia seu movimento, ou seja, o espírito é o motor e o centro da história (BARROS, 2011). O espírito se encontraria estranhado de si e faria a história em um processo dialético de retomar posse e consciência do mundo (GORZ, 1987 *apud* BARROS, 2011). Esse processo seria mediado pelo trabalho, porém a tomada de consciência seria essencialmente feita em um movimento teórico, pois para ele a alienação surge na consciência e o caminho para sua supressão seria também através dela (LUCKÁCS, s.d. *apud* KONDER, 2009).

Sánchez Vázquez (1980) observa que em Hegel o trabalho adquire caráter ontológico, tornando-se central no processo de autoprodução humana pela atividade mediada, no qual se destaca o caráter social do ser humano. Para Hegel, então, o trabalho permite ao ser humano superar a animalidade do desejo e humanizar-se através do trabalho, suprimindo as necessidades individuais e da comunidade de forma distinta dos animais, que consomem os objetos de forma imediata. Entretanto, ainda que seja entendido como atividade material e transformadora, o trabalho é para ele uma atividade do espírito.

Em Hegel a objetivação (*Vergegenständlichung*), que é o processo por meio do qual o ser humano exterioriza suas capacidades, ou seja, no qual ele realiza a *Entäußerung*, possui identificação com a alienação (*Entfremdung*) (FREDERICO, 1995 *apud* BORGIANNI, 1998). Pode-se dizer, portanto, que há para o autor uma concomitância entre a objetivação e a alienação, como se o distanciamento fosse inerente ao processo de objetivação. Entretanto, existe a possibilidade de cessação

⁵ Entendido enquanto ideia, consciência.

da alienação através da consciência, que realizaria um retorno ao absoluto, de forma que não mais haveria manifestação do espírito no mundo por não haver mais distanciamento, diferenciação entre espírito e mundo (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1980).

Assim, mediado pelo trabalho como forma de elevação da consciência, ocorre a unidade entre sujeito e objeto, o retorno do espírito ao absoluto, da consciência plena e absoluta de si mesmo e de sua natureza humana. Desse modo, as atividades humanas convertem-se em atividades espirituais e adquire-se a consciência filosófica de que a história humana não é senão história espiritual (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1980).

Sánchez Vázquez (1980) observa que Hegel chega a apontar o caráter de cisão que a divisão do trabalho produz no trabalhador, porém, não consegue desenvolver a crítica para além de tal observação em virtude mesmo das limitações impostas pelo seu lugar enquanto indivíduo histórico e, portanto, enquanto filósofo idealista. Isso se demonstra por exemplo, na explicação dada por Hegel do caráter negativo do trabalho. O autor expõe que o ser-humano só se mantém em um plano humano na relação com outros seres-humanos, tendo, portanto, a necessidade de ser reconhecido por essas outras consciências. Dado que todos desejariam o reconhecimento, surgiria um conflito e conseqüentemente uma luta que poderia resultar na morte do perdedor. Entretanto, para que o vencedor seja reconhecido é necessário que o perdedor continue vivo para reconhecê-lo, sendo possível que o perdedor abdique do seu reconhecimento em favor do vencedor para manter-se vivo.

Esse seria o modo pelo qual se explicariam as relações entre senhor e escravo e opressores e oprimidos, pela dinâmica entre desejo de reconhecimento e medo da morte, características espirituais e a-históricas, que justificam

ideologicamente⁶ a servidão entre os seres humanos, algo que na concepção materialista e marxista é explicada pelas próprias relações sociais concretas (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1980).

Saviani (2012) aponta ainda, que Marx utilizou-se também de maneira importante de Feuerbach para elaboração do seu conceito de alienação, se apropriando da crítica materialista de Feuerbach à religião. Sánchez Vázquez (1980) aponta que a essência do pensamento de Feuerbach se funda na afirmação de que Deus é um objeto criado pelo ser humano a partir de seus predicados e que o ser humano se objetiva em um ser que representa sua essência humana de forma idealizada. Entretanto, ao não se reconhecer nesse objeto externo criado por ele, que é a personificação das características do gênero que o ser humano individualmente não pode alcançar, esta relação toma a forma de alienação. Deus é, então, enriquecido com as características que o ser humano lhe fornece e se empobrece nesse processo ao tornar Deus dotado de um poder que não possui e que o domina.

A superação da alienação em Feuerbach promove-se, tal qual em Hegel, pela atividade teórica, através da qual o ser humano adquire consciência da sua verdadeira natureza, reconhecendo em si mesmo os atributos que transfere ao objeto criado por ele (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1980).

Sánchez Vázquez (1980) aponta também que a relação entre sujeito e objeto é colocada por Feuerbach como um processo em que o sujeito se depara com um

⁶ Dada a pluralidade de usos possíveis do conceito de ideologia, faz-se necessário esclarecer que na presente dissertação ele será utilizado como falseamento de ideias, como parcialidade que busca se fazer passar por totalidade tendo como consequência o falseamento da realidade. Todavia nas páginas 81, 83 e 118 Leontiev (1978) e Rubinstein (1978) utilizam-na como conjunto de ideias ou visão de mundo, o que ocorre provavelmente pelo fato de que A ideologia alemã de Marx (2007) só foi publicada posteriormente à escrita dos textos dos autores.

objeto que é sempre objeto de contemplação para uma consciência, que através dele revela sua essência enquanto “ser sensível, racional, afetivo e volitivo” (p. 97).

Como aponta Mészáros (2006), para Feuerbach, o ser humano é dotado de uma essência humana genérica e abstrata, desvinculada das relações sociais por ele contraídas, de forma que a essência do seu pensamento se funda no dualismo. Feuerbach critica, portanto, a alienação religiosa no âmbito da consciência, desvinculando-a do indivíduo vivo, desconsiderando que as representações humanas são fruto do seu processo concreto de vida (MARX, 2007).

Dessa forma, ainda que fundado no idealismo, Hegel apresenta um sistema teórico monista e dialético, diferentemente de Feuerbach, que apesar de ser materialista, é dualista. Por esse motivo, há restrições na utilização de Feuerbach no sistema teórico marxiano em virtude da falha na forma com que este edifica seu sistema teórico, ou seja, da natureza dualista do seu ponto de vista (MÉSZÁROS, 2006). Marx se apropria, assim, da dialética Hegeliana e do papel do trabalho social na autoprodução humana e como fundamento da autoconsciência do trabalhador e do materialismo de Feuerbach para construir seu sistema teórico, convertendo, dessa forma a dialética idealista de Hegel em dialética materialista.

Esse processo de desenvolvimento filosófico, aliado ao contato com a economia política iniciado em 1843 e com os movimentos sociais de sua época, levaram Marx a elaborar um sistema teórico que visa à superação da condição material de alienação do trabalho.

2.2 O INÍCIO DA ELABORAÇÃO CONCEITUAL MARXIANA ACERCA DA PROBLEMÁTICA DA ALIENAÇÃO

Conforme Mészáros (2006), a formulação do sistema teórico de Marx, em vinculação direta com a questão da superação da alienação do trabalho, tem origem em sua tese de doutorado, que põe em relevo a “privatização da vida”, a “individualidade isolada”, a chamada “*bellum omnium contra omnes*”⁷, da qual a filosofia epicurista seria expressão. Em seus artigos sobre a questão judaica, a *guerra de todos contra todos* praticada na sociedade burguesa é seu objeto de estudo, considerada então por Marx como o princípio responsável pela divisão do ser-humano em cidadão público e indivíduo privado; o motivo da separação do ser-humano com o ser comunitário e consigo próprio. Assim, a alienação se destaca para Marx como denominador comum na análise da religião e do Estado, bem como na vida econômica, política e familiar, nas quais essa “guerra de todos contra todos” se opera (MÉSZÁROS, 2006).

Entretanto, de acordo com Mészáros (2006), até 1843, na Crítica da filosofia do direito de Hegel, Marx, ao analisar a externalidade do trabalho, coloca o capitalismo como realização do “princípio do individualismo”, sendo que seus estudos sobre economia política figuravam nesse momento apenas como pano de fundo para seus estudos sobre religião, teologia, direito e política.

Conforme aponta Mészáros (2006), em janeiro de 1844 Marx entra em contato com o texto “Esboço de uma crítica da economia política” de Engels. Nesse texto o jovem Engels expõe o capitalismo como uma “condição inconsciente da humanidade” e propõe o abandono da propriedade privada e da produção regida pelo acaso, em prol de uma produção consciente pela espécie humana. A partir do contato com esse texto, Marx intensifica seus estudos sobre a economia política, o que se desdobra na produção dos Manuscritos econômico-filosóficos, no qual

7

Expressão latina traduzida como “guerra de todos contra todos”

discorre sobre questões como a liberdade, o significado da vida, a relação entre o ser comunitário e o individual dentre outras, adentrando na problemática da superação (*Aufhebung*) concreta da situação da alienação, aí já entendida como alienação do trabalho, ou seja, como um processo de servidão aos objetos, que distancia o trabalhador do gênero humano, que o deforma em suas capacidades e que decorre da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho. Dessa forma, os fenômenos de separação, isolamento, individualismo etc. são analisados como manifestações do processo de produção da vida sob a divisão do trabalho, como um processo material e histórico (MÉSZÁROS, 2006).

Observa-se, portanto, que o contato com a economia política possibilita a Marx um grande salto em termos da capacidade de abordar e articular uma série de problemas filosóficos que foram observados por ele ao longo de sua trajetória enquanto filósofo e economista. Assim, ao confrontar as contradições observadas na sociedade francesa, inglesa e alemã de seu tempo e perceber a alienação do trabalho como aspecto central e comum que se expressa de diferentes modos nas diversas nações de acordo com as variadas formas e estágios de desenvolvimento do capitalismo, Marx tem a possibilidade de analisar diferentes expressões da propriedade privada e da alienação do trabalho na vida humana como, por exemplo, em relação aos sentidos humanos, à liberdade, às relações comunitárias, dentre outras (MÉSZÁROS, 2006).

Nesse ponto do desenvolvimento teórico de Marx, o trabalho toma contornos definidos enquanto aspecto ontológico definidor da essência humana, quando tomado em seu aspecto geral, bem como definidor da existência humana específica quando tomado nas formas que é organizado e executado historicamente pelo conjunto das diferentes sociedades (MÉSZÁROS, 2006).

A definição do caráter ontológico do trabalho como definidor do ser humano merece destaque, pois é apenas a partir da concepção de “essência humana” que se pode definir o que se constitui enquanto alienação dessa essência. Saviani (2012) aborda tal polêmica, apontando que a essência humana aparece em Marx enquanto a própria construção histórica e social da humanidade, se afastando, assim, de uma ideia abstrata e universal de essência. Todavia, de acordo com Saviani (2012), abordar a essência humana em Marx leva à questão levantada por Sánchez Vázquez (1980) de que nos Manuscritos econômico-filosóficos toda história até o momento seria negação da essência humana e que, portanto, haveria um caráter especulativo acerca dessa essência, entendida então enquanto uma possibilidade a ser realizada em uma situação futura, mas até o momento inexistente. Tal caráter especulativo teria sido, porém, superado n’A ideologia alemã, na qual a essência humana aparece definida claramente como “o conjunto das relações sociais” (SAVIANI, 2012).

Desse modo, de acordo com Saviani (2012), n’A ideologia alemã apareceria superada a ideia de que o processo histórico seria o desenvolvimento da essência humana que é primeiramente negada, depois vista como possibilidade e por fim realizada; mas sim como a própria realização concreta do que os seres humanos produzem e da forma com a qual produzem, coincidindo, portanto, com a práxis. Por consequência, a alienação deixaria de desempenhar um papel central no sistema marxiano enquanto princípio explicativo para a condição humana, para ser considerada um fenômeno histórico decorrente da divisão social do trabalho, a qual toma destaque a partir de então enquanto objeto da sua produção intelectual.

Cabe destacar que essa mudança de perspectiva, em nossa compreensão, não torna a alienação um fenômeno desimportante ou superado, já que ela aparece

nas mais diversas esferas da vida em sociedade e na obra de Marx, ainda que passe, a partir de então, a ser descrita sob a ótica das implicações da divisão social do trabalho⁸.

Entendendo-se, portanto, o conceito de alienação como indissociável da divisão social do trabalho e como fenômeno que se expressa a partir de relações sociais historicamente determinadas, faz-se necessário compreendê-los na história humana e nas diferentes formas da organização da produção. Esse resgate tem o objetivo de viabilizar uma melhor compreensão da alienação como fenômeno histórico, anterior ao capitalismo, mas que nele se desenvolve de forma particular e cujas especificidades são essenciais para compreensão do psiquismo humano sob relações de produção capitalistas.

2.3 PROPRIEDADE PRIVADA, DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E ALIENAÇÃO

Os diferentes modos de produção são determinados primeiramente pelos diferentes estágios do desenvolvimento das forças produtivas⁹ (MARX, 2007). Ou seja, de modo geral, maiores níveis de desenvolvimento técnico da produção e maior complexidade nas relações sociais desenvolvidas em cada sociedade, demandam formas também distintas e mais complexas de organização da produção,

⁸ Mézáros (2006) sistematiza no capítulo VIII diversos trechos do conjunto da obra de Marx nos quais o conceito de alienação aparece, utilizando-se dos mesmos para defender a permanência da centralidade da alienação na teoria de Marx, considerando que em toda sua obra a abordagem da alienação permanece a mesma. Entendemos, entretanto, que ainda que não haja uma ruptura em relação aos Manuscritos, ao longo de sua obra Marx aprofunda e eleva a compreensão acerca da alienação a uma nova qualidade, pois passa a estar cada vez mais imbricada com o conjunto das relações sociais vividas pelos seres-humanos, cujo elemento central são as relações sociais de produção.

⁹ Para Marx (2011b) as forças produtivas caracterizam-se como o conjunto dos meios de trabalho (ferramentas, instalações, terra, etc.), dos objetos de trabalho (matéria sobre a qual incide o trabalho humano) e da força de trabalho (energia humana dispendida na produção dos objetos)

de intercâmbio entre os valores de uso produzidos, instituições erigidas para manutenção social etc.

Durante a maior parte da história da humanidade o baixo nível de produtividade do trabalho era um impeditivo técnico para que houvesse exploração entre os seres humanos, pois o que um escravo poderia produzir não era suficiente para manter outros indivíduos além de si próprio. Inexistiam, assim, fontes de produção suscetíveis de apropriação particular e vivia-se no chamado comunismo primitivo, no qual o trabalho apenas supria as necessidades imediatas do grupo, inexistia a propriedade privada e a divisão do trabalho se baseava em características e capacidades físicas dos membros da comunidade. Apenas depois do período neolítico torna-se viável economicamente o trabalho escravo, inaugurando-se nesse momento a divisão social do trabalho. Com ela surge também a propriedade privada e a diferença de interesses entre classes sociais distintas e antagônicas, que se conformavam a partir da unidade entre exploração do trabalho e propriedade privada (KONDER, 2009).

Nesse processo a humanidade passa a um novo estágio de desenvolvimento, marcado por relações nunca antes vividas, como a produção e o intercâmbio de mercadorias entre as comunidades, um Estado necessário à administração da nova forma de organização da vida e um progresso jamais visto em sua história anterior (KONDER, 2009). Assim, o desenvolvimento dos meios de produção possibilitou à humanidade passar a produzir mais do que então consumia. Tal marco viabilizou a exploração do trabalho, inicialmente pelo modo de produção escravista, cujo antagonismo fundamental entre as classes se desenhava entre os proprietários de terras e escravos, uma parcela da população que não dispunha nem mesmo da própria vida, que era propriedade do seu senhor (NETTO E BRAZ, 2012).

O escravismo, entretanto, viu-se em crise por conta da demanda de enorme excedente econômico para a manutenção da repressão aos escravos e aos povos conquistados, do parasitismo dos grandes proprietários, da maior produtividade do trabalho livre e do desenvolvimento de novos meios de trabalho. Esse processo no qual as relações sociais de produção existentes não mais se adequam a um novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, em virtude deste estágio demandar outras formas de relação social para que possa se desenvolver, caracterizam o conceito marxista de contradição entre as relações sociais de produção e as forças produtivas (NETTO E BRAZ, 2012).

Assim, ao escravismo se sobrepôs o modo feudal de produção, que se caracterizou pela produção descentralizada em feudos, com uma economia baseada na propriedade privada da terra pela nobreza e no trabalho da terra pela classe dos servos, que contraíam uma série de compromissos mútuos com os nobres, em especial, a troca de parte de seu trabalho e o pagamento de tributos pela proteção de sua vida pelo senhor (NETTO E BRAZ, 2012).

A produção nos feudos era voltada essencialmente para o consumo interno, entretanto ocorria paralelamente a produção para a troca, que toma progressiva centralidade especialmente a partir das cruzadas e promove a complexificação da estrutura social feudal com as associações de artesãos e comerciantes. O estabelecimento de rotas comerciais ao oriente intensifica a centralidade do comércio, que rompe com a base da produção autárquica feudal e aumenta a centralidade das trocas e do dinheiro na vida social. No interior desse processo começa a ganhar corpo e importância o grupo social dos comerciantes, que constituirão a maior parte da burguesia, classe social que derrotará a nobreza pondo fim ao modo de produção feudal (NETTO E BRAZ, 2012).

Marx (1984) aponta ainda, que no fim do século XV e início do século XVI foi lançada uma massa de proletários ao mercado de trabalho como consequência da dissolução das terras comunais e da expropriação dos camponeses livres de suas terras para a criação de ovelhas que serviam para fornecer lã para a nascente manufatura, em um processo de mercantilização da terra. Essa transição do feudalismo para o capitalismo passa pelo Estado absolutista, que surge a partir da centralização do poder que era antes distribuído nos feudos e contribui com o processo da acumulação primitiva ao provocar a ruptura da ligação dos trabalhadores com a terra por meio da violência concentrada e organizada; com a criação de um mercado interno constituído pelos camponeses expropriados que antes produziam seu alimento e agora precisam comprá-lo; com a criação de novas legislações que disciplinam o trabalho, a propriedade, o sistema de crédito e outros, impulsionando, assim, o Estado moderno e o capitalismo em ascensão.

Netto e Braz (2012) afirmam que o fim do feudalismo é um processo complexo e controverso, perpassado pelo florescimento do comércio, pelo esgotamento dos solos, pelas dificuldades técnicas na execução da mineração e pela peste negra, que dizimou um quarto da população europeia. Nesse quadro, os autores apontam a importância de diversos confrontos e a centralização do poder no Estado absolutista que surge em resposta à rebeldia dos servos, servindo como instrumento de poder do conjunto dos senhores feudais. Esse processo confere maior poder aos comerciantes financiadores deste Estado, que inaugura a concepção de Estado moderno e seus órgãos aos moldes do que é conhecido hoje (NETTO E BRAZ, 2012).

Ainda de acordo com os autores (2012), a expansão das atividades mercantis e o surgimento da manufatura coroam um cenário de novo choque entre as relações

sociais de produção feudais e as forças produtivas, que cada vez mais operam em relações de produção capitalistas. Desse modo, a partir do choque de interesses entre a nobreza feudal e a burguesia em ascensão, tem início a revolução burguesa, que põe fim ao antigo regime e inaugura o Estado burguês.

Torna-se claro que após o comunismo primitivo, nos modos de produção predominantes na história, os indivíduos não mais produzem enquanto comunidade de seres humanos, mas enquanto proprietários particulares de objetos alienáveis entre si, os quais são trocados no mercado a partir de uma equivalência (KONDER, 2009). Essa forma de relação entre os seres humanos é anterior ao capitalismo, surgindo com a propriedade privada, a divisão do trabalho e a produção mercantil. Entretanto, essas relações tornam-se ainda mais agudizadas no modo de produção capitalista, caracterizado pela centralidade da produção de mercadorias e da exploração do trabalho assalariado.

2.4 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A UNIVERSALIZAÇÃO DA ALIENAÇÃO

Mészáros (2006) destaca a questão da ligação entre a alienação e a demanda pela universalização das relações mercantis colocada pelo capitalismo. Tal relação seria perpassada pela secularização da ideia de alienação enquanto venda de bens, que possuía limitações ditadas pela moral religiosa e que, enquanto aparato ideológico, precisou ser adaptado para manter-se afinado às demandas do capitalismo em ascensão. Nesse caso, o capitalismo demandava a possibilidade de universalização da “vendabilidade”, isto é, de que tudo fosse passível de ser transformado em mercadoria, demanda esta que se sobrepôs a concepções que

pregavam a inalienabilidade de partes sagradas da criação de Deus, que não deveriam se tornar propriedade particular, como é o caso, por exemplo, da terra.

Esse processo de expansão das relações comerciais e da necessidade de vendabilidade inclui também o ser humano e a demanda de que estes pudessem livremente estabelecer relações contratuais nas quais alienassem sua força de trabalho àquele que por ela estivesse disposto a pagar. Nesse contexto, conforme define Mészáros (2006, p. 39),

A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos isolados” (vereinzelte Einzelnen), que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta”, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade.

Esse processo de expansão da vendabilidade a ponto de permear todas as relações sociais, inclusive transformando os seres-humanos em mercadorias a partir da compra e venda da sua força de trabalho é inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, que é essencialmente voltado à produção de mercadorias e expansão do capital. A mercadoria é, de acordo com Marx (2011b), a forma elementar da riqueza sob o modo de produção capitalista. É, como todo produto de trabalho, objeto útil produzido com o objetivo de satisfação de necessidades (valor de uso), porém possui a especificidade de ser produzida para a venda, a troca com outras mercadorias, tendo como medida de equiparação o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção (MARX, 2011b).

De acordo com Netto e Braz (2012), a mercadoria aparece na história com o processo de desintegração da comunidade primitiva e com a geração do excedente econômico. Tanto no modo de produção escravista como no modo de produção feudal as atividades mercantis ocorrem em menor ou maior proporção nas diversas

sociedades. Entretanto, não se pode classificá-las como modos de produção de mercadorias, pois ainda que fundadas sob a propriedade privada e a divisão do trabalho, tais sociedades baseavam-se no trabalho pessoal de artesãos e camponeses envolvidos na produção, de forma que a troca tem papel meramente secundário e a produção é centrada no consumo próprio, com o excedente sendo trocado ou confiscado. Além disso, parte significativa da produção nessas sociedades não implicava necessariamente a exploração do trabalho e as trocas inicialmente não se voltavam de forma central para a obtenção de dinheiro, servindo este apenas como meio de troca para obtenção de outras mercadorias de que se necessitasse.

Ainda durante o feudalismo, com o aumento da demanda por mercadorias, a ampliação do comércio e do uso do dinheiro, a produção mercantil simples se complexifica e os comerciantes passam a desenvolver a atividade específica de intermediação entre os produtores e consumidores, acumulando lucros progressivos. Tais lucros não advinham da exploração do trabalho durante a produção de mercadorias, mas sim da diferença entre compra e venda na esfera da circulação das mercadorias. Por outro lado, parte dos artesãos deixa de desenvolver relações solidárias e colaborativas com seus pares e aprendizes e enriquece às custas do trabalho desses. A associação entre esses grupos comerciais e os artesãos enriquecidos desenvolveu as condições para que surgisse uma classe capaz de comprar a força de trabalho oferecida pelos pequenos camponeses livres provenientes da sociedade feudal, que foram expropriados de suas terras e se deslocaram para as cidades necessitando vender sua força de trabalho para subsistir (NETTO E BRAZ, 2012; MARX, 1984).

Desenvolve-se, assim, a chamada produção mercantil capitalista, na qual a propriedade privada encontra-se nas mãos não mais do produtor direto, mas do capitalista, que compra a força de trabalho e a emprega através do assalariamento para a produção de mercadorias. Note-se que a relação antagônica entre capitalista e assalariado – na qual a força de trabalho figura como mercadoria – é a novidade que caracteriza e diferencia a produção mercantil capitalista de suas formas anteriores, para além da complexificação e expansão das relações de troca (NETTO E BRAZ, 2012).

2.5 AS CONSEQUÊNCIAS DA ALIENAÇÃO SOBRE O TRABALHADOR

Além da expansão das relações mercantis e do assalariamento, que se desenvolve como relação de trabalho predominante no capitalismo e transforma a força de trabalho em mercadoria, a divisão do trabalho capitalista é outro aspecto intrinsecamente relacionado à especificidade da alienação sob o capitalismo. De acordo com Marx (2011b), suas origens datam do início do capitalismo no século XVI, no período manufatureiro, quando nas chamadas manufaturas heterogêneas, diversos trabalhadores eram reunidos em galpões sob o comando do mesmo capitalista e uniam seus ofícios específicos e independentes (carpinteiro, ferreiro, costureiro, pintor, etc.) para a elaboração de um produto novo, como por exemplo, carruagens. Pelo hábito de produzir apenas o produto que une esses diferentes ofícios antes independentes, os trabalhadores perdem pouco a pouco a capacidade de exercer seu antigo ofício em toda sua extensão. Dessa maneira, o pintor passa a ser pintor de carruagens, o estofador se torna estofador de carruagens e assim por diante.

Outra forma de início da manufatura é a união de trabalhadores que executam o mesmo trabalho em sua totalidade em um mesmo espaço, a chamada manufatura orgânica. Entretanto, em pouco tempo a repartição de tarefas revela suas vantagens e leva à divisão do trabalho em etapas distintas, de forma que a mercadoria deixa de ser produto individual de um trabalhador que executa todas suas etapas, para ser produto coletivo de vários trabalhadores que executam cada qual a mesma tarefa parcial durante todo o tempo de trabalho. O trabalho ocorre então de forma intensificada ao se eliminarem as lacunas de tempo do trabalho produtivo, que existiam na passagem do trabalhador de uma etapa a outra da produção (MARX, 2011b).

Marx (2011b) aponta que em ambos os casos se inaugura um mecanismo de produção cujos órgãos são os seres humanos, no qual sua força de trabalho é absorvida pela função parcial que executa, restringindo o trabalhador a uma aptidão específica. Isso ocorre, pois para cada fase da produção é necessário que o trabalhador desenvolva uma habilidade distinta. Em certa etapa da produção é necessária mais força, noutra mais destreza, em outra mais atenção etc., chegando-se ao desenvolvimento anômalo dos músculos, a deformações ósseas e às patologias decorrentes do trabalho repetitivo. Para as diferentes aptidões são exigidas diferentes formações e técnicas, de forma que diferentes trabalhadores possuem valores distintos (diferentes tempos de trabalho para se que desenvolvam as habilidades de trabalho), criando-se uma hierarquia entre os trabalhadores que se expressa nos salários.

Assim, a partir da manufatura desenvolve-se um processo intensificado com a introdução da maquinaria, em que os trabalhadores se confrontam como produtores independentes de mercadorias, reconhecendo apenas a autoridade da concorrência

e da coação exercida pela pressão dos interesses recíprocos, numa verdadeira “guerra de todos contra todos” (MARX, 2011b).

Com o desenvolvimento da indústria moderna, a maquinaria vem a incrementar o sistema de divisão do trabalho, aprofundando a cisão do trabalhador. De acordo com Marx (2015), o trabalhador deixa de manejar uma mesma ferramenta parcial por toda sua vida, para então servir sempre a uma máquina parcial, convertendo-se em parte dessa máquina, da mesma forma que era parte da ferramenta na manufatura.

Na fábrica o ritmo de trabalho e os movimentos do trabalhador são determinados pela maquinaria, o trabalhador que antes dominava com maestria certa ferramenta, pode ser transferido de função devido à simplicidade das funções que executa. Dessa forma cresce a monotonia do trabalho, bem como sua penosidade. Por outro lado, com a introdução da maquinaria e a simplificação do trabalho realizado, e atendendo às demandas do capital, amplia-se a utilização de força de trabalho feminina e infantil já a partir de tenra idade, alargando ainda mais a unilateralidade do desenvolvimento dos trabalhadores (MARX, 2011b).

Com a introdução da manufatura e da maquinaria, ocorre, portanto, o aumento da produtividade do trabalho e das relações comerciais e um processo progressivo de especialização do trabalhador decorrente da divisão do trabalho, processo que acaba promovendo nele um desenvolvimento unilateral e limitado.

Observa-se, porém, que essa deformação das capacidades humanas não se opera apenas na esfera do trabalho. Isso pois as habilidades desenvolvidas no trabalho tornam-se órgãos da individualidade do trabalhador, agregando-se a ele e sendo utilizadas em todas as esferas da vida, como é o caso da linguagem, que surge intrinsecamente ligada ao trabalho, mas se autonomiza em relação a ele,

sendo utilizada para outros fins. Assim, as habilidades socialmente desenvolvidas no capitalismo, mas individualmente amputadas, convertem-se também em deformação na individualidade do trabalhador. Dessa forma, como aponta Marx (2011b), o camponês e o artesão independentes desenvolvem, ainda que modestamente, conhecimentos, sagacidade e vontade, apurando sua astúcia pessoal. Já na manufatura, essas capacidades são exigidas apenas do conjunto dos produtores, não mais dos indivíduos. As forças intelectuais ficam, portanto, inibidas em relação a tudo o que não se enquadra na unilateralidade da produção.

Conforme demonstra Marx n'O capital (2011b, p. 416) e em consonância com os Manuscritos econômico-filosóficos:

O que perdem os trabalhadores parciais, concentra-se no capital que se confronta com eles. A divisão manufatureira opõe-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade de outrem e como poder que os domina. (...) Esse processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, reduzindo-o a uma fração de si mesmo, e completa-se na indústria moderna, que faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital.

A divisão do trabalho e as condições de vida impostas ao trabalhador pela concorrência intercapitalista determinam, então, que este se desenvolve como mero portador da força de trabalho, ou seja, cada vez mais parcial e dependente do capitalista para sua subsistência. Isso ocorre, em virtude de o trabalhador parcial ser incapaz de produzir mercadorias por si só, e mesmo que o seja, não consegue produzi-las de forma competitiva e que garanta sua subsistência¹⁰ (MARX, 2011b).

Como aponta Marx nos Manuscritos econômico-filosóficos (2015, p. 325):

A produção produz o homem não só como uma *mercadoria*, a *mercadoria-homem*, o homem na determinação de *mercadoria*, o produz correspondendo a essa determinação, como um ser *desumanizado* (*entmenshtes Wesen*) tanto *espiritual* como *corporalmente* – imoralidade, disformidade, imbecilidade dos trabalhadores e

¹⁰ Mesmo havendo a permanência de trabalhadores autônomos, artistas, artesãos etc., estes são uma fração muito pequena dos trabalhadores, de forma que se considera o trabalho assalariado e parcial como forma dominante e capaz de melhor explicar as relações sociais e a subjetividade no capitalismo.

dos capitalistas. O seu produto é a *mercadoria autoconsciente e autoativa*, ... a mercadoria-homem

Observa-se, dessa forma, como o trabalho parcelar e a relação de assalariamento a que o trabalhador é submetido no capitalismo acabam circunscrevendo o desenvolvimento dos seres-humanos às demandas do capital. Deve-se salientar, entretanto, que o desenvolvimento humano balizado pelo processo de reprodução do capital não se restringe apenas à esfera produtiva da vida humana. Esse processo, cujas origens são encontradas na divisão do trabalho, na propriedade privada e na generalização da forma mercadoria, extravasa para todas as dimensões da vida humana à medida que o que estrutura as relações sociais é a produção de mercadorias e que o próprio ser-humano se constitui enquanto mero sustentáculo da força de trabalho.

Marx (2015) fornece já nos Manuscritos econômico-filosóficos o instrumental que permite observar como as consequências subjetivas do trabalho capitalista se expandem às demais esferas da vida humana, sistematizando o processo de alienação pelo qual “Com a *valorização* do mundo das coisas, cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta” (p.304). O autor sistematiza a alienação em quatro esferas fundamentais:

a) *alienação da natureza*, ou seja, não apenas daquilo que encontra disponível no mundo como matéria prima, mas do seu corpo inorgânico, do produto do seu trabalho enquanto gênero com o qual permanece em constante processo para manter-se vivo.

Assim, de acordo com Marx (2015) o trabalhador põe sua vida nos objetos, mas eles não lhe pertencem. Os objetos não adquirem apenas uma existência enquanto objeto exterior, mas enquanto algo que é “*fora dele*, independente e

alienado a ele, e se torna um poder autônomo a ele, de que a vida, que ele emprestou ao objeto, o enfrenta de modo hostil e alienado” (p. 306). Nesse sentido, Marx (2015, p. 307) sintetiza o aumento do fosso entre o ser-humano singular e o gênero humano expresso na relação com os objetos de trabalho:

(A alienação do trabalhador no seu objeto exprime-se, segundo as leis nacional-econômicas, de modo tal que, quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; em que, quanto mais valores ele cria, tanto mais sem valor (*wertloser*) e indigno se torna; em que, quanto mais formado o seu produto, mais deformado o trabalhador; em que, quanto mais civilizado o seu objeto, tanto mais bárbaro o trabalhador; em que quanto mais potente (*mächtiger*) o trabalho, tanto mais impotente (*ohnmächtiger*) o trabalhador; em que quanto mais espiritualmente rico o trabalho, tanto mais sem espírito (*geistloser*) e servo da natureza se torna o trabalhador.);

b) de sua própria atividade produtiva. Marx (2015), aponta que sendo o produto do trabalho o resultado da atividade produtiva, só poderia a atividade produtiva apresentar-se como alienação. O trabalho como atividade constitui-se como negação de si, como mortificação e ruína física e espiritual. O trabalhador sente-se desgraçado no trabalho e em si apenas fora dele, sendo o trabalho decorrente de coação, motivado por necessidades externas a si e pertencente a outro. O ser-humano então “só se sente livremente ativo nas suas funções animais – comer, beber e procriar, quando muito habitação, adorno etc.” (p. 309), à medida que estas atividades se tornam as finalidades últimas e exclusivas do ser-humano;

c) do seu ser genérico, ou seja, de si enquanto membro do gênero humano. Mészáros (2006) aponta que esse aspecto é expressão das duas formas anteriores de alienação no que diz respeito às relações humanas, levando em consideração o estranhamento do objeto e da atividade como condição humana.

Esse estranhamento do ser genérico, se dá à medida que, de acordo com Marx (2015), é na atividade que o ser humano se duplica e se contempla em um mundo criado por ele. Processo que se encontra prejudicado no modo de produção

capitalista, de modo que o ser humano não se reconhece enquanto um exemplar do gênero humano e não vincula a reprodução da sua vida individual com a história humana, tornando a vida genérica mero meio para a manutenção da sua existência física e singular;

d) dos outros seres-humanos, pois ao confrontar-se de forma alienada consigo próprio e com o produto do seu trabalho e ao não se reconhecer enquanto membro do gênero humano, confronta-se também de forma estranhada com os outros membros da sua espécie, considerando o outro a partir da forma como “ele próprio se encontra como trabalhador” (MARX, 2015, p. 314).

Faz-se necessária, todavia, uma importante ressalva na análise das limitações impostas pelo capitalismo ao trabalhador. A saber, que essas limitações ocorrem em uma dinâmica contraditória entre humanização e alienação, de forma que o capital, ainda que tenha promovido a fragmentação e o progressivo aumento do fosso entre as capacidades do gênero humano e dos indivíduos, promoveu o desenvolvimento das forças produtivas de forma nunca antes vista na história da humanidade.

Pode-se citar três fatores econômicos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento econômico e humano trazido pelo capital: 1. O aumento da produtividade do trabalho; 2. O conseqüente aumento da quantidade de valores de uso produzidos; 3. A redução do valor unitário das mercadorias. Resumidamente, pode-se dizer que o aumento da produtividade ocorre em virtude de haver inovações técnicas no processo de trabalho que tem como consequência aumento da quantidade de mercadorias produzidas com um menor dispêndio de trabalho humano. Isso ocorre, por exemplo, no processo de aperfeiçoamento da maquinaria, que resulta em um aumento da capacidade produtiva de uma fábrica. Nesse caso,

tem-se uma redução no valor unitário das mercadorias em virtude de o trabalhador, no mesmo tempo, conseguir produzir mais mercadorias por meio da nova máquina (MARX, 2011b).

Esse desenvolvimento, proporcionou a possibilidade de satisfação de diversas necessidades humanas, como é o exemplo da alimentação, onde pela primeira vez a humanidade consegue produzir mais alimentos que o necessário para a subsistência de todas as pessoas. Assim, ainda que sejam possíveis inúmeras ressalvas ao desenvolvimento promovido pelo capital, este é inegável e é inegável também que uma grande parcela da população tem hoje maior acesso a medicamentos, transporte, habitação e outros, para o desenvolvimento dos quais o capitalismo teve papel fundamental.

2.6 ALIENAÇÃO, FETICHISMO E REIFICAÇÃO

No desenvolvimento teórico de Marx posterior aos Manuscritos econômico-filosóficos, a categoria da alienação aparece subordinada ao processo de produção, superando o caráter possivelmente especulativo ainda apresentado nos Manuscritos econômico-filosóficos.

No capital, em especial, aparece destacado o chamado *fetichismo da mercadoria*, que de acordo com os estudos ora realizados, é uma forma de alienação do trabalhador especificamente em relação ao caráter social do trabalho que se corporifica nas mercadorias.

Marx (1996; 2011b) define o fetichismo a partir do caráter abstrato¹¹ que o trabalho adquire no modo de produção capitalista, de forma que, ao confrontarem-se no mercado os diferentes trabalhos como equivalentes a partir do valor corporificados nas mercadorias, valor este que nada mais é que o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, acaba oculto o próprio caráter da relação que se opera, a de equivalência entre trabalhos humanos. Desse modo, mediada pelas mercadorias, a relação entre produtores e as características sociais dos seus trabalhos aparecem como relações sociais entre coisas.

Assim, pelo fetichismo se caracteriza pelo processo de ocultamento ao trabalhador do trabalho que se corporifica nas mercadorias, ou seja, como um distanciamento em relação ao caráter social da produção, que é a esfera privilegiada de determinação sobre as demais formas de relações sociais, que o fetichismo tem importância especial e estruturante em relação às demais manifestações da alienação.

Portanto, as mercadorias refletem aos produtores as características sociais dos trabalhos humanos como se fossem características inerentes do próprio produto do trabalho, como propriedades naturais desse, trazendo a aparência de que a relação entre os produtores, e destes com seus trabalhos, é uma relação entre objetos.

Isso decorre do fato de que os trabalhos são realizados de forma privada e independente uns dos outros, confrontando-se o trabalhador com o caráter social da produção apenas na esfera da troca entre mercadorias, de modo que o fetichismo é, portanto, característico da produção mercantil (MARX, 2011b). A forma dinheiro

¹¹ Trabalho abstrato é definido por Marx (2011b) como dispêndio de energia humana, que cria e determina o valor das mercadorias. É o trabalho abstraídas suas qualidades específicas de produzir objetos úteis determinados e distintos.

realiza a máxima expressão desse processo, velando as relações sociais entre os produtores, como se os produtos tivessem o mesmo valor por se expressarem em uma dada quantia de moedas, e não por expressarem certa quantidade de trabalho humano e social.

Marx (1987) aponta que o trabalho vivo – realizado pelo trabalhador – é incorporado ao capital nesse processo, de forma que aparece como pertencente ao capital. Assim, todas as forças produtivas opõem-se ao trabalhador na forma de capital, enigmáticas e veladas das relações sociais que as erigem. Desse modo, o trabalho socialmente desenvolvido, a fábrica e a ciência não aparecem ao trabalhador como fruto das forças produtivas sociais, das quais ele é parte ativa, mas como independentes dele, como seres alienados que se opõe a ele. Marx (1987) aponta que essa inversão, na qual o trabalhador se torna, a partir da venda do seu trabalho, um objeto para o capital e onde todas as forças produtivas por ele desenvolvidas lhe confrontam como algo alienado ganha o nome de fetichismo quando se refere especificamente ao dinheiro. Isso ocorre pelo dinheiro representar uma forma extrema de mistificação das relações sociais, em virtude de sua qualidade enquanto medida de valor e meio de circulação, ou seja, enquanto mediador da circulação de mercadorias.

Marx (2011a, p. 715) descreve a dimensão desse processo de expansão da alienação para a totalidade da vida humana a partir do dinheiro como mediador de todas as relações:

Sendo o dinheiro o equivalente geral, o *poder de compra geral*, tudo é comprável, tudo é transformável em dinheiro. Mas só pode ser transformado em dinheiro na medida em que é alienado, na medida em que o possuidor o aliena de si. Por conseguinte, tudo é alienável ou indiferente para o indivíduo, tudo é exterior a ele. Assim, as pretensas possessões inalienáveis, eternas, e suas respectivas relações de propriedade fixas, imutáveis, desmoronam diante do dinheiro. (...) Tudo é sacrificado à fruição egoísta. Pois, assim como tudo é alienável por dinheiro, tudo também é adquirível por dinheiro. Pode-se ter tudo por “dinheiro vivo”, ele próprio, sendo algo exteriormente existente, é

para ser obtido por fraude, violência etc. pelo indivíduo. Por conseguinte, tudo é apropriável por todos, e aquilo que o indivíduo pode ou não se apropriar para si depende do acaso, porque isto depende do dinheiro em seu poder.

Conforme apontam Netto e Braz (2012), o modo de produção capitalista universaliza a forma mercantil, de forma que o fetichismo alcança nele sua máxima gradação, penetrando nas relações sociais como um todo. Como consequência, os autores apontam que os seres humanos também não são valorizados pelo que são, mas pelo que tem. Dessa forma, a reificação¹² seria peculiar ao capitalismo e a forma típica de alienação desse modo de produção. Mészáros (2006) descreve esse fenômeno no caráter externo apresentado pelos produtos do trabalho humano, ou seja, a medida que o corpo inorgânico dos seres-humanos é transformado em mercadoria, as pessoas se confrontam com ele como algo reificado, uma vez que foi delas alienado.

Podemos sintetizar, portanto, a alienação como um processo objetivo e subjetivo, cuja origem se encontra na esfera da produção da vida, mas não se restringe a ela. Um processo marcado pela exploração do trabalho, que controlado e apropriado por outros se converte em algo cujos produtos e processos acabam por tornarem-se alheios ao produtor.

Vimos que sob o capitalismo a alienação se expande e ganha nova qualidade pelo fato de o produtor tornar-se apêndice da máquina e trabalhador parcial. Além disso, sob o capitalismo, o trabalho e, de certo modo, também o trabalhador na figura de assalariado, convertem-se em mercadoria, tendo seu desenvolvimento global e todas suas relações perpassadas pelas relações mercantis e demandas do capital. Torna-se ele um ser que adquire qualidades para se vender no mercado e se relacionar com o mundo a partir do dinheiro e das posses. Qualifica-se enquanto

¹²

Do latim *res*, que significa coisa, ou seja, coisificação

indivíduo a partir do que possui, ou seja, qualifica-se como mercadoria fetichizada que possui características inerentes a si e não a partir do conjunto de relações sociais que desenvolve ao longo de sua história individual inscrita na história da humanidade. Relaciona-se como mercadoria agora não só com o capital, mas também com os outros seres-humanos, com os quais desenvolve relações baseadas em trocas mercantis, não em relações sociais entre seres humanos que realizam atividades e tem interesses comuns.

No âmbito da psicologia, nos cabe observar as implicações psicológicas desse fosso criado entre o gênero humano e os indivíduos a partir da alienação capitalista do trabalho, este tomado enquanto atividade principal da vida adulta e que ocupa, portanto, papel privilegiado para a compreensão do psiquismo do adulto. Dessa forma, faz-se essencial analisar como se constituem a consciência e a personalidade, enquanto categorias fundamentais do psiquismo, para que se observem quais as implicações da alienação do trabalho enquanto atividade organizadora do psiquismo do adulto.

3. FUNDAMENTOS DA RELAÇÃO ENTRE PSIQUISMO CONSCIENTE, PERSONALIDADE E ATIVIDADE

De acordo com Rubinstein (1978), os atos humanos não podem ser tomados de forma isolada pois se inserem em uma atividade unitária mais ampla, que é executada por determinada personalidade, de forma que mesmo as atividades precisam ser compreendidas em referência à personalidade. Por outro lado, a personalidade não é um fenômeno espontâneo e isolado; dessa forma, para sua compreensão há de se analisar a história individual em suas atividades e necessidades, bem como a consciência que emerge nesse processo e passa a mediatizar a própria atividade e também a sociedade na qual o indivíduo se insere. Assim, a partir da compreensão das especificidades dessas categorias e da relação entre elas é possível relacioná-las com maior qualidade ao fenômeno da alienação do trabalho e outras expressões do apartamento do indivíduo em relação a si próprio vinculado de forma mais ou menos direta ao trabalho alienado.

Porém, antes de expor tais especificidades, é necessário compreender o caráter unitário que a atividade e os fenômenos psíquicos possuem. Rubinstein (1978) aponta que os fenômenos psíquicos, como percepções, pensamentos, sentimentos etc. são vividos por sujeitos, entendidos como indivíduos concretos. Os indivíduos não se encontram isolados e dissociados da realidade circundante, a qual existe independentemente de seu conhecimento sobre ela. Assim, a experiência do mundo é a experiência de algo exterior, ou seja, a natureza interna do psíquico é indissociável do mundo exterior, ainda que não se reduza a ele. Dessa forma, os reflexos da realidade se constituem como fatos reais e refletem o mundo de forma ativa. Entretanto, de acordo com Leontiev (1972), a mera captação sensorial da

realidade não garante a formação de imagens conscientes, pois apenas a medida que a realidade é refratada pela consciência é que aquela adquire um sentido, dependendo, portanto, da consciência para ser percebida e interpretada.

Existe, portanto, um caráter bilateral nos acontecimentos psíquicos, devido ao fato de que cada manifestação do psiquismo se refere a uma vida singular e, ao mesmo tempo, a um reflexo do mundo social no qual o indivíduo está inserido. Assim, o processo de desenvolvimento do indivíduo em atividade vai construindo a forma com que a realidade é refratada e a forma com que os eventos afetam o indivíduo, ou seja, a forma com a qual vivencia as experiências do mundo, de forma que as emoções¹³ ganham caráter pessoal (RUBINSTEIN, 1978).

Pode-se tomar como exemplo uma emoção negativa relativa à insatisfação quanto à manipulação de um objeto qualquer em relação ao qual um bebê tem interesse. Inicialmente essa emoção pode se manifestar, a depender do temperamento¹⁴ do bebê, de forma colérica, com gritos, choro e reações físicas que, ainda que desprovidas de intenção de provocar dor e dano ao entorno, são comumente interpretadas como agressivas. Todavia, isso não significa uma sentença prematura de personalidade violenta ou algum tipo de “desvio”, de forma que todas as qualidades necessárias à vida em sociedade podem ser desenvolvidas neste bebê, especialmente caso essas particularidades do temperamento individual

¹³ Para os objetivos do presente trabalho não se faz necessária uma descrição pormenorizada do conceito de emoção, para maiores informações vide o capítulo “Las emociones e los sentimientos” de Smirnov et al. (1969) e “Las emociones” (RUBINSTEIN, 1978). Podemos, entretanto, brevemente defini-la como “vivências afetivas mais simples relacionadas com a satisfação ou insatisfação das necessidades orgânicas” (SMIRNOV et al., 1969, p. 358), de caráter positivo ou negativo ocasionado pelas sensações decorrentes da exposição a determinados estímulos (SMIRNOV et al., 1969). As emoções humanas são produzidas quando uma experiência ou fenômeno se mostra como pessoalmente importante para o indivíduo.

¹⁴ Por hora, tomaremos o conceito de temperamento de forma simplificada, como o dinamismo da atividade psíquica do indivíduo, ou seja, a excitabilidade emocional que se traduz em impulsividade, ritmo, constância e velocidade de respostas a estímulos do meio. Tem base fisiológica na neurodinâmica cerebral, porém é possível de ser modificado de acordo com as influências das condições de vida e atividades (RUBINSTEIN, 1978; SMIRNOV et al., 1969).

sejam levadas em consideração para traçar estratégias para seu desenvolvimento. As características de velocidade e energia para executar ações encontradas nesse tipo de temperamento podem ser direcionadas ao desenvolvimento dos mais diversos tipos de atividade; ou ainda, podem ser desenvolvidas qualidades como serenidade e constância a depender dos interesses desenvolvidos pela criança nas situações que lhe serão proporcionadas pelo entorno (RUBINSTEIN, 1978).

Leontiev (1978a) aponta duas formas da realidade se refletir no psiquismo. Na primeira, observada mais facilmente em crianças de tenra idade, os fenômenos são refletidos a partir de suas características materiais mais básicas, sem a refração realizada pelas significações desenvolvidas pela prática social; já a segunda forma, diz respeito às qualidades específicas dos fenômenos, suas significações, sendo apropriadas pela atividade com os instrumentos e signos, interiorizando o seu uso a partir da prática social.

Dessa forma, se constrói a história individual em relações objetivas, que por vezes se convertem em experiências pessoais e se agregam à história individual, conferindo-lhe seu caráter irreproduzível. Ou seja, as experiências obtidas na atividade vão constituindo a forma com que o indivíduo age e reage ao mundo, e essas experiências agregadas à história individual passam, elas próprias, a constituir uma das mediações que determinam a forma como as experiências posteriores serão interpretadas e vivenciadas.

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ATIVIDADE HUMANA E OS PROCESSOS PSÍQUICOS

Uma característica importante da atividade animal é sua correspondência a uma ou mais necessidades. De acordo com Leontiev (2017), as necessidades se

manifestam como excitabilidades que aumentam de acordo com determinadas influências e que são capazes, de forma direta ou indireta, de mudar o estado do organismo para que cesse o estado de excitação, como é o caso do próprio aparato biológico ou do meio que sinaliza a possibilidade de satisfação de dada necessidade.

As necessidades possuem, de acordo com Leontiev (2017), alguns traços essenciais. O principal traço da necessidade é que ela possui um objeto material que a satisfaz, ou ainda, dela resulta uma atividade cujo objetivo resulta na sua satisfação. Como exemplo de atividades que podem ser satisfeitas por objetos ou por atividades podemos citar a necessidade de se alimentar, que possui o alimento como objeto; e a necessidade de se relacionar com outras pessoas, que produz uma atividade social que satisfaz essa necessidade. Ambas, necessidades respondidas por objetos fruto de atividades ou necessidades respondidas diretamente pelas atividades, dependem de condições objetivas para sua satisfação como, por exemplo, a existência de alimento para que se satisfaça a fome.

Outro traço fundamental das necessidades é que elas adquirem conteúdo concreto a partir das condições e pela forma com a qual são satisfeitas. O estado excitatório que corresponde à necessidade demanda sua satisfação de forma abstrata, como por exemplo no caso da fome, que demanda por alimento sem determinar a priori algum tempero específico; porém a forma com que a necessidade se manifesta e a atividade que será estimulada por ela dependem das condições ambientais e culturais nas quais se inserem. Assim, em determinada cultura a presença de insetos pode responder à fome das pessoas, já em outras pode ser repulsiva e, inclusive, fazer cessar momentaneamente a fome. Assim, as

necessidades são caracterizadas por seu conteúdo objetivo, o que demonstra que as atividades são formas particulares de refletir a realidade (LEONTIEV, 2017).

Além disso, Leontiev (2017) aponta que as necessidades tem a característica de poderem se repetir, tanto no caso das necessidades biológicas, em que isso se nota de forma mais clara e em ciclos mais determinados; como nas necessidades espirituais¹⁵, que tem uma variabilidade maior quanto à sua manifestação, como no caso da necessidade de se relacionar com outras pessoas, que varia entre cada indivíduo e ao longo da vida. Outro aspecto importante é que nas repetições se enriquece o conteúdo das necessidades, pois estas ocorrem em situações diversas impulsionando novas relações e respostas a elas (LEONTIEV 1978b; 2017). As necessidades desenvolvem-se também no contato com novos objetos que podem satisfazê-las, de forma que neste processo de repetição e na ampliação do acesso a meios de satisfação, elas se ampliam e se complexificam tanto na história individual, como na história da humanidade. Isso se demonstra pelo desenvolvimento de objetos que foram criados pela cultura humana e que não eram necessários em outros tempos (LEONTIEV, 2017).

É, portanto, na sociedade que o ser humano encontra as condições às quais precisa adaptar sua atividade e também as maneiras possíveis de sua realização. Assim, é a atividade que produz os processos psicológicos internos, pois é em contato com o mundo que o ser humano produz as imagens a respeito dele com troca e estimulação mútua entre a atividade externa e a atividade interna (LEONTIEV, 1972).

Dessa forma, é através da atividade, em seu caráter essencialmente social e como resposta às necessidades biológicas e socialmente desenvolvidas, que se

¹⁵ As necessidades que o autor refere como espirituais não devem ser entendidas como transcendentais, mas sim necessidades que se distanciam das necessidades básicas, biologicamente determinadas.

expressam as relações entre o indivíduo, o meio e outros seres humanos (RUBINSTEIN, 1978). Ou seja, na atividade o indivíduo é mobilizado por suas necessidades de forma que entra em cena a complexidade inerente ao seu ser, em seu caráter afetivo-cognitivo, histórico e social.

3.1.1 A atividade humana como atividade vital consciente

O caráter consciente da atividade vital humana é a principal distinção entre seres humanos e animais. O momento em que os seres humanos começam a produzir seus meios de existência é o momento no qual começam a produzir, indiretamente, sua própria existência (MARX, 2007). Os animais relacionam-se com a natureza de forma imediata, utilizando-se dela para a satisfação de suas necessidades biologicamente determinadas. Já no caso dos seres humanos, essa relação se dá de maneira diferente. Como ser natural, está também em constante intercâmbio com a natureza; todavia, esse intercâmbio é controlado e mediatizado pela atividade de trabalho – a atividade vital humana. Por meio dela, o ser humano se utiliza consciente e teleologicamente do seu corpo orgânico para se relacionar com a natureza, modificando a si próprio e incorporando-a em seu ser ao satisfazer suas necessidades, transformando-a em seu corpo inorgânico e modificando, nesse processo, sua própria natureza (MARX, 2011b).

Leontiev (1978a; 1978b) aprofunda a compreensão a respeito do trabalho, sob o ponto de vista psicológico, como atividade ontologicamente fundante do psiquismo humano, e amplia a compreensão a respeito da atividade consciente na diferenciação dos seres humanos em relação aos demais animais. A atividade em geral é para Leontiev (1978a; 1978b) forma de ação que mediatiza as relações entre os organismos e as propriedades do meio no qual vivem, do qual depende sua

conservação e o desenvolvimento da vida. O autor busca superar os paradigmas interpretativos vigentes na época, tanto os mistificadores e idealistas, quanto os baseados no padrão “estímulo-resposta”, introduzindo a noção de atividade como mediação essencial na relação entre organismo e meio, sujeito e objeto.

Em relação ao psiquismo animal, Leontiev (1978a) aponta que a atividade é motivada sempre por um estímulo ligado a uma necessidade biológica determinada e com propriedades que se ligam necessária e diretamente à sua satisfação. No caso de, por exemplo, uma aranha, o que estimula a atividade é a vibração da teia, que é associada à satisfação da necessidade de se alimentar; e não diretamente à presa enquanto tal. Dessa forma, se um animal cai em sua teia mas não vibra, a aranha não o envolverá com sua teia para dele se alimentar; mas ao contrário, caso um objeto qualquer que não possa servir de alimento, vibre em sua teia, ela buscará dele se alimentar. Pode-se concluir, portanto, que a vibração da teia é refletida na atividade nervosa da aranha, como reflexo psíquico de uma determinada propriedade do meio físico imediato (a vibração), o qual se liga diretamente à sua atividade, em virtude das propriedades dos agentes que usualmente produzem a vibração (insetos voadores) se ligarem de forma direta à questão da alimentação, de forma que a ação de envolver o animal na teia produzirá a satisfação da necessidade de se alimentar.

Já animais com um sistema nervoso mais desenvolvido não respondem a sensações elementares e isoladas, mas sim à totalidade de elementos que compõem um dado objeto, ou seja, respondem a estímulos que se integram em uma imagem percebida (LEONTIEV, 1978a). Além disso, a atividade que supre a necessidade biológica é subdividida em etapas, de acordo com as condições sob as

quais a atividade se realiza, como por exemplo, no caso de animais que desviam de obstáculos para alcançar alimentos.

No estágio dos mamíferos superiores, as atividades são ainda mais complexas, assim como também é mais complexo o reflexo da realidade objetiva, definido pela percepção das correlações entre os fatores que compõem uma dada situação. Um exemplo disso, é a observação de objetos disponíveis ao seu redor e sua utilização para resolver um problema, superar um obstáculo à satisfação de uma determinada necessidade. Apresentam-se algumas particularidades nesse estágio, como a descoberta súbita da solução para problemas complexos apresentados; a capacidade de resolução de problemas novos de forma rápida por analogia aos anteriores e sem a necessidade de realizar ensaios e a capacidade de realizar atividades bifásicas.

Este último aspecto da atividade desses animais merece destaque, pois caracteriza o intelecto. Diferentemente das fases anteriores, a atividade divide-se em uma fase de preparação e uma fase de realização da tarefa dada. A primeira fase, em si, não possui nenhum sentido diretamente ligado à satisfação da necessidade do animal, mas em relação com a totalidade da tarefa ganha sentido enquanto condição para realizá-la. Leontiev (1978a) expõe vários exemplos nos quais símios são confrontados com problemas relativos a conseguir alcançar alimentos, com diferentes obstáculos e diferentes objetos disponíveis, realizando diversas ações encadeadas para conseguir resolver a situação. Como por exemplo, puxar uma caixa ou usar um pedaço de pau para alcançar frutas muito altas, ou mesmo usar um pedaço de pau curto disponível para alcançar um pedaço de pau mais longo que, unidos, conseguem alcançar o alimento.

Em todas as situações descritas, temos a marca da evolução biológica em termos de progressiva complexidade fisiológica, e complexificação das necessidades dos animais, ainda que essas sejam previamente determinadas pela filogenética. Nesse caso, o fato de suas atividades ficarem circunscritas ao campo biológico, restringe o desenvolvimento do reflexo psíquico animal. Também não se observa nos animais a constituição de sociedade, ou linguagem – ainda que haja entre eles vida gregária e comunicação (LEONTIEV, 1978a).

O psiquismo humano, por sua vez, além de ser produto do processo histórico de desenvolvimento do psiquismo animal, guarda especificidades, as quais encontram o berço de seu desenvolvimento na atividade de trabalho, que é social por natureza e implica a passagem da determinação do psiquismo do aspecto biológico para aspectos sócio-históricos, marcados pelo surgimento da consciência na atividade de trabalho (LEONTIEV, 1978a).

As atividades humanas também são dirigidas à satisfação de necessidades, todavia, no caso do ser humano, tais necessidades não são apenas biológicas, mas também necessidades desenvolvidas pelo indivíduo em sua vida singular e pelo conjunto da humanidade no curso de sua história. Mesmo as necessidades biológicas são satisfeitas de forma humanizada, pois a produção de objetos para a satisfação de necessidades naturais as modifica e cria novas necessidades, como é o exemplo da necessidade de se alimentar de carne cozida e com talheres, diferente da satisfação imediata dos animais que se realiza com carne crua. Assim, modificam-se o conteúdo do objeto que satisfaz a necessidade humana, bem como a forma de satisfazê-la (LEONTIEV, 2017).

Esse acúmulo da história da humanidade, transmitido de uma geração a outra pela cultura material e intelectual objetivada (objetivações humanas) determina o

desenvolvimento humano, que através de suas atividades adaptam-se à natureza e modificam-na em função do desenvolvimento ativo de suas necessidades e aptidões enquanto gênero humano. Os conhecimentos teóricos e práticos cristalizam-se nos produtos das atividades materiais e intelectuais. Dessa forma, Leontiev (1978a) expõe que o desenvolvimento de novas ferramentas, das línguas faladas pelos seres-humanos promovem o desenvolvimento das habilidades necessárias para dominar as mesmas ferramentas, do ouvido para compreender os fonemas e assim sucessivamente. Leontiev (1978b) aponta que a atividade tem estrutura circular. Desenvolvem-se a partir das (1) aferências iniciais em relação aos elementos da atividade; se desdobrando na (2) execução da interação em resposta a tais aferências, realizando contato com o meio objetivo e (3) a correção e enriquecimento da atividade por meio da comparação com as aferências iniciais.

Dessa forma, tomando a relação entre sujeito e objeto, no polo do sujeito a relação com o objeto produz atividade e a atividade tem como resultado um produto subjetivo, a partir não só do objeto no momento em que ocorre a interação, mas também pelos outros vínculos estabelecidos anteriormente entre sujeito e mundo, de forma que duas pessoas podem reagir a uma situação de formas muito distintas a depender de suas experiências anteriores. No polo objetivo, por sua vez, o objeto é modificado pela atividade consciente e esta como imagem subjetiva também regula a atividade (LEONTIEV, 1978b). Porém, ainda que a própria atividade e a imagem subjetiva que se produz da realidade componham o processo de regulação da atividade, em última instância o que regulará a atividade é o produto objetivo e as condições encontradas para a consecução da atividade, que determinam a possibilidade da atividade e a forma com a qual ela deve ser executada.

Dessa forma, por meio da existência concreta das ferramentas materiais e psicológicas, somadas à mediação promovida pela sociedade para a apropriação desses acúmulos, a humanidade progride, com cada geração caminhando a partir das criações das gerações precedentes.

Leontiev (1978a) aponta que o processo de desenvolvimento do ser humano em seu caráter histórico e social é, em si, o processo de apropriação da cultura humana. A apropriação é ativa e para que ocorra, demanda que se desenvolvam atividades que reproduzam os traços essenciais da atividade que se acumulou no objeto. Por exemplo, nos instrumentos se fixam as operações de trabalho desenvolvidas pela humanidade, de forma que o objeto é guardado, utilizado em diferentes situações e seu uso é ensinado às gerações posteriores. Para que isto ocorra o reflexo do objeto se fixa no psiquismo consciente, sendo ativamente inserido em atividades que são direcionadas para um fim previamente idealizado. Esse processo é diferente da adaptação realizada pelos animais, pois consiste em um processo de reprodução das aptidões humanas já elaboradas e de criação de outras. Tal processo implica, também, em novas formações no cérebro, alterando a morfologia e funcionamento do mesmo por meio da história humana (LEONTIEV, 1978a). Martins (2015), aborda que o conjunto de fenômenos produzidos pela história humana constitui o bojo do processo no qual se dá a construção do indivíduo. Assim, conforme aponta Duarte (2013), o ser humano se diferencia dos animais no processo de autocriação mediado pelo trabalho em relação com a cultura historicamente desenvolvida, ao reproduzi-la e ao produzir novas criações, desenvolvendo-se assim como ser humano tanto individualmente como enquanto gênero, a chamada humanização.

O desenvolvimento do gênero humano na relação com as produções das gerações precedentes se dá essencialmente pelos processos de apropriação e objetivação que são, para Duarte (2013), a forma dinâmica pela qual o ser humano cria uma realidade humana para satisfazer suas necessidades, transformando a natureza ao seu redor e a si próprio, de forma que a transformação objetiva da realidade é acompanhada de mudanças subjetivas. Os animais, ao consumirem os objetos para satisfazerem suas necessidades, por exemplo, ao se alimentarem, também se apropriam da natureza, porém em uma qualidade muito diferente da apropriação especificamente humana, pois não gera uma realidade qualitativamente nova, mas sim, como processos limitados pelas qualidades biológicas do organismo do animal e de sua espécie (DUARTE, 2013). Já no caso do ser humano, o processo de satisfazer suas necessidades é perpassado pela atividade de trabalho, na qual o ser humano produz uma realidade humanizada por meio dele, pondo na natureza sua marca humana. Para atuar na realidade, é necessário que o ser humano conheça as propriedades dos objetos, seu modo de utilização etc. se apropriando assim da natureza em uma qualidade diferenciada. Duarte (2013, p. 28) aponta o primeiro ato de trabalho, a produção de instrumentos, como o melhor exemplo da apropriação da natureza pelo ser humano:

Um instrumento não é apenas algo que as pessoas utilizam em sua ação, mas algo que passa a ter uma função social, uma significação que é dada pela atividade social. (...) O ser humano cria um novo significado para o objeto. Mas essa criação não se realiza de forma arbitrária. Em primeiro lugar, porque o ser humano precisa conhecer a natureza do objeto para poder adequá-lo às suas finalidades. Ou seja, para que o objeto possa ser transformado e inserido na “lógica” da atividade humana, é preciso que o ser humano se aproprie de sua “lógica” natural. Em segundo lugar, a transformação de um objeto em instrumento não pode ser arbitrária porque um objeto só pode ser considerado um instrumento quando possui uma função no interior da prática social.

Assim, ainda de acordo com Duarte (2013), ao transformar objetos naturais em instrumentos, o ser humano os transforma em objetivações, em objetos integrantes da cultura humana, portadores da atividade humana. O que diferencia essa alteração do objeto das alterações naturais ocorridas sem a intervenção humana, é que são alterações propositais que resultam em novas funções sociais para o objeto. É importante apontar que os processos de apropriação e a objetivação não ocorrem apenas quando o ser humano cria algo novo, mas também na repetição da produção de um objeto, na reprodução da cultura humana. Na linguagem isso pode ser observado facilmente, pois os seres humanos se apropriam dos signos criados pela cultura e passam a utilizá-los de forma própria, criando novos significados, novas palavras e utilizando-as para se apropriar da realidade de forma singular.

A comunicação ocupa nesse processo de apropriação e reprodução das aptidões humanas, papel central enquanto condição necessária ao desenvolvimento do homem em sociedade. A cultura humana é posta aos seres humanos apenas como possibilidade que precisa ser aprendida para que se desenvolvam no indivíduo as características desenvolvidas pela sociedade, o que ocorre por meio da linguagem. Trata-se, portanto, de um processo educativo que se complexifica ao longo da história na medida em que se acumulam práticas sociais mais elaboradas e complexas (LEONTIEV, 1978a).

Essa compreensão a respeito do processo de desenvolvimento histórico da humanidade e dos indivíduos traz à tona o próprio caráter histórico-social do processo de desenvolvimento humano, no qual, em diferentes sociedades, em diferentes condições de classes, gênero, cor de pele etc. encontraremos diferentes possibilidades para que se realize a apropriação da cultura humana, com enormes

consequências para os indivíduos e para os grupos aos quais eles pertencem, questões estas que serão desenvolvidas no capítulo 4.

3.1.2 A estrutura da atividade

Outro aspecto distintivo da atividade humana diz respeito à sua estrutura, que se diferencia da atividade animal na relação entre seus componentes, os quais formam uma cadeia complexa e mediatizada pela consciência, tanto no caso da atividade exterior, como na atividade interna, de pensamento.

É dado que as atividades são direcionadas primordialmente à satisfação de necessidades e que no caso dos seres humanos essas necessidades não são meramente biológicas, mas sociais e modificadas ao longo da sua história individual e das atividades que desenvolve. Desse modo, devemos observar como determinado objeto desencadeia em um certo indivíduo uma dada atividade. Qual a razão pela qual diante de determinados estímulos as pessoas desenvolvem atividades distintas, ainda que ambas tenham necessidades semelhantes? A resposta para esta questão não é de modo algum simples, pois envolve a dinâmica complexa e contraditória de toda a história singular pregressa, que se reedita em determinado momento, perpassada pelas situações vividas por cada indivíduo, isto é, por seus interesses, padrões cognitivos e afetivos, pelo momento histórico em que vive, pelos hábitos culturais cristalizados na região que habita e outros fatores.

Leontiev (2017) aponta que as necessidades humanas se manifestam como desejos e interesses¹⁶, tanto no sentido de sinalizar a possibilidade de satisfação de

¹⁶ De acordo com Rubinstein (1978), interesses e desejos são tendências da personalidade. De maneira resumida, os interesses são definidos pela concentração dos pensamentos, ideias e intenções da personalidade em relação a determinado objeto, com a ambição de conhecê-lo melhor, não perdê-lo de vista, etc. Os desejos, por sua vez, manifestam mais primariamente a necessidade relativa a um objeto de que se quer dispor. “O interesse se manifesta na orientação da atenção, dos pensamentos e intenções; a necessidade se manifesta nos instintos, nos desejos e na vontade. A necessidade dá lugar ao desejo de poder dispor em um determinado sentido de um

uma necessidade, como de motivar ou de fazer cessar uma atividade. Assim, a existência de um desejo ou interesse representa *a priori* apenas o direcionamento da atenção e outras reações em relação ao meio ambiente, em resposta ao fator que produz interesse ou é objeto de desejo. Todavia, somente a existência isolada de um interesse em relação a algo não necessariamente produz uma atividade. É necessário que haja um estímulo que possa motivar as ações em uma direção determinada. Ou seja, é necessário que haja um objeto que responda à necessidade apresentada para que o indivíduo dirija suas ações à satisfação da necessidade.

O autor (2017) aponta que as necessidades podem ser tomadas de duas formas: primeiro, como uma condição interior; segundo, como orientadora da atividade. A primeira apenas estimula as funções biológicas e promove um estado de excitação que produz a busca pela satisfação, mas sem uma orientação. No segundo caso, quando tomada em sua função orientadora da atividade, deve-se levar em conta as condições objetivas do meio, que dão conteúdo objetivo à necessidade e orientam o comportamento. De modo que, por exemplo, a fome passa a ser fome de algo, demandando uma série de ações determinadas para ser satisfeita.

Assim, Leontiev (2017) define o motivo da atividade como “aquilo que, refletindo-se no cérebro do homem, excita-o a agir e dirige a ação a satisfazer uma necessidade determinada” (p. 45). Uma mesma atividade pode ter múltiplos motivos, que desenvolvem entre si relações complexas que vão determinar o conteúdo da atividade.

Temos ainda que, de acordo com Leontiev (1972), o que define a atividade e a diferencia das demais é o objeto sobre o qual se opera. O objeto é o verdadeiro

objeto; o interesse quer conhecê-lo” (p. 692, tradução nossa)

motivo da atividade, podendo ser um objeto material ou ideal e conferindo a ela sua orientação. O próprio conceito de atividade objetiva (atividade objetivada ou atividade objetual) leva a este ponto, pois não há atividade sem um objeto. É o objeto que impulsiona a atividade, motivando sua existência a partir de uma dada necessidade e da possibilidade de respondê-la. Assim, por trás do motivo está sempre uma necessidade e da mesma forma que toda atividade responde a uma necessidade, toda atividade tem um motivo para ocorrer, o que nem sempre é consciente por parte do indivíduo, pois muitas vezes lhe são estranhos os motivos das próprias ações (LEONTIEV, 1978b).

De acordo com Leontiev (1978b), os principais “componentes” da atividade são as ações, definidas como processos subordinados ao que se espera delas em termos de resultado; ou seja, ao fim consciente previamente estabelecido para elas e que, em conjunto, efetivam a atividade humana. A ação pode ser definida, ainda, como processo no qual o objeto e o motivo não coincidem (LEONTIEV, 1978a) como, por exemplo, quando fazer fogo não está diretamente ligado a questão de se aquecer, mas sim de cozinhar um alimento. Fazer o fogo aparece aí como um intermediário para a alimentação e separado do alimento não produz a satisfação da necessidade, de forma que o objeto da ação, o fogo, não se liga diretamente ao motivo da atividade, a alimentação. Assim, da mesma forma que o motivo se relaciona à atividade, o fim se relaciona à ação, na função de impulsionar a sua ocorrência na atividade e de orientar a ação a ocorrer de certa forma, sob o impulso geral do motivo (LEONTIEV, 1978b). Dessa forma, as ações figuram como partes da atividade, em sua ligação com o conjunto da atividade por elas constituída.

A respeito do surgimento das ações, Leontiev (1978a) aponta que se encontram atreladas ao surgimento da atividade de trabalho, a qual se caracteriza

pelo uso e fabrico de instrumentos e pelo seu caráter coletivo. Isso ocorre, pois, o ser humano, ao desenvolver o trabalho social, divide-o em partes que, apenas unidas pela atividade social e pelas relações desenvolvidas pelo grupo, levam à satisfação da necessidade. O autor cita como exemplo o caso da caça coletiva, na qual parte dos membros do grupo afugenta a caça com o objetivo de que outros membros, à espreita, surpreendam-na e ataquem. A atividade de espantar a caça é, então, definida como ação, pois o seu objetivo imediato (afugentar a caça) não coincide imediatamente com o motivo que estimula o trabalho (alimentar-se), mas ganha sentido ao se ligar com as outras partes da atividade coletiva, que em conjunto, levam à satisfação das necessidades comuns.

Leontiev (1978b) aponta, ainda, que a compreensão de um processo como atividade ou como ação dependerá do ângulo sob o qual o analisamos, de forma que se observarmos o motivo mais geral que liga e impulsiona as ações estamos tratando da atividade, porém se observarmos os fins mais particulares aos quais estas respondem, estamos tratando das ações. Além disso, observa-se que uma mesma ação pode estar presente em diversas atividades, como por exemplo, cortar couro, que pode ser uma ação da atividade de fazer sapatos ou de fazer cintos. Observa-se nesse exemplo, uma topografia semelhante na ação, com os mesmos objetivos, mas vinculados a motivos, atividades e necessidades distintas.

Além disso, as ações possuem um componente operacional, voltado a alcançar os objetivos postos, as chamadas operações. A forma com que as ações são decompostas em operações é determinada pelas condições objetivas nas quais se executa a ação, ou seja, os procedimentos, “os meios com os quais se executa a ação” (LEONTIEV, 1978b, p. 85, tradução nossa). Assim, da mesma forma que as ações correspondem a fins determinados, as operações correspondem a condições

determinadas. As operações tem origem em ações que, ao se tornarem de amplo domínio do indivíduo passam a se incluir em um conjunto maior, compondo parte de uma ação mais complexa, respondendo a um fim mais geral (LEONTIEV, 1978b).

Dado o panorama geral dos principais elementos constituintes da atividade, deve-se levar em consideração um importante elemento trazido por Leontiev (1978b), qual seja, que o desmembramento da atividade nos seus elementos não tem por fim a fragmentação da atividade viva em sua unidade, mas sim compreender as relações internas que a caracterizam e surgem no seu desenvolvimento. A compreensão dessa dinâmica permite localizar os elementos que constituem uma atividade a partir de suas relações, de forma que um dado objeto pode ocupar a função de fim, instrumento ou impulso de uma atividade (LEONTIEV, 1978b). O que, por sua vez, torna mais rica a análise das atividades e sua relação de unidade com o psiquismo humano.

Desse modo, além dos elementos que consideramos centrais para a análise da atividade, temos ainda outras categorias, que pela necessidade didática da separação e devido às suas especificidades, serão trabalhadas como subcomponentes dos tópicos dedicados à consciência e à personalidade. Todavia, em diversos momentos ficará nítida sua relação com a atividade humana, cabendo também ao leitor buscar compreender atividade, consciência e personalidade como elementos de uma mesma totalidade, de forma que, ainda que as categorias encontrem-se dentro de um ou de outro tópico, não deixam de se relacionar à ideia de totalidade levantadas por Leontiev a partir da teoria marxiana.

3.2 CONSCIÊNCIA

Em todo ser vivo a atividade é regulada pelo reflexo psíquico da realidade, que no caso do ser humano é atividade psíquica consciente. Assim, a atividade do ser humano é regulada por imagens mentais da realidade, de forma que a consciência é o retrato do mundo que se desdobra para o sujeito, incluídas suas atividades e estados físicos e psicológicos (LEONTIEV, 1972). A consciência caracteriza-se, portanto, pelo fato do reflexo da realidade se diferenciar das relações imediatas existentes entre o sujeito e a realidade circundante (LEONTIEV, 1978a). Ou seja, criam-se abstrações correspondentes às propriedades objetivas da realidade, que podem ser desvinculadas da relação singular e imediata que o sujeito tem com o objeto. Dessa forma, como aponta Leontiev (1978a), torna-se possível aos seres humanos a observação de si próprios.

Todavia, é necessário que se observe que a consciência não é o primeiro determinante dessa relação, mas sim a atividade, que é controlada pelas propriedades dos objetos, mediatizada por instrumentos e que ao ser exercida se enriquece e se modifica, cristalizando-se nos produtos da atividade. Sendo assim a realidade objetiva e a atividade vão determinar em um primeiro momento a imagem que se constrói da realidade, sendo a consciência um produto objetivo, ainda que a partir desse primeiro momento ela passe a exercer papel ativo no controle da atividade. (LEONTIEV, 1972).

A origem do reflexo psíquico consciente encontra-se, de acordo com Leontiev (1978a), na atividade de trabalho, de forma que se pode observar mais um dos motivos pelos quais o trabalho figura como atividade principal do ser humano, tendo importância central para seu desenvolvimento psíquico. Como explicado anteriormente, a atividade humana é dividida em ações, ou seja, há uma separação do objeto da atividade e do seu motivo, cuja gênese se explica em virtude do

processo coletivo de trabalho, no qual cada parte do grupo executa parte das ações necessárias à atividade global para a satisfação das necessidades individuais, que são ao mesmo tempo necessidades do grupo.

Na atividade individual, a separação de uma atividade em ações decorre do parcelamento de uma atividade complexa em diferentes partes, que devido à sua complexidade acabam demandando atenção especial do indivíduo a cada fase, ganhando objetivos próprios e parciais como elos da atividade global (LEONTIEV, 1978a). Ainda que os animais superiores possuam a capacidade de dividir sua atividade em duas fases, de preparação e de execução, a relação entre essas fases é determinada necessariamente “por relações físicas, materiais, espaciais, temporais, mecânicas” (LEONTIEV, 1978a, p. 78), que não constituem ações com objetivos próprios, mas apenas fases da atividade global. Já no caso dos seres humanos a ligação entre a ação imediata e a atividade global tem origem na própria relação social desenvolvida no grupo, recebendo parte do produto do trabalho coletivo mesmo que sua ação imediata aparentemente não tenha nenhuma relação com a atividade e a necessidade a que responde. Esse processo é ilustrado pelo exemplo dado anteriormente (Leontiev, 1978a), segundo o qual a ação do indivíduo é espantar a presa na atividade coletiva de caça para que os demais a encurralem. Para que o indivíduo espante a caça é necessário que ele reflita em sua atividade psíquica sobre a ligação entre o resultado dessa ação e o resultado final do trabalho coletivo. Dessa forma, a ação é governada pela relação coletiva e distanciada dos fins biológicos, pois se explica pela totalidade da atividade coletiva. Observa-se, portanto, a criação de uma etapa que tem sua própria unidade e que desenvolve a unidade fundamental do psiquismo humano, que é o sentido racional ao qual sua atividade está orientada. Dessa forma, Rubinstein (1963) conclui que no processo

histórico da humanidade, em seu intercâmbio com a natureza, se produzem modificações no reflexo da realidade, tanto no caso de fatores sensoriais, como o desenvolvimento da musicalidade em ligação com o “ouvido musical”, como em relação aos traços e processos psíquicos mais gerais, como pensamentos, sentimentos, interesses etc.

Leontiev (1978a) aponta que a fabricação e o uso de instrumentos também é elemento central para a análise do desenvolvimento da consciência do ponto de vista filogenético, tendo em vista que estes são utilizados como auxiliares para a execução das ações e que o instrumento demanda que o indivíduo perceba como presente seu objeto de ação, no intuito de adequar o próprio comportamento às propriedades do objeto de trabalho. Além disso, o instrumento cristaliza em si e na sua forma de uso, o acúmulo da prática social, que demanda a transmissão desses conhecimentos aos indivíduos, sendo elemento central na constituição da forma dos seres humanos se relacionarem com a realidade. Assim, através do acúmulo da prática social o instrumento implica e desenvolve, no nível individual, a capacidade de planejamento, dado que em si os instrumentos não satisfazem as necessidades, mas possibilitam a sua satisfação.

O conhecimento sobre os objetos, suas propriedades, utilidades e relações são o primeiro passo para o desenvolvimento do pensamento, que se expande proporcionando a capacidade de abstrair e generalizar elementos da realidade objetiva, desligando o ser humano do imediatamente presente e possibilitando a capacidade de planejamento e criação, para além da mera adaptação observada nos outros animais. Na atividade produtiva existe a especificidade de que, em virtude do planejamento, criação e autocontrole do comportamento necessário para sua execução, as imagens mentais que orientam a atividade e as ações devem estar

conscientes nesta atividade, diferentemente das atividades adaptativas, nas quais isso não ocorre necessariamente (LEONTIEV, 1972).

O reflexo consciente da realidade se desenvolve e se opera, então, progressivamente junto à linguagem, a qual possui função inicialmente comunicativa e ligada à atividade de trabalho e que passa a caracterizar os objetos, discriminando-os e generalizando-os como objetos sociais para a consciência individual (LEONTIEV, 1978a). Com o desenvolvimento da produção e comunicação a consciência humana se liberta da conexão direta (apenas direta) da atividade laboral. A consciência alarga-se com a linguagem e a divisão do trabalho, tornando-se modo universal do reflexo psíquico. O trabalho adquire contornos específicos para cada trabalhador, de forma que emergem diferentes formas de consciência a partir dos diferentes lugares ocupados na produção (LEONTIEV, 1972). Dessa forma, com o desenvolvimento social, constata-se que esse quadro se complexifica, pois a consciência individual se diferencia a partir das relações sociais particulares e universais em que o indivíduo se insere.

3.2.1 Significado e Sentido

Leontiev (1978a) afirma que a consciência não é imutável e que se deve considerá-la em relação com o modo de vida que o indivíduo possui em dada realidade social. Não se trata apenas de considerar as mudanças na centralidade ou no desenvolvimento de dadas funções psicológicas, como no caso de culturas nas quais não havia escrita e a memória se desenvolvia de forma quantitativa e qualitativamente diferente. Deve-se considerar também os conteúdos da consciência e suas características, sendo elas dependentes do modo de vida que os indivíduos possuem e se modificando com as mudanças nas atividades que desenvolvem

(LEONTIEV, 1978a). Um exemplo dessa mudança se refere à consciência dos seres-humanos primitivos, que correspondia à organização social comunal, ao baixo desenvolvimento das forças produtivas e à inexistência de divisão entre trabalho intelectual e manual, de forma que todos os membros da tribo tinham atividades que contribuíam com a sobrevivência do grupo; diferentemente da vida moderna, na qual se vive em uma estrutura social muito mais complexa, voltada ao indivíduo e na qual se constituem diferentes interesses entre as classes, que possuem inclusive valores e explicações distintas para os fenômenos, como por exemplo a forma de explicar a desigualdade social. Observa-se, portanto, que diferentes atividades determinam diferentes reflexos psíquicos da realidade e, portanto, diferentes formas de consciências. A consciência figura, portanto, como o próprio processo de tornar consciente o reflexo psíquico, como algo que se apresenta ao indivíduo em suas propriedades, como algo psicologicamente presente.

De acordo com Leontiev (1978a), o reflexo psíquico se dá a partir da interação do indivíduo com a realidade circundante e, sendo reflexo de algo externo e objetivo, não pode ser desvinculado da realidade e da atividade do sujeito. Todavia, ainda que a realidade possua caráter objetivo e sua existência independa da percepção do sujeito, sua interpretação depende de sua atividade psíquica superior, de forma que a mera captação sensorial da realidade não garante a formação de imagens conscientes por si só. Apenas refratados pela própria consciência que os elementos percebidos revelam um sentido para a realidade (LEONTIEV, 1972). Para abordar o conceito psicológico de sentido pessoal na formação do indivíduo, devemos primeiramente compreender sua formação a partir dos significados sociais por meio dos quais os indivíduos constroem os sentidos das atividades e dos objetos que os circundam.

Leontiev (1972) aponta que a realidade é refletida para o indivíduo na forma de imagens sensoriais, porém não é apenas refletida, como também refratada por significados ou valores com os quais o indivíduo tem contato e se apropria ativa e criticamente ao longo de sua vida. Dessa forma, temos que esses significados são também componentes do reflexo psíquico consciente. Os significados são transmitidos pela linguagem e revelam os modos socialmente desenvolvidos de ação pelos quais os seres humanos modificam e conhecem a realidade objetiva. Ainda de acordo com o autor (1972, p.14), “significados são a forma ideal materializada e linguisticamente transmutada de existência do mundo objetivo, suas propriedades, conexões e relações reveladas pela prática social agregada”.

Leontiev (1972) aponta que a assimilação de significados ocorre na atividade externa com objetos, relações e operações lógicas práticas. No processo de interiorização essas relações externas, mediatizadas por outras pessoas, passam a construir conceitos abstratos, ou significados, que constituem a atividade mental interna. Assim, na relação com o mundo externo assimilam-se os significados socialmente elaborados e constrói-se uma relação singular com os mesmos na consciência individual, utilizando-se dos significados para assimilar a experiência histórica generalizada e conceitualizada (LEONTIEV, 1978a). Dessa forma, os significados se constroem e se modificam a partir dos conceitos já produzidos na sociedade, carregados da história coletiva, do desenvolvimento da ciência produzida pela humanidade e consciência social, inclusive carregando com eles concepções de classe(LEONTIEV, 1972). Mas para além da consciência social que se cristaliza nos significados, estes também se constroem como processos da atividade e consciência de indivíduos específicos, mediatizados pela consciência social, mas

com características singulares, constituindo o chamado sentido pessoal, ou significado pessoal (LEONTIEV, 1978a).

Assim, os significados no sistema de consciência individual, adquirem pessoalidade, singularidade e parcialidade em um viés determinado pela própria vida do sujeito em sua determinação objetiva e histórica, tendo existência psicológica a partir da realidade da vida do indivíduo. Leontiev (1978a, p. 96) explica de forma sintética o processo pelo qual os significados constroem o sentido pessoal:

O fato propriamente psicológico, o fato da minha vida, é que eu me aproprie ou não, que eu assimile ou não uma dada significação, em que grau eu a assimilo e também o que ela se torna para mim, para minha personalidade; este último elemento depende do sentido subjectivo e pessoal que esta significação tenha para mim.

Essa divisão entre os significados pessoais e significados objetivos (doravante chamados de sentidos e significados) tem origem na estrutura da atividade humana, pois as diferenças entre os sentidos pessoais se desenvolvem a partir das diferenças na atividade coletiva de trabalho (LEONTIEV, 1972, 1978a). Como já abordado no primeiro capítulo, apenas no período neolítico o trabalho adquire produtividade suficiente para que seja viável a ruptura com a propriedade comunal, que possibilitou a divisão intelectual e manual do trabalho e a formação de uma classe que não trabalha e vive da exploração do trabalho alheio. Até então, a consciência das pessoas era marcada pelo fato de que as relações dos membros do grupo com as condições e meios de produção eram idênticos, havendo, portanto, certa homogeneidade na forma com a qual o mundo era refletido para a coletividade e no psiquismo dos seus membros singulares (LEONTIEV, 1978a). Assim, dada a relação de igualdade em relação aos meios de produção e aos produtos do trabalho e com ofícios cuja divisão era baseada em características naturais como a força física, se desenvolviam para os indivíduos sentidos coincidentes, havendo, portanto,

uma unidade entre significados sociais e sentidos pessoais na consciência. De acordo com Leontiev (1978a), essa unidade era possível também em virtude de a consciência ser limitada às relações diretas com o grupo e pelas significações linguísticas serem ainda pouco diferenciadas.

Com o aparecimento da divisão técnica do trabalho, em que cada membro do grupo tem funções relativamente estáveis e específicas, os fins das ações individuais em relação à atividade coletiva se transformam eles próprios em motivos para o indivíduo e essas ações convertem-se em atividades. Isso torna possível que os motivos se tornem conscientes, característica esta que era até então exclusiva das ações em seu caráter mais presente e imediato (LEONTIEV, 1978a). O processo de tomada de consciência dos motivos torna-se, de certa forma, um mecanismo geral da consciência e ocorre por meio de um ato especial, no qual se reflete a relação entre a ação imediata e concreta com uma atividade mais ampla, que cria uma relação vital mais geral na qual se insere a ação concreta em questão, emergindo assim novos sentidos (LEONTIEV, 1978a).

Com o desenvolvimento dos meios de produção, com o aprofundamento da divisão técnica do trabalho e a ampliação da esfera dos fenômenos conscientes que resultam desse processo, inevitavelmente passa a haver divergência na forma com que os fenômenos são refletidos na consciência dos indivíduos. Em um primeiro momento havia ainda unidade entre sentidos e significados devido à relação com os produtos e meios de produção serem iguais, ou seja, em virtude de o produto do trabalho coletivo ter o sentido de um bem comum (LEONTIEV, 1978a).

Com surgimento da divisão social do trabalho e da propriedade privada se modifica a relação com a atividade de trabalho e ocorre, então, uma ruptura entre sentidos e significados, que passam a ter “uma relação de exterioridade”

(LEONTIEV, 1978a, p. 114). Essa ruptura ocorre a partir do processo objetivo de surgimento de uma classe social que passa a exercer atividades intelectuais e recebe parte dos frutos da produção material obtidos pelo trabalho de outra parcela da sociedade, de forma que progressivamente a atividade de planejamento e execução da produção social da vida se distanciam, bem como as ligações e relações entre os membros da sociedade que executam uma ou outra atividade.

Como afirma Leontiev (1978a), essa ruptura entre atividade intelectual e manual se reflete na consciência dos homens, que não percebem a separação da atividade intelectual e manual como decorrentes de processos históricos, mas sim como produto de um processo espiritual, ideal, cuja diferença explica a história ao invés de ser explicada por ela e cujo sentido pessoal deixa de convergir com a produção coletiva da vida, com a produção - ainda que intelectual - de bens úteis à satisfação de necessidades do conjunto da sociedade.

Observamos, portanto, em uma primeira aproximação com o objeto de estudo desta pesquisa a partir da teoria da atividade. Fica nítida a coerência da leitura psicológica de Leontiev com o materialismo histórico e dialético e, em especial, com a teoria marxista da alienação, de forma que Leontiev consegue descrever o fenômeno descrito por Marx aprofundando a sua compreensão a partir da psicologia e possibilitando o estudo de suas expressões na consciência. No próximo capítulo pretendemos aprofundar as consequências psicológicas dessa ruptura abordando a formação da personalidade já em relação ao fato desta se constituir na sociedade de classes, buscando a produção de novas sínteses a respeito dos seus mecanismos psicológicos e suas implicações.

4 RELAÇÕES ENTRE PERSONALIDADE, CONSCIÊNCIA E TRABALHO ALIENADO

Compreendendo a atividade como fator central para a análise da consciência e da personalidade e que a atividade principal do ser-humano na vida adulta é perpassada pela propriedade privada dos meios de produção e pela exploração do trabalho, faz-se necessária a compreensão de como esses fatores se articulam na constituição da personalidade, compreendendo-a como dinâmica, dada entre certa estabilidade e o movimento que decorre das modificações nas relações e atividades ao longo da vida do indivíduo.

Para esta articulação alguns elementos se destacam, como a compreensão da personalidade como uma totalidade que não se apresenta de forma fragmentada a depender do contexto no qual o ser-humano desenvolve suas atividades (LEONTIEV, 1978b). Dessa forma, no processo de construção da personalidade nas atividades, há necessariamente uma permanência, uma estabilidade que se constitui e que se manifesta nos mais diversos âmbitos da vida singular e coletiva. Além disso, há de se ponderar a relação entre os aspectos biológicos, os aspectos da vida particular e da vida enquanto classe trabalhadora, que se articulam na constituição desta unidade estável que forma a partir das atividades e tem relação privilegiada com trabalho enquanto atividade principal. Neste processo dialético a personalidade se constrói com determinadas propriedades determinadas por estes distintos fatores, sendo, em certa perspectiva, expressão máxima da singularidade, mas também por outro lado, expressando o momento histórico em suas particularidades políticas e econômicas. Assim, torna-se essencial para a compreensão da personalidade, que se analise a forma com a qual o capitalismo a influencia, predispondo o indivíduo a

certas características que são conformadas em virtude de o modo de produção constituir-se como uma determinante privilegiada na constituição da personalidade.

4.1 PERSONALIDADE E ALIENAÇÃO

Leontiev (1978b) aponta que a tarefa de estudar e definir a personalidade não é, de nenhuma maneira, simples. A personalidade é tema de estudo da psicologia, da filosofia, da biologia e da antropologia. Dentre os poucos consensos a respeito de sua definição, é que ela é irreprodutível e que constitui uma unidade. Outro consenso é de que a personalidade é uma espécie de instância integradora que conduz os processos psíquicos. Destes consensos, porém, surgem concepções equivocadas que isolam a personalidade das funções psicológicas, explicando os fenômenos psicológicos a partir da própria personalidade, de forma circular, tendo que recorrer à genética ou explicar a personalidade como se esta fosse mera reprodução do meio social (LEONTIEV, 1978b).

Para Leontiev (1978b), a questão não se foca na comprovação de que o ser humano é ser natural e social, pois esse fato apenas diz respeito às qualidades intrínsecas do ser-humano, mas não as explica. Para o autor, a tarefa científica consiste em explicar a personalidade em sua qualidade de formação psicológica nova que se conforma como produto da atividade em transformação e inserida nas relações vitais do indivíduo, sob uma base monista, que não separa a personalidade humana em fatores internos e externos, mas sim a partir das contradições internas postas em movimento pela realidade. Nesse movimento a personalidade aparece como produto da atividade do indivíduo, convertendo as características inatas deste

último em personalidade à medida que o indivíduo se converte em sujeito de relações sociais.

Leontiev (1978b) esclarece esses os conceitos, definindo que a individualidade é uma qualidade que se refere à particularidade do sujeito concreto, que se manifesta inicialmente em um padrão genotípico e pode ser encontrada também nos animais e nos recém-nascidos. Todavia, o indivíduo, em especial o indivíduo humano, não se encerra em seus aspectos genéticos, mas como produto do entrelaçamento entre as relações congênitas e as adquiridas, que se manifestam na modificação do conteúdo objetivo das necessidades e das condutas do sujeito no processo de desenvolvimento da personalidade. Dessa forma a constituição da personalidade ocorre como um processo de individualização, de forma que se diferenciam progressivamente as características inatas e adquiridas.

A personalidade, portanto, não é definida pelas mesmas peculiaridades do indivíduo, não podendo ser caracterizada pelo temperamento individual, por exemplo. Essas características do indivíduo se constituem apenas como uma base sobre a qual a personalidade se desenvolve. Diante disso, características como a intensidade dos processos nervosos e sua estabilidade se constituem, de certa forma, como qualidades do “instrumento” com o qual o indivíduo iniciará o desenvolvimento de suas relações com o mundo, mas não determinará tais relações. Todavia, a psicologia, embebida de métodos trazidos da biologia e da medicina, muitas vezes dá a essas qualidades uma importância exacerbada, de certo modo fatalista sobre a personalidade que se formará a partir dessas qualidades dos processos nervosos (LEONTIEV, 1978b).

Leontiev (1978b) aborda com muita qualidade essa questão apontando que geralmente se associam à personalidade características atribuídas a um mistificado

“campo psicológico”. Entretanto questiona quanto um determinado tipo de sistema nervoso determina a personalidade em comparação com uma característica física que raramente se associaria a ela, como por exemplo, uma deficiência física que implica que uma criança manque ao caminhar. O autor aborda como isso implicará nas suas brincadeiras e possibilidade de socialização com outras crianças, na impossibilidade de dançar na adolescência, dentre outros. Explica que, de forma isolada, essa característica pode resultar em um complexo de inferioridade ou, pelo contrário, em uma atitude afetuosa com os demais. Esse exemplo, mais uma vez, reforça como o produto das características inatas do indivíduo dependem do conjunto de relações a que este estará exposto¹⁷.

Assim, o indivíduo, assim como a personalidade,

é um produto da integração dos processos que tornam reais as relações vitais do sujeito. Não obstante, essa formação especial que denominamos personalidade possui uma diferença fundamental. É determinada pela natureza das próprias relações que a engendram: se trata das relações sociais específicas do homem, nas quais este entra com sua atividade objetivada. (LEONTIEV, 1978b, p. 140, tradução nossa)

Rubinstein (1978) reitera que as características da personalidade se formam e se desenvolvem na atividade, de forma que o estudo dos aspectos psicológicos da atividade são, em essência, o estudo da personalidade em atividade, o que aponta para caracterizá-la como uma dinâmica nunca acabada, pois está sempre em

¹⁷ Podemos questionar como a falta de acessibilidade e mediações adequadas em uma periferia pode impactar no desenvolvimento de uma criança com deficiência física em termos de habilidades de relação interpessoais, da possibilidade de visitar amigos e parentes, frequentar fisioterapia, jogar videogame, jogos de tabuleiro e tantas outras mediações que constroem a personalidade de uma criança. Assim, o impacto da deficiência é totalmente perpassado pelas condições sociais objetivas nas quais ocorre. Uma criança cadeirante filha de uma família pobre, que não tem sequer asfalto para poder se deslocar na vizinhança e cujos colegas tem seu lazer centralmente voltado para brincadeiras de bola tende a um isolamento social muito maior que uma criança que tem acesso a cadeira de rodas motorizada e acesso a diversas outras mediações para que realize atividades que impactem positivamente no seu desenvolvimento psicológico e social. O impacto específico desse isolamento na hierarquia motivacional da criança da periferia, na constituição de sua identidade, em seu projeto de vida e outros tantos aspectos é um objeto de estudo que foge aos objetivos deste trabalho, todavia, com essa breve descrição fica clara a existência de um prejuízo ao desenvolvimento da criança da periferia em virtude da falta de acesso às mediações construídas pelo gênero humano que possibilitariam a ela um melhor desenvolvimento.

processo de consolidação e reorganização a medida que o ser humano adquire novas experiências e desenvolve suas atividades. Observa-se, portanto, a importância fundamental da atividade consciente na formação da personalidade, sendo necessário compreender a vinculação entre as diferentes atividades, sua hierarquia, motivações etc. para compreender o processo que a engendra e, assim, conseguir produzir a investigação psicológica (LEONTIEV, 1978b).

Nessa perspectiva, Leontiev (1978b), nos propõe como conclusão geral que na investigação sobre a personalidade, não devemos nos limitar a expor ou tentar explicar certas peculiaridades da personalidade nelas mesmas. Pois isoladas das atividades que as engendram essa tarefa se torna vazia a medida que é a partir das atividades concretas e do vínculo que se estabelece entre elas que as peculiaridades da personalidade adquirem significados distintos. Dessa forma, o trabalho da psicologia não consiste em analisar os hábitos, habilidades e conhecimentos como características que pertencem e engendram a personalidade, mas sim investigar os vínculos e conteúdos das atividades que engendram essas características para compreender como e mediante que processos elas se desenvolvem.

Outro problema abordado pelo autor são as relações hierárquicas entre as atividades desenvolvidas pelo indivíduo, pois essa hierarquia seria também responsável pela caracterização da personalidade à medida que se constrói no desenvolvimento das atividades que constituem o núcleo da personalidade, envolvendo a estrutura motivacional da personalidade, valores e outras características centrais para o indivíduo e para a análise da sua personalidade (LEONTIEV, 1978b).

Leontiev (1978b) demonstra o início da formação dessa hierarquia citando uma experiência realizada com crianças pré-escolares, na qual crianças teriam que alcançar um objeto distante com a condição de que não saíssem do lugar no qual estavam. Após descrever a tarefa, o experimentador saía da sala e ficava observando a criança, que não sabia desse fato. Na situação descrita, a criança levantou do seu lugar, pegou o objeto e voltou ao local combinado. O experimentador entrou então na sala, parabenizou a criança e lhe deu um bombom como recompensa, o que fez a criança em questão chorar. Leontiev (1978b) conclui que as ações da criança respondiam a dois motivos diferentes, um em relação ao investigador e outro em relação à recompensa, havendo então, um conflito entre ambas as atividades, que estão em processo de estabelecimento hierárquico a partir das vivências anteriores da criança¹⁸. Assim, estruturamos nossas atividades não só pela sua ampliação quantitativa, mas também na hierarquia de motivos, que por sua vez se relacionam a diferentes necessidades que vão se desenvolvendo em relações sociais, de forma que subordinamos atividades e necessidades umas às outras em um processo que é mediatizado pela consciência.

Nesse processo se desenvolvem diferentes necessidades, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas. Essa dependência das necessidades em relação à produção se dá tendo em vista que a ampliação dos meios/objetos

¹⁸ O exemplo dado pelo autor suscita uma série de questões a respeito das condições nas quais o experimento é feito. Podemos nos questionar, por exemplo, como se daria o experimento caso a criança em questão fosse vítima de privação material e fome crônica. Nesse caso, nos parece que a subordinação da relação com o investigador em relação à fome tenderia a ser mais fácil em virtude da fome e da raridade de acesso a um alimento tão gostoso e desejado. Isso nos leva à questão de como as condições materiais afetam o desenvolvimento da personalidade. É comum que se atribuam a defeitos de caráter inatos o fato de que uma criança trapaceie em um teste como esse para obter um bombom, mas pouco se questiona o valor que essa recompensa tem para ela e como se desenrola o drama da escolha de um motivo ou outro, a base material e familiar anterior que a criança tem para conseguir hierarquizar esses motivos de acordo com o que é moralmente esperado. Podemos, com base em nossa teoria, arriscar dizer que a partir da satisfação da necessidade básica de alimentação se torna mais fácil que se desenvolvam atividades a partir de necessidades menos ligadas a motivos biológicos, havendo mais espaço para o desenvolvimento de um caráter mais altruísta quando não se vivem situações de escassez.

disponíveis para a satisfação das necessidades e para a realização de atividades acaba por moldá-las (LEONTIEV, 1978b).

Partindo da concepção de que a personalidade é engendrada pelo conjunto de atividades desenvolvidas pelo ser humano em dadas relações sociais e partindo também do pressuposto de que o trabalho é a atividade ontologicamente fundante e psicologicamente central para o adulto, concluímos que a personalidade dos seres humanos¹⁹ é atravessada e constituída pelo modo de produção capitalista e pela forma específica de trabalho que ele engendra. Além disso, a partir do domínio da produção, o capital atua como determinante não apenas do trabalho, do consumo e da constituição das ideias, costumes e moral da população (MARX, 2007), mas também do desenvolvimento de certas necessidades e, portanto, do desenvolvimento da personalidade humana. Esse desenvolvimento se dá de diversas formas, tanto diretamente na atividade de trabalho, no âmbito da produção, o qual abordaremos com mais profundidade adiante, mas também no polo do consumo, na produção de necessidades, como por exemplo, a necessidade de consumir determinadas marcas com a ilusão de que isso tornaria o trabalhador alguém melhor, alguém mais bem visto na sociedade, que idealmente é bem sucedido e teria conseguido alcançar os ideais de sucesso apregoados pelo capital e seu aparato ideológico. Assim, nas necessidades que encontramos em diferentes grupos humanos, podemos encontrar sinais de quais objetos estão sendo

¹⁹ Viemos falando até então de características gerais dos seres humanos, todavia, a partir da constatação de que o trabalho como atividade concreta e que o mundo do trabalho é o mundo no qual todos os seres humanos, trabalhadores ou não, são inseridos e da constatação da importância desses dois fatores para o psiquismo, passamos a compreender como modelo de ser humano o trabalhador da sociedade capitalista atual. Entende-se que essa é a esmagadora maioria da população e que os desempregados, os capitalistas, as crianças, os idosos e outros setores específicos que não desenvolvem trabalho formal, ainda assim se encontram inseridos no mundo do trabalho e, conservando suas especificidades, se relacionam com o trabalhador como “modelo de ser humano médio”. Há de se fazer também a ressalva que há milhares de tipos de trabalho específicos sendo desenvolvidos no capitalismo e que cada qual impacta a subjetividade de uma forma específica. Todavia, procuramos aqui fazer algumas generalizações que tornem possível a análise do trabalho e do trabalhador em suas características gerais.

proporcionados para a satisfação das necessidades²⁰ destes. No caso do capitalismo, não é novidade que o que move a produção é a geração de lucro, à revelia do crescente fosso entre o desenvolvimento da produtividade e o acesso dos trabalhadores aos bens produzidos neste sistema.

Leontiev (1978b) analisa também o desenvolvimento da personalidade infantil a partir das situações de desenvolvimento e dos vínculos desenvolvidos entre as crianças e o mundo que as rodeia, dando substrato para o desenvolvimento das atividades. Além disso, o autor aborda o processo de conhecimento da realidade que rodeia o sujeito, que aos poucos deixa de ser apenas aquela imediatamente presente, mas aquilo que conhece, que sabe que existe. Todavia, esse conhecimento por si só não necessariamente impulsiona ações, sendo necessária a existência de atividades motivadas para que esse conhecimento adquira sentido em determinadas ações e atividades.

Para além do desenvolvimento infantil e do impacto inquestionável do acesso a uma boa quantidade e qualidade de mediações para o desenvolvimento da criança e de sua personalidade, utilizaremos o caráter geral do processo de desenvolvimento descrito pelo autor para buscar compreender os impactos da atividade de trabalho alienada no desenvolvimento do psiquismo, abordando para tal algumas das principais propriedades da personalidade.

4.1.1 Propriedades da personalidade

²⁰ Leontiev (1978b) aborda a possibilidade de desumanização das necessidades e demonstra isso com o exemplo de uma pessoa faminta, na qual a necessidade de se alimentar regride a uma situação, de por exemplo, se alimentar com as mãos, sem condições mínimas de higiene, etc. Nesse exemplo se observa um estado de alienação dos produtos da cultura humana, um distanciamento das necessidades mais desenvolvidas criadas pela humanidade pela falta de acesso à possibilidade de satisfazê-las. Isso se observa tanto em necessidades vitais como a alimentação, mas também em relação ao consumo e produção de arte, filosofia, etc.

Rubinstein (1978) também compreende a personalidade como uma unidade integradora de processos psíquicos e aponta que o desenvolvimento dos processos psíquicos isolados depende, em certa medida, do desenvolvimento da personalidade como um todo. Isso se observa, por exemplo, no fato de que a atenção voluntária, especificamente humana, é conscientemente regulada. Para o autor isso “não é senão uma expressão da vontade que se manifesta em toda atividade do homem que se converte em ação, que está regulada conscientemente pela personalidade” (RUBINSTEIN, 1978, p. 680, tradução nossa).

Por outro lado, Rubinstein (1978) aponta que a personalidade se constitui a partir da totalidade dos processos psíquicos, que contribuem com seu desenvolvimento geral. Assim, peculiaridades individuais de percepção, atenção, memória, imaginação etc. constituem características da personalidade nas respectivas áreas, da mesma forma que receptividade, capacidade de observação, determinação, constância e outras.

Dessa forma, com base nos estudos realizados até o momento no presente trabalho, pode-se concluir que se a atividade principal do ser humano passa a desenvolver de forma parcial, ou seja, dentro dos limites do interesse de lucro os processos psíquicos e as características da personalidade (como perseverança ou aptidão para determinada atividade, por exemplo), esse fato trará consequências globais para a personalidade. Rubinstein (1978) exemplifica a influência que a atividade tem sobre a totalidade da personalidade, através da importância que a música tem para uma pessoa musical e como a música pode enriquecer sua vida de forma geral. A partir desse exemplo, pode-se concluir que a música torna o músico uma pessoa que não só é capaz de reconhecer e reproduzir ritmos, harmonias etc., mas que ela potencializa sua memória e criatividade em geral, desenvolve a

disciplina, capacidade motora, possivelmente modifica suas relações interpessoais e tantas outras características que enriquecem a personalidade como um todo.

Dado o panorama da personalidade como totalidade que é, ao mesmo tempo, constituída por partes distintas e correlacionadas, compreende-se a necessidade do estudo dessas partes para que se compreenda a totalidade da personalidade em uma nova qualidade. Todavia, em virtude da complexidade e dimensão que um estudo sobre essas diferentes partes requereria, realizaremos apenas uma breve descrição de alguns desses componentes da personalidade, sendo escolhidas as que se destacaram no processo de pesquisa, se mostrando mais relevantes para a análise das implicações do trabalho alienado sobre a personalidade.

Conforme os estudos realizados no presente capítulo, observamos que as atividades tem sua determinação mais básica a partir das necessidades. Além disso, é na atividade que o ser humano constitui sua personalidade, a partir das experiências adquiridas na atividade, mas compreendendo também que o próprio fato de se exercer determinada atividade por vezes constitui um traço da personalidade, como por exemplo pessoas cuja vida musical, ganhando a vida como músicos, expressa o interesse pela música que se desenvolveu na história individual.

Rubinstein (1978) compreende que as necessidades se desenvolvem ao longo do desenvolvimento da cultura humana e acabam abarcando o que até o momento chamamos de “necessidades espirituais”, de acordo com a definição de Leontiev. Entretanto, Rubinstein (1978) aborda as necessidades espirituais como interesses, cuja especificidade se encontra “na concentração dos pensamentos ou ideias e intenções da personalidade em um determinado objeto” (p. 692, tradução nossa), produzindo a intenção de conhecer o objeto e não perdê-lo de vista. Os

interesses seriam os motivos da atividade cultural do ser-humano e diferenciam-se dos instintos pois nestes se manifestam necessidades cujo fundo geralmente é orgânico e se referem a dispor de um determinado objeto, diferentemente do interesse, que visa mais conhecê-lo, marcado por uma atração essencialmente emocional, podendo haver diferentes graus de consciência em relação aos seus motivos.

Todavia, Rubinstein (1978) observa que o ser humano não se dedica somente às atividades de seu interesse, mas compreende que tem certos deveres, ou seja, ideais que também definem a conduta. Tais ideais são perpassados por valores sociais, contribuindo com a orientação geral da personalidade, motivando a atividade, assim como necessidades e interesses. Nas palavras do autor:

Os ideais se formam sob a influência social especialmente destacada e imediata. Os ideais se determinam consideravelmente pela ideologia e pela filosofia ou conceito do mundo. Toda época da história possui seus ideais, sua imagem ideal do homem, cujas características mais destacadas ou significados vem determinados pelo ambiente, pelo espírito da época, como, por exemplo, o ideal dos sofistas ou dos filósofos gregos do “esclarecimento”, o do cavaleiro intrépido e o do monge piedoso na época feudal. O capitalismo e a ciência criada por ele possuem seu ideal: “Seu verdadeiro ideal é o avaro ascético, mas usurário, e o criado ascético, mas produtivo.”²¹ (Rubinstein, 1978, p.700, tradução nossa)

Outro componente essencial para a compreensão da vida interna da personalidade é o temperamento, que ainda que se refira às características inatas e biológicas do ser-humano, é importante para uma melhor compreensão da dinâmica da personalidade, a qual envolve aspectos sociais, mas também biológicos, os quais não são negados pela Psicologia Histórico-Cultural, mas sim compreendidos como base sobre a qual o ser-humano social desenvolve sua história e cultura. Rubinstein (1978) aponta que o temperamento se refere ao “dinamismo da atividade psíquica do indivíduo” (p. 718, tradução nossa), ou seja, ao ritmo, à impulsividade e a

²¹ No original Rubinstein traz a seguinte referência: Marx e Engels, Obras, vol. III, pág. 657 (em russo)

impressionabilidade da personalidade. Um dos aspectos do temperamento se refere à força e constância dos processos psíquicos, havendo, de acordo com os diferentes temperamentos, a necessidades de estímulos de diferentes intensidades para provocar reações no indivíduo. Os indivíduos apresentam também diferenças no que se refere à constância com que reagem a esses estímulos, de forma que algumas pessoas podem apresentar reações mais fortes ou mais fracas a estímulos da mesma qualidade e intensidade ou pode reagir de forma mais uniforme a estímulos semelhantes. A impressionabilidade, por sua vez, se refere à força e persistência dos efeitos que dada impressão tem sobre a pessoa. É associada com a característica de sensibilidade, que pode se manifestar de forma mais ou menos intensa e prolongada. Por fim o autor aponta a impulsividade como a intensidade, velocidade e duração das reações aos estímulos que são convertidos em ações, bem como aos processos intelectuais que as mediam e controlam. De acordo com Rubinstein:

Resumindo, podemos dizer que o temperamento é a característica dinâmica da personalidade em todas as suas manifestações ativas e a base sensorial do caráter. As características temperamentais, que se modificam ou transformam mediante a formação do caráter, passam a ser traços do caráter, cujo conteúdo está inseparavelmente vinculado à orientação da personalidade (RUBINSTEIN, 1978, p. 727, tradução nossa)

O caráter é, então, constituído sobre essa base biológica e a supera. Como já esboçado no início deste capítulo, pessoas com temperamentos semelhantes podem desenvolver personalidades e caracteres diametralmente distintos a depender do ambiente no qual vive, quais mediações acessa, quais atividades desenvolve etc. Rubinstein (1978) define o caráter como um “selo” que marca as manifestações da personalidade, se expressando nas relações que o indivíduo desenvolve com o mundo e as pessoas. Aponta o caráter ainda, como uma determinação interna que

guia o comportamento em diferentes circunstâncias, assim, ao conhecer o caráter de uma pessoa, sabe-se que certos valores guiam seu comportamento e pode-se inferir como ela agiria em determinadas circunstâncias.

Ainda de acordo com o autor, os traços de caráter são as características essenciais que constituem as pessoas, formando uma linha de conduta geral a partir de uma determinada lógica. Essa linha de conduta se determina pelo que é importante para o indivíduo, aspectos que são significativos para ele e que determinam seus atos, atuando como motivos para suas atividades. No caráter se expressa, ainda, uma hierarquia entre os fins possíveis da conduta, a qual forma a base do seu caráter. É necessário observar que, ainda que o caráter se refira a características “essenciais” da personalidade, não se trata de uma essência pré-determinada, mas de um sistema de características que se determinam a partir da relação do indivíduo com o mundo.

Dessa forma, observamos que os motivos determinados pelo caráter não são diferentes dos motivos em geral, sendo também constituídos a partir de necessidades e objetos que podem satisfazê-las. Todavia, como sabemos, uma parte significativa das necessidades humanas e a forma de satisfazê-las são constituídas no seio das relações sociais, de forma que uma análise do caráter permite analisar quais motivos, necessidades e fins que são norteadores da conduta de um determinado indivíduo ou grupo. Conforme afirma Rubinstein (1978, p. 729, tradução nossa):

O caráter se manifesta na conduta, nos feitos e nos atos do ser humano e se forma com eles ou neles. Sua forma de origem é muito variável e muda de caso a caso. Esta forma vem determinada pelos motivos nos quais se baseia a conduta. A relação do homem com respeito ao ambiente que o rodeia e a qual se expressa nos motivos, se manifesta em seus atos; esta relação se fixa por eles e se converte em costume. Com isso se desenvolvem traços ou peculiaridades do caráter relativamente constantes

O autor aponta, ainda, que o caráter se vincula de maneira intrínseca com a ideologia com a qual tem contato:

A conduta característica para o homem contém necessariamente também um conteúdo ideológico, ainda que este não se formule sempre da forma adequadamente consciente ou teórica. Mediante sua conduta (...) o indivíduo decide inevitavelmente (...) problemas ideológicos. (...) A medida que uma ideologia regula a conduta, participa também essencialmente na formação do seu caráter, ao refletir-se na consciência do indivíduo e realizar-se em sua conduta. A unidade dos fins que impõe ao homem condiciona essencialmente a unidade do caráter. A filosofia e a moral, que estimulam sistematicamente o homem a atuar de determinado modo, se depositam e fixam, por dizer assim, em seu caráter como um costume, ou seja, como costumes de conduta moral. Desta maneira se convertem na “segunda natureza” do homem. E neste sentido pode-se dizer que o caráter do homem é, de certo modo, sua filosofia ou ideologia – nem sempre tornada consciente, nem tampouco sempre teoricamente formada – que se converteu em sua natureza (RUBINSTEIN, 1978, p. 731, tradução nossa)

De acordo com a literatura marxista e com a pesquisa produzida no presente trabalho, fica claro que a visão de mundo desenvolvida no capitalismo deve ser compatível com seus objetivos essenciais, parciais e de controle da população a partir das necessidades do modo de produção, que são alheias às necessidades da classe trabalhadora, restringindo, portanto, o desenvolvimento humano. Os valores ideológicos produzidos e transmitidos pelo capitalismo são introjetados de diversas maneiras²² e em diversos momentos da vida dos trabalhadores, mas são intrinsecamente vinculados à organização concreta do trabalho, como por exemplo no fato de que os trabalhadores devem competir pelos empregos escassos, se ancorando na ideologia meritocrática de que para se “vencer na vida basta esforço pessoal”, de forma a manter essa forma de trabalho que dilacera a classe trabalhadora. Como exemplo disso, tomemos o individualismo, que tem origem nas

²² Um ponto interessante é que na sociedade de classes os significados e os sentidos se constroem perpassados pela cisão das classes e suas visões de mundo. Todavia, formado no capitalismo, muitas vezes o indivíduo encontra apenas significados ideológicos do capital para explicar suas experiências, como por exemplo a ideia de que não conseguiu sucesso material por falta de inteligência ou esforço. Evidentemente esse tipo de situação é causa de sofrimento recorrentemente observada na prática dos psicólogos, cabendo a reflexão do confronto de valores que perpassam a relação terapêutica quando se aborda esse tipo de questão na Psicologia Histórico-Cultural.

necessidades econômicas do capital, se propagando pelo caráter individualista da atividade de trabalho e de outras atividades que reproduzem a mesma lógica e pela ideologia individualista que se fixa no caráter dos trabalhadores e, portanto, em seus motivos, convertendo-se em uma segunda natureza que se distancia e nega a natureza social do ser-humano.

Temos, portanto, um processo de distanciamento do ser humano das possibilidades de desenvolvimento alcançadas pelo conjunto da humanidade, o qual é essencialmente determinado pelo modo de produção capitalista e se expressa nos mais diversos aspectos da personalidade. Como começamos a observar nos primeiros capítulos desse trabalho, esse processo é multifacetado, envolvendo a unilateralidade do desenvolvimento humano e sendo perpassado pelo fato de que o produto da produção humana é mercadoria produzida para gerar lucro. Outro aspecto desse distanciamento envolve o fato de que as motivações para a atividade principal do ser humano são determinadas por necessidades que não são as da classe trabalhadora e por relações sociais marcadas pela forma mercadoria, pela propriedade privada e pela divisão do trabalho. Buscaremos agora, articular as categorias estudadas nos primeiros capítulos, procurando analisar como a atividade de trabalho no modo de produção capitalista marca o desenvolvimento da personalidade humana, a partir das categorias destacadas no presente capítulo, enfatizando o aspecto alienante da dinâmica entre humanização e alienação que se produz nesse contexto.

4.2 IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DA DIVISÃO DO TRABALHO EM AÇÕES E DA CISÃO ENTRE SENTIDO E SIGNIFICADO DA ATIVIDADE

O desenvolvimento das forças produtivas e a complexificação da produção produziram, ao longo da história, um processo de divisão das atividades executadas pelo grupo e pelo indivíduo em partes, as quais tiveram e ainda tem papel determinante para o desenvolvimento da consciência (LEONTIEV, 1978a). Esse parcelamento demanda atenção e objetivos próprios para cada fase da produção de um dado objeto, produzindo a necessidade de que se crie um elo entre essa parte e a totalidade do processo, ou seja, um sentido para a ação que está sendo desenvolvida, a qual precisa estar vinculada à atividade geral e ao motivo que a impulsiona.

Além disso, de acordo com Leontiev (1978a), a divisão da atividade em ações tem duas implicações que recebem destaque e podem ser utilizadas como base para a análise de uma ampla gama de fenômenos da consciência sob a propriedade privada e, mais especificamente, no capitalismo contemporâneo. São elas: 1. A transformação da estrutura da consciência promovida pelo trabalho e 2. A cisão entre sentido e significado.

A primeira implicação apontada pelo autor é a transformação na estrutura da consciência. Isso ocorre com as ações mais específicas e presentes à consciência tornando-se elas próprias atividades, as quais se inserem dentro de outras atividades mais amplas à medida que adquirem motivos próprios. Isso proporciona um alargamento da esfera da consciência, com maior clareza acerca dos encadeamentos das atividades, compreendendo a si próprio em relação com o meio com uma maior profundidade. Atesta-se nesse processo o caráter humanizador do trabalho enquanto atividade ontológica, a qual se estende para além dos modos de produção específicos.

De acordo com Mészáros (2006), a crítica de Marx à alienação versa exatamente sobre essa questão. Por um lado, o trabalho possui um caráter transhistórico de mediação entre o ser-humano e a natureza, configurando-se como modo particular de existência do ser humano em relação aos outros animais. Por outro, a propriedade privada, a relação perpassada pela divisão do trabalho e pela generalização da forma mercantil de intercâmbio dos produtos do trabalho humano se colocam como barreiras entre o ser humano, sua atividade e seus produtos, comprometendo a autorrealização do trabalhador na atividade produtiva, ainda que promova o desenvolvimento do gênero humano, pois o desenvolvimento produzido por este modo de produção tem seu acesso muito restrito para a classe trabalhadora. Deve-se, portanto, ter clareza em relação a essa diferenciação entre o trabalho em seu caráter ontológico e humanizador, e o trabalho na sociedade de classes e especialmente no modo de produção capitalista, que enquanto tal, também promove o desenvolvimento humano, porém com fatores que se interpõe nessa relação dando a ela um caráter específico. Essa especificidade na forma com que o trabalho na sociedade de classes humaniza os indivíduos representa, em nossa posição teórica e política, um apartamento, um impedimento de acesso, enfim, um estado de alienação em relação ao que o ser humano pode acessar dado o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Em relação ao aspecto psicológico pelo qual o trabalho promove esse desenvolvimento, temos que o alargamento da consciência produzido pelo desenvolvimento de novos motivos e pela relação entre as atividades desenvolvidas pelo indivíduo e pela humanidade em geral, depende das condições concretas de desenvolvimentos acessadas pelas pessoas. Por isso, a capacidade de refletir acerca das determinantes da própria vida e interferir em tais determinações; de se

apropriar “do seu próprio destino” e se tornarem, de fato, sujeitos livres para realizarem verdadeiras escolhas têm sido para os homens, ao longo da história, apenas um ideal ainda distante de ser plenamente realizado²³. Isso em virtude da forma que se realiza o trabalho, em seu caráter de atividade principal, e da falta de acesso que é intrínseca ao modo de produção capitalista em função do seu objetivo central ser o lucro. Dessa forma, restringe-se o acesso à cultura humana, nas quais se inclui educação formal, estímulos cognitivos e outras situações sociais de desenvolvimento, que ocorrem apenas circunscritos às necessidades de desenvolvimento do trabalhador enquanto força de trabalho.

Esse desenvolvimento promovido pela apropriação da cultura humana potencializa os seres humanos e tem sua origem no trabalho em seu caráter ontológico e no salto que este promove no psiquismo do indivíduo ao possibilitar o parcelamento das atividades em ações, o desenvolvimento de novas necessidades, motivos e sentidos, bem como em seu caráter teleológico e de atividade coletiva. Todavia, esse caráter geral se expressa de forma específica, sendo o trabalho enquanto atividade concreta, ou seja, o trabalho específico realizado por cada ser humano em um dado modo de produção, que promove esse desenvolvimento de acordo com as condições de sua execução. Dessa forma o trabalho em seu duplo caráter, ou seja, como responsável pelo desenvolvimento histórico e social da humanidade e como atividade principal da vida adulta ocupa um papel central no processo de desenvolvimento da consciência. De acordo com Leontiev (1988), a atividade principal se define não apenas pela sua frequência, mas pelo fato de, a partir dela, outras atividades e processos psíquicos se moldarem e se

²³ O debate acerca da liberdade na Psicologia Histórico-Cultural é complexo e foge dos propósitos do presente trabalho, sendo possível realizar diversas reflexões a respeito da relação entre o acesso à cultura humana e a liberdade e suas expressões práticas. Aos que possuam interesse em aprofundar o estudo no tema, convidamos a leitura de Engels (2015) e Toassa (2004).

reorganizarem, dependendo dela, assim, as principais mudanças na personalidade.

De acordo com Rios e Rossler (2017, p. 567):

O trabalho implica, portanto, o desenvolvimento de capacidades e habilidades, a automatização de ações, a apropriação e sofisticação de conhecimentos e saberes e a criatividade. Confere, além disso, um nível qualitativamente superior à dinâmica interfuncional do psiquismo, potencializando a consciência acerca da realidade e de si mesmo. Mobilizando signos e significados, o trabalho engendra rearticulações entre as funções psicológicas do complexo sistema interfuncional do psiquismo humano (sensação, percepção, memória, linguagem, pensamento, imaginação, emoção e sentimento), e transforma, com isso, a consciência como um todo.

Dado que o trabalho é a principal atividade na qual ocorre o enriquecimento das necessidades humanas e que, de acordo com Leontiev (1978b, p. 152, tradução nossa), “com a modificação e o enriquecimento do conteúdo objetivo das necessidades do homem se produz a modificação das formas do seu reflexo psíquico”; temos que o trabalho, além de ser a atividade principal da vida adulta, tem também grande influência no processo de desenvolvimento dos indivíduos como um todo, na medida em que essa atividade e seus produtos estão presentes em outras esferas da vida²⁴. Como por exemplo, nas brincadeiras infantis que simulam a atividade produtiva e as atividades de reprodução da vida/trabalho doméstico e na educação que se volta, até certo ponto, para a profissionalização.

Dessa forma, temos que o trabalho influencia e determina o desenvolvimento de diversas necessidades humanas, pois determina uma parte importante das

²⁴ De acordo com Leontiev (1978) a atividade principal é aquela que orienta o desenvolvimento da pessoa. A atividade produtiva, por sua demanda de planejamento, criatividade e pela forma como redefine o papel do indivíduo em sociedade seria a atividade que guia o desenvolvimento do adulto. Todavia, não se deve perder de vista que no modo de produção capitalista tem várias restrições em relação ao quanto o trabalho promove esses processos que o definiriam como atividade principal da vida adulta. Além disso, a atividade humana é muito ampla, envolvendo o trabalho de reprodução da vida, como o trabalho doméstico e de cuidado dos filhos; trabalhos temporários que se dão fora da relação capitalista, a atividade religiosa, a atividade de militância política, etc. A análise das atividades de pessoas desempregadas ou aposentadas também compõe esse desse quadro, que se mostra muito complexo para ser aprofundado no presente trabalho, que parte de alguns pressupostos e realiza generalizações, as quais também importantes para viabilizar uma reflexão sobre o trabalho alienado na sociedade capitalista do ponto de vista psicológico.

atividades exercidas pelos trabalhadores e mesmo por aqueles que não estão inseridos no trabalho produtivo e formal. Rubinstein (1978) também discute outros aspectos que trazem a importância do trabalho para o desenvolvimento do ser humano, apontando-o como principal meio de desenvolvimento da personalidade em virtude do planejamento e autocontrole necessários para sua execução, da necessidade que impõe de análise do processo de produção, de concentração e controle de fatores de distração e do próprio comportamento como um todo.

Rios e Rossler (2017, p. 568) sintetizam esses aspectos com base em Rubinstein (1978):

O trabalho é o meio mais importante para a formação da personalidade, porque nele são desenvolvidas *atitudes, valores, forma-se o caráter, forjam-se princípios e ideais* e transforma-se a *postura que se tem quanto à atuação prática e às relações humanas*; como o indivíduo se relaciona não apenas com o processo ou o produto do trabalho, mas também diretamente com as pessoas com quem trabalha e, indiretamente, com aquelas a quem se destina o produto de seu trabalho, o autor considera que é desenvolvida uma *atitude subjetiva perante o trabalho, vinculada aos motivos* que essa atividade assume. (destaques nossos)

Leontiev (1978b, p. 152, tradução nossa) aponta ainda que o desenvolvimento das necessidades humanas “começa a partir do fato que o homem atua para satisfazer suas necessidades elementares, vitais; porém, mais adiante essa relação se inverte e o homem satisfaz suas necessidades vitais para atuar”. Isso remete ao fato de que, de acordo com Marx (2011b), o capital busca sempre se apropriar da forma mais ampla possível da força de trabalho, por exemplo, com jornadas extensas, ou como observamos hoje, transformando o tempo livre em tempo voltado para o consumo. Ou seja, somos alienados da possibilidade levantada por Leontiev de atuar, na medida em que o trabalho não mais representa a satisfação das necessidades vitais enriquecendo a vida no processo de satisfazê-las e possibilitando outras atividades para além da satisfação das necessidades

vitais. Assim, os baixos salários, a jornada repetitiva e extenuante e todo o caráter adoecedor da atividade de trabalho sob o capitalismo nos limitam o desenvolvimento nele, o qual passa a ser vivido como uma relação de exterioridade em relação à personalidade, como atividade “determinada por ocorrências fortuitas, condições objetivas aparentemente inevitáveis” (LEONTIEV, 1978a, p. 170). Além disso, mesmo que se desenvolvam outras atividades humanizadoras fora dele, continua havendo uma clara pressão por parte do capital para que a vida se volte apenas para a reprodução da força de trabalho, limitando, portanto, o desenvolvimento humano omnilateral.

Rios e Rossler (2017) apontam que a potencialidade do trabalho desenvolver o ser-humano acaba se restringido em virtude do desenvolvimento das habilidades e capacidades só se darem de forma subordinada às necessidades do capital, ou seja, o desenvolvimento do trabalhador se dá em função do papel que ele desempenha na produção. Os autores (2017), baseados em Sánchez Vázquez (1980), apontam ainda que o desenvolvimento humano subordinado ao capital produz uma tendência de desenvolvimento unilateral do trabalhador, com o conhecimento e a prática assumindo um caráter meramente utilitário, que, somado ao desconhecimento da totalidade do processo produtivo, provoca a dificuldade na percepção do trabalho como expressão de potencialidades criadoras, o que interfere na esfera motivacional do trabalhador.

Além disso, como exemplo específico e ilustrativo mas que permite a reflexão acerca das condições de vida da classe trabalhadora como um todo, tomemos os 50% da população brasileira que não recebem nem mesmo o salário mínimo de R\$ 937,00 (IBGE, 2017) e que o salário mínimo naquele mesmo ano deveria girar em torno de R\$ 3.700,00, para prover as condições adequadas de alimentação,

moradia, saúde, lazer, vestuário, etc. de uma família (DIEESE, 2018). Cabe, portanto, o questionamento de que tipo de atividades, nessa condição, esse trabalhador pode acessar para se desenvolver. Dessa forma, o trabalho se torna fator de restrição da possibilidade do desenvolvimento humano pelas condições concretas de vida que proporciona, para além do fato já abordado neste trabalho de ser uma atividade dominada por outro, cujo processo produtivo é mortificante e cuja motivação central não se liga diretamente ao objeto produzido.

Assim, sob o capitalismo temos necessariamente um impacto profundo no desenvolvimento do reflexo consciente da realidade e da personalidade que tende a desenvolver necessidades, caráter, ideais, etc. que sejam interessantes aos objetivos da classe burguesa, que, ao controlar a atividade de trabalho e ter o controle ideológico, acaba por limitar até certo ponto o desenvolvimento da personalidade dos trabalhadores e impedi-los de desenvolver atividades e qualidades da personalidade que possam se colocar contra os interesses de lucratividade do mercado²⁵. Conforme aponta Rubinstein (1978, p. 628, tradução nossa), citando os tipos de motivos que o capital impulsiona, em contraste com os que a sociedade socialista visa desenvolver:

Na sociedade capitalista, a qual está baseada na propriedade privada e na competição de todos contra todos, dominam na atividade de

²⁵ Dado que os significados são calcados nas relações sociais objetivas desenvolvidas pelas pessoas, cristalizando essa realidade e que essa realidade tem como uma de suas determinações privilegiadas o modo de produção (LEONTIEV, 1978a), podemos concluir que o capitalismo mediatiza a consciência dos indivíduos devido às relações de trabalho e de vida que impõe e ao produzir certos significados ideológicos. Isso se demonstra, por exemplo, nos discursos produzidos pela própria classe trabalhadora, muitas vezes pouco articulados e refletidos, construídos pelo senso comum como verdades inquestionáveis. Uma demonstração disso é o fato de que se atribui questões sociais marcadas pela falta de acesso a humanização e às objetivações da cultura humana à fatores como preguiça e falta de vontade dos indivíduos. Dessa forma, o fato de uma pessoa com fome não motivar uma atividade em relação a isso representa a expressão prática de como as pessoas constroem os significados em relação aos problemas sociais produzidos pelo próprio capitalismo, que envolve certa culpabilização individual e descomprometimento em relação às mazelas que se colocam diante do outro. Por outro lado, esse processo não é isento de contradições, pois o próprio insucesso por vezes se coloca ao indivíduo independentemente dos seus próprios esforços. Todavia, é interessante para o capital que não se encontrem significados que tragam outras possibilidades de significação para esse processo que não a incapacidade individual, pois isso poderia resultar em motivação para atividades com o objetivo de fazer cessar esse processo, como atividades de organização da classe trabalhadora.

trabalho os motivos individualistas e pessoais (no sentido da competição, da ambição pelo progresso pessoal, ainda que isso prejudique uma causa). Se deseja não só que si próprio vá bem e que consiga alcançar o máximo possível, mas também se deseja que o outro vá o pior possível e que consiga o menos possível. O principal é e ter vantagem sobre o outro. Os interesses e motivos pessoais não desaparecem na sociedade socialista, como é natural, mas estão vinculados aos interesses sociais e por essa razão se transformam radicalmente²⁶

É irrefutável, portanto, a centralidade do trabalho para o desenvolvimento humano. Observamos, ainda, que o grande déficit de desenvolvimento individual observado na humanidade, especialmente na classe trabalhadora, é marcado pela extrema dificuldade de acesso a atividades que promovam desenvolvimento humano omnilateral e favorável ao conjunto da humanidade, bem como a falta de acesso à produtos da humanidade como educação, ciência, filosofia, saúde, arte, esporte e lazer também tolhidos *a priori* para a maior parcela da humanidade pelo capitalismo, representa um apartamento, um estado de alienação em relação ao que a humanidade apresenta como possibilidade e que se efetiva de forma mais plena apenas para uma minoria da população²⁷, ainda que o desenvolvimento produtivo possibilite que a população mundial pudesse acessar as produções que constituem a bagagem cultural da humanidade.

²⁶ Mészáros (2006, ponto III) aborda a questão da cisão existente entre a vida prática, vinculada às ciências, naturais, e a filosofia, a ética e as ciências sociais como um todo em virtude de ambas partirem de pontos distintos. O autor aponta que na vida prática é regida pela dinâmica do capital, portanto o lucro é o motivo que determina as práticas concretas da vida prática, já do ponto de vista da filosofia e da ética, “o humano” se sobressai. Dessa forma, há geralmente um divórcio entre os discursos humanitários e as práticas avarentas e uma enorme dificuldade no diálogo entre as ciências, pois por mais que a filosofia aborde a realidade a partir do ser humano em relação com a natureza, a vida prática obedece às necessidades do capital e a atividade produtiva do ser humano é perpassada por ele; dessa forma, a própria relação do ser humano com a natureza e consigo próprio é perpassada pela atividade produtiva e pela propriedade privada, sendo necessário que se analise todos esses fatores em sua relação mútua para que não se produza filosofia e ciência humana abstrata, apartada das relações econômicas concretas.

²⁷ É importante a ressalva de que mesmo a burguesia não está isenta de alienação, em virtude, de diversos fatores, como a cisão entre o sentido e o significado das atividades que desenvolve e o estranhamento entre os seres-humanos também atingi-la. Todavia, esse processo se dá de forma diferente para a burguesia, que não é materialmente impedida da possibilidade de acesso às produções humanas passíveis de aquisição pelo dinheiro.

A segunda transformação abordada por Leontiev (1978a), diz respeito à própria cisão entre sentido e significado, que inclusive pode, em si própria, equivaler a uma forma de alienação (LEONTIEV, 1972). O autor aponta, em consonância com Marx (2011b; 2015) que no capitalismo

A grande massa dos produtores separou-se dos meios de produção e as relações entre os homens transformaram-se cada vez mais em puras relações entre as coisas que se separam (*se alienam*) do próprio homem. O resultado é que sua própria actividade deixa de ser para o homem o que ela é verdadeiramente. (...) As condições objectivas da produção opõem-se-lhes doravante enquanto propriedade estranha. Para viver, para satisfazer as suas necessidades vitais, vêem-se, portanto, coagidos a vender a sua força de trabalho, a alienar o seu trabalho. Sendo o trabalho o conteúdo mais essencial da vida, devem alienar o conteúdo da própria vida (LEONTIEV, 1978a, p. 120-121). (destaque do autor)

O autor (1978a) desenvolve, ainda, a questão de que esta alienação é decorrente das relações de troca e da propriedade privada e que na origem o ser humano estava em uma relação objetiva de “unidade natural” com a terra, com os instrumentos de trabalho e com o próprio trabalho, o que se desintegra com o desenvolvimento das forças produtivas²⁸. Assim, para Leontiev (1978a, p. 121), as “relações objectivas engendradas pelo desenvolvimento da propriedade privada determinam as propriedades da consciência humana nas condições da sociedade de classes”. O autor desenvolve essa problemática abordando a questão da discordância entre o motivo da atividade e seu resultado/produto objetivo, exemplificando essa dissociação com o operário cuja motivação para o trabalho é a satisfação das suas necessidades e cuja produção tem como produto concreto, não bens que satisfazem essas necessidades e as necessidades dos seus semelhantes, mas o salário e produtos que não lhe pertencem.

²⁸ Observa-se que não há em Leontiev (1978a) um julgamento moral em relação ao desenvolvimento das forças produtivas em si e um posicionamento idílico em relação ao passado. A desintegração da “unidade natural” a que ele se refere ocorreu no processo histórico sem que fosse conscientemente planejado pela humanidade, trazendo novas possibilidades e problemas dada a forma com a qual ocorreu. Porém, hoje é possível uma análise crítica dos problemas trazidos por essa ruptura e, posteriormente, pelo capitalismo, dado o cenário atual no qual há condições para a superação de contradições criadas por esse desenvolvimento e diante do agravamento dos problemas trazidos por ele.

Martins (2015), baseada em Sève, analisa também a alienação da personalidade, abordando algumas de suas expressões, dentre as quais a relação que liga o salário ao trabalho, apontando uma separação, uma oposição entre o resultado *mediato* do trabalho para o indivíduo, o salário, e o produto natural do trabalho do ponto de vista do processo social de produção.

Temos, assim, algumas premissas que foram acumuladas ao longo deste trabalho e que nos permitem a análise da alienação da personalidade em múltiplas dimensões. Uma dessas premissas é que toda atividade tem um motivo que a incita e que essas atividades podem ser decompostas em fragmentos menores, as ações, que por sua vez podem adquirir um motivo próprio, convertendo-se em atividades. Outro ponto conhecido é que o sentido da atividade varia para os indivíduos em virtude do seu caráter particular e subjetivo; além disso, na medida em que pode haver diversos motivos para a mesma atividade existe a possibilidade de múltiplos sentidos. Observamos, também, que o sentido das atividades singulares se constitui enquanto partes de uma atividade coletiva, como por exemplo na atividade de trabalho do membro de uma tribo que espanta a caça enquanto ação parcial de uma atividade mais geral, a atividade de caça coletiva, cuja motivação última é a alimentação da tribo²⁹.

Sob a propriedade privada e a divisão do trabalho, especialmente no caso do trabalhador do modo de produção capitalista, temos que o motivo de sua atividade de trabalho, em última instância, é o salário enquanto possibilidade de responder às necessidades de sobrevivência de si próprio e de sua família³⁰ (Marx, 2015; Leontiev, 1978a). Entretanto, analisando a atividade sob a perspectiva de produção

²⁹ Exemplo utilizado por Leontiev (1978a)

³⁰ Há também outras possíveis motivações subjacentes, como por exemplo o prestígio por ocupar determinado posto, ideais etc., porém não nos ateremos a esses casos específicos no momento.

social da vida, o que dá sentido à atividade singular do trabalhador é a produção de um dado valor de uso, fruto do trabalho coletivo e que satisfaz necessidades coletivas. De acordo com Rios e Rossler (2017) o trabalho enquanto atividade humanizadora se dá na medida em que o ser humano trabalha para o suprimento de uma necessidade coletiva, com repercussões sobre a vida individual, havendo, portanto, unidade entre o significado objetivo e o sentido pessoal da atividade; isto pois a atividade, além de desenvolver capacidades e aptidões, externaliza tais características em produtos que se convertem em benefício para si e para seu ser genérico (MARTINS, 2015). Temos, pois, que a ruptura nesse processo representa uma restrição no caráter humanizador da atividade de trabalho.

Como veremos mais adiante, em geral não ocorre uma anulação completa do significado do trabalho como produtor de valores de uso para a humanidade, porém estes se apagam, o que definitivamente interfere no caráter da atividade de trabalho, convertendo-o em uma atividade cujo sentido é essencialmente dado pelo salário e cujos produtos se convertem em benefícios apropriados privadamente, ou seja, em atividade e produto alienados (MARTINS, 2015). Ocorre, portanto, que a satisfação das necessidades do trabalhador pelo produto produzido é fato meramente casual e acessório ao processo de produção, havendo muitas vezes dificuldade de acesso ao próprio produto por ele produzido. Tampouco, esse produto lhe pertence para que o troque por outros produtos frutos também do trabalho humano, de forma que o trabalhador vivencia a relação de troca de uma forma totalmente diferente da que ocorria nos modos de produção anteriores ao capitalismo. Isso, pois a troca de mercadorias deixa de ser diretamente vinculada e expressão máxima do fato de que ao trocar um produto por outro, troca-se na verdade uma dada quantidade de trabalho socialmente útil por outra mesma quantidade de trabalho que tem utilidade

para si. Nas relações mercantis, que passam a dominar a vida produtiva com o modo de produção capitalista, temos que

O *dinheiro*, na medida em que possui a *qualidade* de tudo comprar, na medida em que possui a qualidade de se apropriar de todos os objetos, é, portanto, o *objeto* como possessão eminente. A universalidade da sua *qualidade* é a *onipotência* do seu ser; por isso ele vale como ser onipotente. ... O dinheiro é o *alcoviteiro* entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem. Mas o que *medeia* a minha vida, *medeia-me* também a existência do outro homem para mim. É para mim o *outro* homem. (Marx, 2015, p. 414-415) (destaques do autor)

Assim, como mediador da aquisição dos mais variados objetos que se acessam no capitalismo, o dinheiro acaba ganhando um significado de meio de acesso não só para todas as mercadorias, mas também para coisas que não são ou não deveriam ser mercadorias, como saúde, relacionamentos amorosos e outros. Se oculta seu significado original de meio de circulação, medida de valor e expressão de trabalho humano, de forma que as próprias relações humanas que ele medeia acabam secundarizadas e ocultadas, o dinheiro é fetichizado e as relações humanas são reificadas (Marx, 2011a). Ocorre, portanto, um processo de alienação, de alheamento, de distanciamento em relação ao caráter social do trabalho a partir da subsunção do valor de uso ao valor de troca, ficando oculto que a relação entre os produtos do trabalho expressa uma relação entre seres humanos. Essa limitação do acesso e ocultamento do produto do trabalho como expressão de relações entre seres humanos é impulsionado pelo fato de o contato entre os produtores ocorrer como contato entre proprietários de mercadoria privados e independentes, sem relação entre si para além da esfera da circulação; bem como pelo caráter abstrato do trabalho e pela mediatização das relações entre os produtores se dar pelo dinheiro.

4.3 IMPLICAÇÕES PSICOLÓGICAS DO SIGNIFICADO DO PRODUTO DO TRABALHO E DA FORÇA DE TRABALHO COMO MERCADORIAS

Marx (2011a) afirma que a mercadoria tem um duplo caráter, como valor-de-uso e valor-de-troca. O primeiro refere-se a sua utilidade, como trabalho concreto (marceneiro, pedreiro, etc.); o segundo a seu caráter abstrato, como dispêndio de energia humana, diferenciável apenas em seu caráter quantitativo e cujo objetivo é a ser trocado por produtos com quantidades equivalentes de trabalho humano.

Dessa forma, a força de trabalho possui também um duplo caráter, ou seja, um duplo significado: como produtora de valores de uso e como produtora de valor, isto é, enquanto trabalho abstrato. O primeiro remete ao aspecto ontológico do trabalho ao longo da história da humanidade, como dispêndio de energia que se converte em produtos que visam à satisfação das necessidades humanas, ou seja, seu caráter de produtor de valores de uso e como fator de desenvolvimento individual e genérico, de humanização. O segundo liga-se à produção de mercadorias e, em se tratando especificamente da produção de mercadorias no capitalismo, no fato de o trabalhador ser capaz de produzir mais valor do que o necessário para a manutenção da sua existência e de sua família (MARX, 2011b).

Diante da constatação de que o trabalho e seu produto se inserem na lógica do capital e ganham um caráter específico no modo de produção capitalista, observamos que o produto do trabalho não possui apenas uma utilidade social, para satisfazer as necessidades da comunidade humana. Apresenta-se, de fato, como mercadoria, que não pertence ao trabalhador e cujo processo de produção não foi por ele escolhido ou determinado, mas sim uma atividade mecânica inserida na

atividade de *produzir dinheiro/salário*³¹. O trabalhador encontra-se, portanto, diante de um trabalho que é visto socialmente e muitas vezes pelo próprio trabalhador como trabalho abstrato, pouco importando suas características concretas ou sua utilidade social. Nas palavras de Leontiev (1978a, p. 123), “Se tivesse a possibilidade de escolher o seu trabalho, seria coagido a escolher antes de mais nada entre dois salários e não entre a tecelagem e a fiação”.

O trabalho em seu caráter abstrato é essencialmente ligado ao significado que este tem para o capitalista, ou seja, como gerador de mais-valia. Nesse sentido, para o capitalista, também pouco importa se o trabalhador exerce trabalho de tecelão ou de fiador. O que importa é que gere mais valor do que o necessário para sua manutenção como força de trabalho, valor excedente do qual o capitalista se apropria (MARX, 2011b). Dessa forma, não só produto do trabalho é mercadoria, mas no trabalho assalariado a própria força de trabalho converte-se em mercadoria que é comprada pelo capitalista durante um tempo determinado. Assim, os trabalhadores competem entre si pela necessidade de vender sua força de trabalho, de forma que sua personalidade é perpassada pela necessidade de vender sua

³¹ De acordo com os estudos realizados no presente trabalho, temos que para determinar se algo se trata de atividade ou de ação devemos questionar o motivo ao qual se responde (LEONTIEV, 1978b). Diante disso, ainda que polimotivada e com múltiplos sentidos, temos que a necessidade principal que a atividade de trabalho responde é a sobrevivência, cuja resposta perpassa os objetos que respondem a essa necessidade. Todavia, na sociedade capitalista, temos que o acesso desses objetos se dá, quase que invariavelmente, pelo salário, pela mediação do dinheiro. Dessa forma, o objeto da atividade de trabalho se converte, até certo ponto, no salário, que dá sentido às ações do cotidiano e motiva a atividade, que passa a ser a obtenção do salário. Poderíamos citar ainda que, para o capitalista, o motivo do trabalho é a reprodução ampliada do capital, o que demonstra a multiplicidade de motivos e sentidos em torno de uma mesma atividade. Evidentemente, o trabalho não perde seu caráter de centralidade para o desenvolvimento psíquico, tampouco perde o seu caráter objetivo de produção social da vida, de valores de uso que possibilitam a satisfação de necessidades. Observa-se, portanto, que o trabalho conserva seu caráter de atividade quando analisado na perspectiva individual, todavia, quando analisado sob essa perspectiva, se converte em ação justamente devido à cisão entre seu sentido e significado no modo de produção capitalista, o que tampouco elimina seu caráter de atividade coletiva de produção da vida. Percebe-se, portanto, que o enquadramento do trabalho ou de outras atividades na categoria de atividade ou de ação não deve ter o objetivo meramente formal de enquadramento, mas que viabilize a análise dos elementos que explicam a essência das relações que constituem o fenômeno, podendo haver mais de uma forma de defini-lo, contanto que não se firam as bases teórico-epistemológicas que servem de fio condutor para a análise.

capacidade de exercer sua atividade principal. Retomando a citação de Mészáros (2006, p. 39), temos que:

A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos isolados” (vereinzelte Einzelnen), que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta”, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade.

Assim, o trabalhador em sua totalidade como personalidade é perpassado pelo significado da força de trabalho como mercadoria³². Isso ocorre, pois o trabalho, sua atividade principal, de certa forma deixa de lhe pertencer, deixando, em última instância, de ser controlada pelas necessidades da classe trabalhadora. Em última instância, a maximização do lucro apresenta-se como motivo da produção para o capitalista e encontra-se em oposição à manutenção das necessidades do trabalhador, que é motivo de sua atividade. Além disso, o trabalhador deixa de produzir produtos que lhe pertencem e passa a ter sua atividade centrada no valor de troca, de forma que esse significado da atividade passa a dominá-la e seu sentido se vincula progressivamente ao caráter abstrato do trabalho enquanto produtor de salário.

Entendendo, portanto, que a personalidade do trabalhador se constitui como unidade a partir das atividades que exerce (LEONTIEV, 1978b), temos que, ao vender a força de trabalho como mercadoria, o trabalhador, em parte, também se converte em mercadoria, visto que uma das dimensões humanas, a principal (sua capacidade produtiva), é mercantilizada. Esta mercadoria não deve apenas exercer

³² Neste momento estamos considerando a força de trabalho como o potencial de produzir riqueza submetido à relação de assalariamento. Dessa forma, entendemos que nem todo trabalho humano é absorvido pelo capital, ainda que parte desse trabalho seja, na perspectiva do capital, apenas uma necessidade para que a força de trabalho faça sua automanutenção. Podemos citar nessa perspectiva o trabalho doméstico, trabalhos não remunerados que resultam em enriquecimento coletivo como arte, hobbies, trabalho voluntário, militância política etc.

a atividade produtiva, mas também se render aos “objetivos limitados, particularistas” (MÉSZÁROS, 2006, p. 39), que negam a essência do trabalho coletivo como atividade que satisfaz necessidades coletivas e, através delas, as individuais³³. Dessa forma, pode-se concluir que o trabalho na sociedade capitalista se converte em negação da essência do trabalho em seu caráter de atividade social, em alienação do caráter ontológico do trabalho. Assim, a alienação do trabalho em seu caráter ontológico se observa, pois de acordo com Rubinstein (1978), a especificidade psicológica do trabalho se encontrar justamente em seu caráter objetivo e social, estando orientada para a criação de produtos necessários e úteis à sociedade.

Já em relação a como o indivíduo se relaciona com sua atividade, temos que, de acordo com Leontiev (1972), por mais que o sentido pessoal do trabalho seja diverso, o significado social de produção da vida é comum, de modo que, ainda que haja uma diferença entre sentido e significado, não há necessariamente oposição entre eles. Portanto, temos no capitalismo uma cisão no caráter social do trabalho, pois este se torna cada vez mais um meio de manutenção da vida individual, com o seu sentido determinado em última instância pelo salário e não pela criação de produtos socialmente úteis. Dessa forma, o significado mais intrínseco do trabalho enquanto produtor de valores de uso passa a competir com o significado do trabalho sob o capitalismo, como produtor de mercadorias; e os sentidos do trabalho, ligados

³³ No capitalismo a necessidade de maximização do lucro e competitividade da empresa capitalista individual desenvolve contradições com os interesses da própria classe capitalista, pois alguns mecanismos de maximização do lucro individual, como o desenvolvimento tecnológico, podem contribuir para a redução da taxa média de lucro (MARX, 1986). Da mesma forma, essa necessidade também contradiz os interesses da humanidade, pois acaba desencadeando o desastre ecológico que vivemos atualmente, a piora das condições de vida do conjunto dos trabalhadores, crises econômicas, etc. Podemos relacionar esse apontamento com o de Rubinstein (1978, p. 618, tradução nossa) de que “O curso da atividade humana vem condicionado, antes de tudo, pela lógica objetiva das tarefas que o homem deve desenvolver (...)”, dessa forma, a lógica do capital penetra na atividade humana individual e coletiva, pois a atividade individual é voltada para o lucro do capital e o sucesso individual depende do sucesso na vida produtiva, que contradiz o interesse geral de sustentabilidade ambiental, de jornadas de trabalho menos exaustivas, etc.

à produção social da vida, a realização pessoal etc., a competir com o sentido de manutenção individual da vida e de obtenção de salário.

Dessa forma, a análise do trabalho como mercadoria ganha uma nova dimensão a partir da compreensão que a atividade que nos caracteriza como força de trabalho é a atividade principal do ser humano e condiciona a sua personalidade. O apontamento de Marx (2015) ao afirmar que ao produzir mercadorias o ser humano produz a si mesmo como mercadoria, retorna agora sob uma nova perspectiva. Entender que as atividades são a base para o desenvolvimento da consciência e da personalidade e que a força de trabalho é mercadoria, significa que o trabalhador não se descola de sua força de trabalho no momento em que a vende, continua sendo trabalhador, continua sendo um indivíduo dotado de uma personalidade. Pode-se dizer, então, que o trabalhador se torna mercadoria dado que se constitui também por sua atividade, de forma que sua atividade, enquanto força de trabalho, constitui parte importante de sua individualidade. Dessa forma, as análises e processos que perpassam a mercadoria se aplicam mais diretamente à personalidade, à individualidade do trabalhador e também dos demais seres humanos, tendo em vista o papel organizador do trabalho sobre a vida do conjunto da humanidade.

Outro ponto essencial para se analisar o processo de alienação em sua dimensão psicológica é analisar o processo de trabalho, que no capitalismo é determinado pela divisão social do trabalho. Esse processo começa a se acentuar no período manufatureiro, no qual depois de serem expulsos das terras, os trabalhadores foram unidos em galpões sob o comando (ou seja, perdendo a autonomia sobre o processo de produção) de um mesmo capitalista, para unir ofícios para produção de produtos novos, como no exemplo abordado no primeiro

capítulo, carruagens (MARX, 2011b). Assim, aquele que antes dominava o ofício de pintor, pouco a pouco se torna pintor de carruagens. E com a progressiva divisão do trabalho, pode se tornar até mesmo pintor de uma parte específica de carruagens.

Esse exemplo serve para ilustrar o processo de parcelamento do trabalho, o qual tem importante determinação psicológica. No período manufatureiro o trabalhador já se encontra sob relação de assalariamento, portanto, o motivo hierarquicamente superior que o movia a produzir já era o salário; o que dava sentido ao ofício muitas vezes repetitivo e mecânico é o salário. Todavia, como vimos, a atividade é polimotivada. Dessa forma, antes da intensificação do parcelamento do trabalho, o trabalhador podia ver mais direta e facilmente a utilidade social do seu ofício. A produção de carruagem, por exemplo, adquiria um sentido mais ligado ao significado da produção do valor de uso carruagem. O parcelamento progressivo, que transforma os produtores de carruagem em “um amontoado de apertadores de parafusos”, é um dos principais mecanismos que distancia o trabalhador do produto final, do valor de uso como totalidade, do significado social do objeto produzido, contribuindo para que o sentido do trabalho se ligue de modo cada vez mais profundo e exclusivo ao salário.

Conforme abordado no primeiro capítulo, temos que o trabalho realizado em diferentes fases da produção e da circulação demanda o desenvolvimento de habilidades distintas, como força, destreza, criatividade, atenção etc. Dessa forma, o desenvolvimento dessas características fica geralmente restrito ao que é necessário para a função que o trabalhador exerce.

Pode-se dizer, de acordo com Marx (2011; 2015), que o nível de habilidade e conhecimento técnico, bem como o prestígio social e o nível de realização pessoal de um artesão fabricante de carruagens é qualitativamente superior ao de um

apertador de parafusos de carruagem. O trabalho não produz mais carruagens, produz parafusos apertados, realizando, por outro lado, na consciência um significado mais distante do trabalho como produtor do valor de uso. Se antes tínhamos o motivo do salário e o motivo de produzir carruagem minimamente coexistindo na consciência e na personalidade do trabalhador, com a intensificação do parcelamento do trabalho o motivo do salário cada vez mais domina a sua consciência e personalidade. Apaga, progressivamente, o sentido da atividade de trabalho enquanto produtora de valores de uso, na medida em que a carruagem, enquanto motivo, se distancia da atividade concreta de trabalho, a qual se torna algo distante e abstrato, que o trabalhador não conhece, não entende e nunca poderá possuir. Transforma-se, assim, a atividade de trabalho em atividade de sobrevivência, de produção de salário; na qual apertar parafusos se torna apenas algo casual, um fim necessário, uma ação.

Quanto mais o motivo se separa do objeto de atividade (carruagem), ou seja, quanto menos se produz carruagens pela sua utilidade social, mas sim pelo salário, mais existe uma relação distanciada dos sentidos pessoais com o significado da produção de valores de uso³⁴. O trabalho se desenvolve de forma que o sentido está no salário, em dissonância com o conteúdo da atividade. Nessa perspectiva, nossa hipótese é que a atividade seria ganhar salário e o trabalho apareceria como uma ação para ganhar salário. Assim, considerando que é pela atividade que se desenvolve a personalidade, temos uma nova compreensão sobre como o trabalho sob o capitalismo passa a desenvolver a personalidade de forma parcial. Como o trabalho continua, nessa perspectiva, sendo uma ação da atividade de ganhar

³⁴ Podemos problematizar o processo de sofrimento psicológico que essa ruptura gera, sendo que as empresas muitas vezes buscam que o trabalhador “vista a camisa da empresa”, de forma que o significado de produção de mercadoria pode passar então a entrar em consonância, até certo ponto, com o sentido de produção de salário. Indicamos o artigo de Carvalho e Martins (2016), Malaguty e Rossler (2016) e Pinto (2007) para estudo da questão.

salário, continua desenvolvendo a personalidade, mas de forma apenas parcial, pois é fazer dinheiro que é o motivo principal, que em ligação com o trabalho dá sentido à atividade.³⁵

Como afirma Leontiev (1978a), a fragmentação progressiva do processo produtivo agudiza a ruptura entre atividade intelectual e manual, processo esse que se reflete na consciência dos homens, que não percebem essa separação como decorrente de processos históricos, mas sim como produto de um processo espiritual, ideal, de diferenças inatas ou de vontade pessoal, que explicam a história ao invés de ser explicados por ela.

A divisão do trabalho intelectual e manual e o seu parcelamento não resulta apenas em restrição ao desenvolvimento do ser humano enquanto força de trabalho, enquanto trabalhador. Interfere na totalidade da sua vida, pois as capacidades desenvolvidas no trabalho convertem-se em órgãos da sua individualidade, de forma que o não desenvolvimento de múltiplas capacidades converte-se em hipertrofia de algumas capacidades em detrimento de outras, com implicações na totalidade da vida do trabalhador. Dessa forma, é inibido o desenvolvimento das capacidades que não se enquadram na unilateralidade da produção capitalista, restringindo o desenvolvimento da personalidade, do reflexo consciente da realidade e mesmo de características físicas.

Esse parcelamento ocorre em função do aprendizado da classe capitalista de que a divisão, o parcelamento da atividade aumenta a produtividade e faz crescer o lucro. O que controla a produção é, então, o lucro, não importando dar sentido à atividade do trabalhador, nem a possibilidade de que o parcelamento, a sobrecarga

³⁵ Compreende-se que a análise do trabalho como atividade de produzir salário é um ponto que merece estudos posteriores mais aprofundados, pois além do fato de a atividade ser polimotivada e continuar havendo, na perspectiva individual, a necessidade de produção de valores de uso, o trabalho como atividade social deve ser analisado também a partir da perspectiva de que os motivos são também sociais, de forma que a atividade individual se insere como ação da atividade social.

de trabalho e a perda de sentido possam contribuir para o sofrimento e adoecimento do trabalhador. A produtividade vem em primeiro lugar se restringindo ao objetivo de gerar lucro. Assim, da mesma forma que para o trabalhador tanto faz ser apertador de porcas ou de parafusos, o capitalista também vai se distanciando da produção dos valores de uso (o que também marca sua personalidade), não importando para ele se produz carruagens, que servem ao propósito de aumentar o potencial humano de se mover, ou armas, que contribuirão para a morte de outras pessoas.

Dessa forma, a cisão entre sentido e significado e o parcelamento da atividade de trabalho, com a perda do controle da produção pelos trabalhadores, resulta em um processo de distanciamento, de estranhamento, de alienação em relação: 1. Ao produto da atividade; que muitas vezes não pode ser acessado pelo trabalhador e quando o trabalhador o acessa, é pela mediação da aquisição mediante a compra do produto que a priori não lhe pertence. 2. Ocorre também a alienação em relação ao controle social e pessoal do processo de produzi-la, pois o que será produzido e de que forma é controlado pela empresa capitalista. 3. Em relação à atividade genérica na qual o ser humano se contempla num mundo produzido por ele e se compreende como parte das forças produtivas sociais. 4. Dos outros seres humanos, que passam a ser seus concorrentes, cujas necessidades não são satisfeitas pela atividade comum e “mutualística”, mas precisam ser ignoradas para que se possa satisfazer as necessidades individuais.

A alienação em relação ao processo de trabalho remete também ao fato de o desconhecimento do processo produtivo não se limitar ao trabalho individual, mas abranger também um alheamento em relação ao processo produtivo global e sua base em um sistema econômico, ao fato de que a condição de assalariamento se inserir em um modo de exploração do trabalho, de propriedade privada dos meios de

produção etc. Ou seja, os sentidos que as pessoas desenvolvem em relação ao trabalho concreto e singular como parte de um sistema produtivo global em geral são muito empobrecidos. Os trabalhadores são alheios a uma realidade que os envolve e interfere diretamente em suas vidas mais do que eles costumam dimensionar. Sendo o trabalho a atividade principal dos seres-humanos, temos que a alienação econômica em suas múltiplas dimensões é determinante central de outras formas de alienação vivenciadas hoje.

Abrantes e Bulhões (2016) demonstram que esse processo de alheamento em relação ao modo de produção em que o trabalhador se insere, se refere à alienação dele em relação ao fato de que sua força de trabalho é capital variável, que sua capacidade e sua potência viva é convertida em produtos que são mercadorias e enquanto tais são uma forma de apresentação do capital, de modo que seu próprio trabalho deixa de ser atividade autorreferente e converte-se em um momento deste modo de produção. Dessa forma, o trabalhador tem um acesso e uma compreensão muito restrita do significado da própria força de trabalho como mercadoria e de que o produto de seu trabalho é mercadoria. Em geral, o aspecto que o trabalhador tem mais compreensão é que produz valores de uso que possuem um valor de troca. Todavia há uma falta de compreensão generalizada de que o valor de troca não é mero aspecto marginal, mas que esse é, na realidade, o centro do processo produtivo e que a produção ser voltada ao valor de troca é uma importante causa do seu empobrecimento e sofrimento.

Compreendemos neste capítulo a personalidade como síntese das relações sociais que a engendram e observamos que o modo de produção capitalista é atualmente a relação econômica que a produz e, em certa medida, determina o horizonte das outras relações possíveis para além da esfera econômica.

Observamos, portanto, que o capitalismo determina relações que tendem a produzir e elevar na hierarquia singular os motivos individualistas como motores das atividades e ações dos trabalhadores. Nesse processo, a partir da forma e dos objetos com os quais as necessidades humanas são respondidas no capitalismo, a personalidade é marcada pela cisão entre sentido e significado do trabalho, à medida em que não há controle da produção pela classe trabalhadora e a medida que os motivos se vinculam cada vez mais ao salário e menos ao valor de uso que se produz. De forma que o dinheiro ganha centralidade cada vez maior na hierarquia de necessidades à medida em que é a mediação para responder as necessidades que o próprio capital desenvolve, deixando seu caráter de meio de troca para se tornar capital e expressão máxima do fetiche da mercadoria. Outro aspecto pelo qual o modo de produção impacta a personalidade é no desenvolvimento unilateral dos indivíduos a partir das habilidades necessárias à execução do seu trabalho e pelo desenvolvimento de valores, traços de caráter e ideais que se alinham ao capitalismo, ao expressarem a competitividade e pragmatismo voltado à valorização do próprio capital na forma do individualismo.

5 CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES A RESPEITO DA PERSONALIDADE SOB O TRABALHO ALIENADO

Abordamos no item 4 que a personalidade se constitui na atividade, dentre as quais se destaca a atividade de trabalho. Além disso, a personalidade é marcada pela hierarquia de motivos que determinam as atividades exercidas pelo indivíduo, desenvolvendo a partir disso, novas necessidades, interesses e os traços da personalidade, que marcam o indivíduo e constituem uma unidade relativamente estável ao longo da vida. Nesse processo, superam-se os traços inatos que determinam o indivíduo em seu nascimento e constrói-se, a partir também do temperamento, mas principalmente a partir da história individual, uma personalidade que internaliza e refrata costumes, formas de se relacionar e lidar com as próprias emoções e tantos outros traços e aquisições da cultura humana em geral e do contexto específico no qual o indivíduo nasce.

No capitalismo o desenvolvimento do gênero humano alcançou níveis nunca antes imaginados, os quais envolvem a longevidade da população; a capacidade de lidar com doenças; de produzir mais que o suficiente para suprir as necessidades básicas de todos os seres humanos, quando antes a humanidade foi marcada pela escassez; de conhecer partículas subatômicas e ao mesmo tempo o cosmos. Todavia, tais avanços alcançados pelo conjunto da humanidade, mais do que nunca, não condizem com o desenvolvimento da maior parte da humanidade, que conta ainda com níveis alarmantes de mortalidade por doenças já superadas, que ainda padece de falta de água potável, alimento, energia elétrica, lazer, saúde e transporte educação e tantos outros produtos de nossa cultura, ainda que seja inegável que o capitalismo também proporciona avanços no acesso a humanização, superando em diversos aspectos os modos de produção anteriores. Todavia, o acesso aos

produtos básicos da cultura humana ainda não ocorre para grande parte da população.

Para a parcela mais pauperizada da humanidade, as necessidades se veem restritas às mais básicas, geralmente orgânicas. Dessa forma, sem acesso ao produto do próprio trabalho, vivendo processos de trabalho alienados, muitas vezes sem acesso ao trabalho formal, a maior parte da humanidade não consegue desenvolver, ou desenvolve de forma muito limitada, necessidades e interesses exclusivamente humanos, isto é, artísticos, filosóficos, científicos etc.

Evidentemente, a propriedade privada e o trabalho alienado vem ocorrendo por um período significativa da história humana. Contudo, no capitalismo, há a especificidade da expansão e centralidade das relações mercantis, da produção ser voltada essencialmente para a troca e para a expansão ampliada do capital, que passa a subordinar o trabalhador progressivamente ao ritmo das máquinas, sob o controle do capitalista. Desse modo, antes do capitalismo, ainda que um servo tivesse um acesso muito limitado às produções da época, a distância entre o que a classe proprietária e a classe trabalhadora podia acessar não era tão significativo quanto no capitalismo (MARX, 2011). Além disso, hoje, a maior parte da vida do trabalhador está subordina-se às relações de produção e consumo capitalistas, o que parece se relacionar com as mudanças na gestão da produção ao longo do desenvolvimento do capitalismo.

Observamos, portanto, que o ser humano é alienado do seu ser genérico. Tanto subjetivamente, não possuindo, de forma geral, consciência da genericidade, como nas formas objetivadas dessa consciência, ou seja, alienado do controle da indústria, do acesso a obras de arte e outras produções que se convertem em mercadorias. Assim, a consciência enquanto gênero humano dá lugar ao culto da

privacidade, da individualidade e uma idealização desse indivíduo isolado, de forma que ao identificar a essência humana com a mera individualidade, em contraposição à humanidade como gênero, assim, a natureza biológica é confundida com a individualidade especificamente humana (MÉSZÁROS, 2011). Ou seja, frequentemente se incorre no erro de não tomar o ser humano enquanto produto da atividade consciente em unidade com as mediações a ele proporcionadas, em vinculação com o restante da humanidade e com a sua história, mas sim, sob influência da ideologia e pelas próprias mediações que o capital proporciona para o desenvolvimento da consciência, toma-se o ser humano pelo indivíduo singular e biológico, deixando em segundo plano suas determinações históricas e sociais.

Podemos ainda, em caráter de sugestão para pesquisas posteriores, apontar que as personalidades que se produzem nestas condições tendem a ter traços significativos de individualismo, não se compreendendo como sujeitos sociais da atividade, como seres que tem o potencial da liberdade, de autodeterminação e autorrealização, o que abre a possibilidade para a constituição de um indivíduo cujas necessidades são supridas meramente por objetos que a ele se “anexam” e passam a constituí-lo, a defini-lo. Como no caso das roupas de marca, carros de luxo e outros itens que acabam por constituir a identidade do grupo que acessa esses bens. Soma-se a isso, o fato de que o mundo se converte em “uma coleção de mercadorias” e que, portanto, as necessidades no capitalismo acabam se convertendo em necessidades de mercadorias, as quais respondem a uma gama enorme de necessidades.

Rubinstein (1978) aborda a questão da personalidade burguesa, trazendo excertos de um texto de William James, psicólogo e filósofo americano:

James explica: “A personalidade do ser humano forma a soma comum de tudo o que pode chamar de seu: não somente suas características físicas e espirituais, mas também sua indumentária sua casa, sua mulher, seus filhos, antepassados e amigos, sua reputação e seus trabalhos, sua fortuna, seus cavalos, seu iate e seus capitais pertencem a ela.” (...) “nossa indumentária em si forma a pessoa, identificando o um com o outros até um extremo de que alguns de nós sem vacilar só um minuto, respondemos decididamente a pergunta formulada de qual das duas alternativas escolheríamos: se possuir um corpo belo, vestido para sempre em trapos sujos e rasgados, ou encobrir com uma indumentária sempre nova e perfeita um corpo decrepito e feio...” “O impulso instintivo nos estimula a acumular uma fortuna e os ganhos conquistados se convertem em maior ou menor grau em componentes da perfeita personalidade empírica.” James compara a sensação que sentiria um homem a respeito da destruição da obra de suas mãos e cérebro, um manuscrito, por exemplo, que tenha criado ao curso de toda sua vida, com a que sente o avaro com a perda de todo seu dinheiro. (...) Ao ler estas linhas deve-se reconhecer que James conhecia muito bem a psicologia da personalidade do burguês. Mas, evidentemente, a fórmula que ele dá para explicá-la não determina a personalidade “em si”, mas unicamente as peculiaridades da personalidade sob a propriedade privada. (JAMES, s.d. *apud* RUBINSTEIN, 1978, p.746, tradução nossa)

Martins (2015), traz outros elementos importantes para compreender o processo de clivagem da personalidade pela sua subsunção ao valor de troca. A autora aponta a impossibilidade de que o empobrecimento da personalidade se restringisse ao trabalho, de forma que o indivíduo pudesse autodeterminar a sua “vida pessoal”, por três motivos: primeiramente “não é no nível da vida cotidiana que o indivíduo se coloca na presença das forças produtivas mais desenvolvidas e mais decisivas” (p.120). Ou seja, a vida cotidiana é uma expressão relativamente automatizada, sem grandes reflexões e não expressa toda a potencialidade do ser humano por não haver uma dedicação exclusiva a um determinado aspecto da personalidade, que costuma ser desenvolvido na vida produtiva ou em atividades específicas, como cursos etc. Em segundo lugar, pelo fato de que a vida pessoal acaba por se converter na reprodução da força de trabalho e, em terceiro lugar, nas palavras da autora:

pelo seu condicionamento histórico-social, a vida pessoal reflete o sistema da produção social, da divisão social do trabalho, enfim, a *economia doméstica* reflete a *economia política* de tal forma que as próprias relações interpessoais na esfera da vida familiar, das relações entre os sexos, da amizade, do tempo livre etc. acabam estruturando-se também na base de um

complexo sistema de trocas no qual impera a fetichização (Martins, 2015, p. 121). (destaques da autora)

Outro ponto que merece destaque para estudos posteriores é que na análise da literatura utilizada para o presente trabalho, observamos que o salário se converte no principal motivo da atividade de trabalho. Juntamente a essa concepção, a literatura traz, em nossa interpretação, de forma mais ou menos explícita a concepção de que o salário se converte em motivo gerador de sentido para o trabalhador. Não cabe aos objetivos deste trabalho analisar e esgotar esse debate em específico, todavia, cabe a ponderação que também não é infrequente nos confrontarmos com a problemática de uma vida esvaziada de sentido, como aponta Martins (2015, p. 121): “os indivíduos deixam de ser autores e convertem-se em coautores da própria vida. A eles resta apenas o desempenho de papéis e o cumprimento de um *script* definido a partir de fora, e que em muitas circunstâncias denota a ausência do sentido de sua existência”.

Assim, a vida determinada pela subsistência, como forma de “sub-existência”, traz a questão de o quanto o trabalho, convertido em única alternativa possível ao perecimento, traz consigo o motivo do salário também como motivo-estímulo. Não parece ser à toa a depressão, ter se convertido em “mal do século”, tendo em muitos casos relação com essa falta de motivos geradores de sentido, que se expressa na busca por sentido, geralmente encontrado na transcendência da vida individual pela religião, pela família, pela própria ciência, pela militância e tantos outros.

Por fim, é importante pontuar que, dado que as atividades podem ter vários motivos e vários significados simultâneos e que o trabalho representa também obrigação, demanda disciplina e é por vezes penoso, ainda que possa ser gratificante e movido pelos mais profundos ideais, não se pode idealizar um estado

no qual a única motivação do trabalho seria o produto final que dele resulta, motivado pelos mais abnegados motivos sociais.

Temos, entretanto, atualmente uma impossibilidade dada *a priori* de apropriação das diferentes criações do gênero humano e de objetivação na realidade por condições determinadas pelo modo de produção capitalista. Dessa forma, o trabalho alienado se coloca como questão definitiva para que os indivíduos sejam marcados pelo distanciamento, pelo estranhamento, pela falta de acesso, pela falta de possibilidade de autonomia em relação à própria vida, que representa um estado de alienação de si próprio.

Dessa forma, só a prática coletiva que tem fundamento no conhecimento coletivo a respeito das necessidades propicia que se dominem os fenômenos objetivos para que se alcancem determinados fins conscientemente planejados (ANGULO, 2016). Assim, o combate às formas alienadas e ideológicas de consciência e a criação de condições para que se desenvolva uma maior consciência social e de si, e conseqüentemente uma personalidade mais plena (RUBINSTEIN, 1978), se coloca como questão para os sujeitos e projetos comprometidos com a transformação social. Leontiev (1972, p. 22) aborda essa questão ao se referir à contradição de que o sentido pessoal dos trabalhadores por vezes não encontra significados objetivos que os corresponda:

É mais claramente demonstrada nas condições da sociedade de classes, no contexto da luta ideológica. Neste contexto, os significados pessoais refletem os motivos engendrados por relacionamentos vivos de uma pessoa real podem falhar em encontrar significados objetivos que os expressem plenamente, e eles então começam a viver em roupas emprestadas, por assim dizer. Imagine a contradição fundamental que essa situação acarreta. Em contraste à sociedade, o indivíduo não tem uma linguagem especial sua com significados que ele desenvolveu por si mesmo. Sua compreensão da realidade pode ocorrer somente por meios dos significados “não originais” que ele assimila de fora – o conhecimento, conceitos e visões que ele recebe através de relações, nas várias formas de comunicação individual e de massa.

Cabe, portanto, a criação desses novos significados, por meio principalmente da criação de atividades, cultura e organizações de classe que possam dar sustentação à quebra desses significados ideológicos e que possam construir significados que encontrem os sentidos da nossa classe e os potencializem, tendo assim potencial de motivar o enfrentamento dessa estrutura social que oprime a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABRANTES A. A. Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. In: MARTINS, L. M.; ABRANTES A. A.; FACCI, M. G. D. (orgs) **Periodização Histórico-Cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

ANGULO, J. J. G. **Liberdade y Enajenación**. Santa Clara, Cuba: Editorial Capiro, 2016.

BARROS, J. D. O conceito de alienação no jovem Marx. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 223-245, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702011000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 de junho de 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702011000100011>

BERENCHTEIN NETTO, N. **Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico-dialético** Dissertação (Mestrado) – Programa de estudos pós-graduados em Psicologia social. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 2007. 168p.

BORGIANI E. Sobre a diferença entre objetivação e alienação em Marx. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 56, p. 189-195, 1998.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social 2012**. Brasília: MPS/DATAPREV/INSS, 2012. [PDF] Disponível em: http://www.previdencia.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/AEPS_2012.pdf Acesso em: 29/05/2017.

BRASIL. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios**, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017.html> Acesso em 22/07/18.

CARVALHO, S. R. e MARTINS, L. M. Idade adulta, trabalho e desenvolvimento psíquico: a maturidade em tempos de reestruturação produtiva. In: MARTINS, L. M.; ABRANTES A. A.; FACCI, M. G. D. (orgs) **Periodização Histórico-Cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**. São Paulo: 2018. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> acesso 22/07/18.

DUARTE, N. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação. **Caderno Cedes**; 24 (n. 62): 44-63, 2004.

ENGELS, F. **Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring**. (1ª ed.) (Nélio Schneider Trad.) São Paulo, Brasil: Boitempo, 2015

FACCI, M. G. D. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. **Caderno Cedes**; 24(n. 62):64-81, 2004.

KONDER, L. **Marxismo e alienação** (2ª ed.). São Paulo, Brasil: Expressão Popular, 2009

LEONTIEV, A. N. **Atividade e Consciência**. Tradução do inglês: Marcelo José de Souza e Silva. 20p. Disponível em <http://www.marxists.org/>. Publicado em russo na revista *Voprosy filosofii*, n. 12, p. 129-140, 1972

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. (M. D. Duarte, Trad.) Lisboa, Portugal: Horizonte Universitário, 1978a

LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Editora Ediciones Ciencias del Hombre, 1978b

LEONTIEV, A. N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. In: Vigotskii; Luria; Leontiev **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1988. p. 119-142

LEONTIEV, A. N. As necessidades e os motivos da atividade. In: Longarezi, A. M., Puentes R. V. (organizadores) **Ensino desenvolvimental: antologia** (livro 1). (A. Damazio et. al Trans.) Uberlândia: EDUFU, 2017

MALAGUTY, S. e ROSSLER, J. H. Da essência do trabalho no capitalismo à sua forma histórica contemporânea: contribuições de A. N. Leontiev para o entendimento

do sofrimento pelo trabalho. **Revista eletrônica arma da crítica**; n. 7, p. 53-75, 2016.

MARTINS, L. M. **A formação social da personalidade do professor**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MARTINS, L.M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. Apresentação In: MARTINS, L.M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (Orgs.) **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice** Campinas, SP: Autores Associados, 2016

MARX, K. **O capital** – Crítica da economia política (Vol. 1 t. 2) (R. Barbosa e F. R. Kothe Trans.) São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, K. **O capital** – **Crítica da economia política** (Vol. 3 t.1) (R. Barbosa e F. R. Kothe Trans.) São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, K. **Teoria da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico: livro 4 de O Capital. (R. Sant'Anna, Trad.) São Paulo: Bertrand do Brasil, 1987. p. 384-406.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** (1. ed) São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARX, K. **Grundrisse** – Manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política (M. Duayer e N. Schneider Trans.) São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, K. **O Capital** - Crítica da economia política (Vol. I, t. 1) (R. Barbosa e F. R. Kothe Trans.) São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **O Capital** - Crítica da economia política (29ª ed., Vol. I). (R. Sant'Anna, Trad.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

MARX, K. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos**. (J. P. Netto, & M. A. Pacheco, Trans.) São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx** (2ª ed.). (I. Tavares, Trad.) São Paulo, Brasil: Boitempo, 2006.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica** (8ª ed) São Paulo: Cortez, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE OMS **Suicide data**, 2017 Disponível em: http://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/suicideprevent/en/ Acesso em: 28/05/2017.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIOS, C. F. **O trabalho como atividade principal na vida adulta**: contribuições ao estudo da periodização do desenvolvimento psíquico humano sob o enfoque da psicologia histórico-cultural. 137f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

RIOS, C. F. M. e ROSSLER, J. H. O trabalho como atividade principal no desenvolvimento psíquico do indivíduo adulto. In: **Psicologia em Estudo**. Vol. 22 nº 4. Maringá, 2017

RUBINSTEIN, S. L. **El ser y la consciencia** – y el pensamiento y los caminos de su invetigacion. México: Editorial Grijalbo, 1963.

RUBINSTEIN, S. L. **Principios de psicologia general**. México: Editora Grijalbo, 1978

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. **Filosofia de la praxis** México: Editorial Grijalbo, 1980.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, p. 11 – 22, 2003

SAVIANI, D. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. In: DUARTE, N. (org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SERRA, P. J. M. **Alienação**. Corvilhã, Portugal: Coleção: artigos Lusosofia, 2008 [PDF] Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/serra_paulo_alienacao.pdf

SMIRNOV, A. A. Las emociones y los sentimientos. In Smirnov, A. A. Leontiev, A. N., Rubinshtein, S. L., Tieplov, B. M. **Psicologia** (pp. 355-381). México: Editoria Grijalbo, 1969

TOASSA, G. Conceito de liberdade em Vigotski. **Psicologia ciência e profissão**. 24 (n. 3) p. 2-11, 2004.